

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	9
DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	10
Demonstração de Valor Adicionado	11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022	17
DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	121
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	122
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	124
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	125
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	126

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	97.895.475
Preferenciais	88.545.732
Total	186.441.207
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	14.679.802	15.367.043
1.01	Ativo Circulante	3.551.114	3.569.390
1.01.01	Disponibilidades	163.355	222.709
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	99.052	89.892
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	51.556	76.393
1.01.02.03	Aplicações em Operações Compromissadas	47.496	13.499
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	582.691	402.005
1.01.03.01	Carteira Própria	311.566	8.357
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	0	247.990
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	79.871	145.658
1.01.03.05	Vinculados à Prestação de Garantias	191.254	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	17.346	5.023
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	12.823	0
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central do Brasil	4.521	5.023
1.01.04.03	Correspondente	2	0
1.01.06	Operações de Crédito	2.060.137	2.280.111
1.01.06.01	Setor Privado	2.153.224	2.423.785
1.01.06.03	(-) Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-93.087	-143.674
1.01.08	Outros Créditos	622.145	551.975
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	407.823	332.170
1.01.08.02	Rendas a Receber	9.179	8.637
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	66.580	86.167
1.01.08.04	Diversos	68.225	49.659
1.01.08.05	(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-6.714	-6.652
1.01.08.06	Avais e Fianças Honradas	77.052	81.994
1.01.09	Outros Valores e Bens	6.388	17.675
1.01.09.02	Despesas Antecipadas	6.388	17.675
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.413.939	11.080.237
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	0	3.120
1.02.01.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	0	3.120
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	7.613.725	8.235.010
1.02.02.01	Carteira Própria	1.414.630	1.089.313
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.276.088	1.513.871
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	757.760	953.701
1.02.02.05	Vinculados a Compromissos de Recompra	4.165.247	4.678.125
1.02.05	Operações de Crédito	1.054.042	1.172.254
1.02.05.01	Setor Privado	1.198.084	1.251.761
1.02.05.03	(-) Provisão para Operações de Crédito com Liquidação Duvidosa	-144.042	-79.507
1.02.07	Outros Créditos	1.350.836	1.345.687
1.02.07.01	Carteira de Câmbio	60.486	35.043
1.02.07.02	Rendas a Receber	8.858	5.797
1.02.07.03	Devedores por Depósito em Garantia	57.045	56.927
1.02.07.04	Diversos	1.224.447	1.247.920
1.02.08	Outros Valores e Bens	395.336	324.166

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	25.552	7.832
1.02.08.02	Bens não de uso próprio	369.784	316.334
1.03	Ativo Permanente	714.749	717.416
1.03.01	Investimentos	704.816	707.529
1.03.01.02	Participações em Controladas	704.342	707.055
1.03.01.04	Outros Investimentos	474	474
1.03.02	Imobilizado de Uso	8.212	7.737
1.03.02.01	Instalações, Móveis Equipamentos de Uso	21.620	21.603
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	6.125	5.017
1.03.02.03	(-) Depreciações Acumuladas	-19.533	-18.883
1.03.04	Intangível	1.721	2.150
1.03.04.01	Gastos com Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	3.862	3.862
1.03.04.02	(-) Amortização Acumulada	-2.141	-1.712

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	14.679.802	15.367.043
2.01	Passivo Circulante	5.961.917	6.738.841
2.01.01	Depósitos	1.526.866	1.845.451
2.01.01.01	Depósitos à Vista	155.806	195.382
2.01.01.02	Depósitos Interfinanceiros	480.636	532.246
2.01.01.03	Depósitos a Prazo	890.424	1.117.823
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	3.666.131	4.485.015
2.01.02.01	Carteira Própria	3.666.131	4.485.015
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	396.064	205.861
2.01.03.01	Recursos de letras de crédito imobiliário	190.462	96.421
2.01.03.02	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	205.602	103.005
2.01.03.03	Recursos de letras financeiras	0	6.435
2.01.04	Relações Interfinanceiras	687	311
2.01.04.01	Correspondentes	318	311
2.01.04.02	Recebimentos e pagamentos a liquidar	369	0
2.01.05	Relações Interdependências	11.510	3.867
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	11.510	3.867
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	5	5
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	5	5
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	4.202	7.483
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	18.611	27.188
2.01.09	Outras Obrigações	337.841	163.660
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	260.382	44.762
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	806	788
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	58.227	34.344
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	3.355	41.182
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	3.511	14.091
2.01.09.09	Outros	11.560	28.493
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	7.873.616	7.837.184
2.02.01	Depósitos	5.748.130	5.365.635
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	5.748.130	5.365.635
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	189.945	383.289
2.02.03.01	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	57.175	159.493
2.02.03.04	Recursos de Letras de Crédito Imobiliário	132.770	223.796
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	836	6.926
2.02.09	Outras Obrigações	1.934.705	2.081.334
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.555.645	1.747.419
2.02.09.02	Fiscais e Previdenciárias	214.291	179.630
2.02.09.03	Provisão para Passivos Contingentes	23.707	21.779
2.02.09.04	Dívida Subordinada	132.334	132.506
2.02.09.05	Outros	8.728	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	11.885
2.05	Patrimônio Líquido	844.269	779.133
2.05.01	Capital Social Realizado	1.263.647	1.202.393
2.05.01.01	De Domiciliados no País	1.134.780	1.073.526

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	128.867	128.867
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-7.397	-4.929
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	-7.397	-4.929
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	-411.981	-418.331

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	384.665	718.097	225.684	432.832
3.01.01	Operações de Crédito	212.437	368.061	90.573	190.843
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	161.835	313.979	96.206	187.809
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-52.438	52.348	109.396	61.800
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	62.831	-16.291	-70.491	-7.620
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-343.916	-627.764	-190.733	-358.344
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-315.414	-604.908	-188.562	-355.105
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-1.185	-1.379	5.295	-5.484
3.02.03	Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	-27.317	-21.477	-7.466	2.245
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	40.749	90.333	34.951	74.488
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-38.298	-85.724	-41.860	-86.806
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	7.909	14.638	8.020	15.643
3.04.02	Despesas de Pessoal	-26.159	-51.157	-20.881	-42.361
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-14.534	-35.442	-20.504	-40.958
3.04.04	Despesas Tributárias	-1.203	-5.285	-2.715	-5.211
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	2.613	4.707	2.769	5.937
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-3.736	-9.414	-14.322	-25.192
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	-3.188	-3.771	5.773	5.336
3.05	Resultado Operacional	2.451	4.609	-6.909	-12.318
3.06	Resultado Não Operacional	10.314	14.775	14.854	18.414
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	12.765	19.384	7.945	6.096
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	0	0	-4.979	-4.979
3.09	IR Diferido	-6.359	-8.982	3.648	5.011
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-1.979	-4.109	-5.361	-4.345
3.10.01	Participações	-1.979	-4.109	-5.361	-4.345
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	4.427	6.293	1.253	1.783
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,03375	0,03375	0,00846	0,01203

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	4.427	6.293	1.253	1.783
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.183	-2.411	23.770	-19.400
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-4.050	-4.526	43.059	-35.716
4.02.02	Hedges Fluxo de Caixa	1	1	1	1
4.02.03	Outros Resultados Abrangentes	-91	95	158	442
4.02.04	Imposto de Renda	1.957	2.019	-19.448	15.873
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.244	3.882	25.023	-17.617

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-87.184	-88.471
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	64.895	2.733
6.01.01.01	Prejuízo/Lucro Líquido do Período	6.293	1.783
6.01.01.02	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	21.477	-2.245
6.01.01.03	Imposto Diferido	8.982	-5.011
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	1.079	1.166
6.01.01.05	Provisão de Contingências	1.301	1.698
6.01.01.06	Resultado de Participação em Controlada	3.771	-5.336
6.01.01.08	Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalencia de caixa	21.967	7.575
6.01.01.09	Provisão para garantias financeiras prestadas	25	3.103
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-152.079	-91.204
6.01.02.01	(Aumento) Redução de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.120	-6.059
6.01.02.02	(Aumento) redução de Títulos e Valores Mobiliários	134.561	-1.040.505
6.01.02.03	(Aumento) Redução de Operação de Crédito	316.771	-361.050
6.01.02.04	(Aumento) Redução de Outros de Crédito	-84.363	-75.683
6.01.02.05	(Aumento) Redução de Outros Valores e Bens	-59.883	69.477
6.01.02.06	(Aumento) Redução de Relações Interfinanceiras e Interdependentes	-4.304	-4.807
6.01.02.07	(Aumento) Redução de Instrumentos Financeiros Derivativos	327.416	50.280
6.01.02.08	(Aumento) Redução de Depósitos	63.910	49.810
6.01.02.09	(Aumento) Redução de Operações Compromissadas	-818.884	1.043.301
6.01.02.10	(Aumento) Redução de Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	-3.141	153.321
6.01.02.11	(Aumento) Redução de Obrigações por Empréstimos e Repasses	-17.948	-11.457
6.01.02.12	(Aumento) Redução de Outras Obrigações	2.552	46.330
6.01.02.13	(Aumento) Redução de Resultado de Exercícios Futuros	-11.886	-4.162
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.125	-45.681
6.02.01	Alienação de Imobilizado de Uso	-1.125	-166
6.02.03	Aplicações/Alienções no Intangível	0	-515
6.02.06	Aquisição de investimentos em coligadas e controladas	-1.000	-45.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	61.082	53.359
6.03.04	Aumento (Redução) em obrigações por dívida subordinada	-172	53.359
6.03.05	Aumento de capital	61.254	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-21.967	-7.575
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-50.194	-88.368
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	312.601	230.436
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	262.407	142.068

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.202.393	0	0	0	-418.274	-4.986	779.133
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.202.393	0	0	0	-418.274	-4.986	779.133
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	6.293	0	6.293
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-2.411	-2.411
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-2.520	-2.520
5.07.04	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	109	109
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	61.254	0	0	0	0	0	61.254
5.13	Saldo Final	1.263.647	0	0	0	-411.981	-7.397	844.269

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.202.393	0	0	0	-424.216	14.517	792.694
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.202.393	0	0	0	-424.216	14.517	792.694
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.783	0	1.783
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.202.393	0	0	0	-422.433	14.517	794.477
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-19.644	-19.644
5.07.04	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	244	244
5.13	Saldo Final	1.202.393	0	0	0	-422.433	-4.883	775.077

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	721.326	449.879
7.01.01	Intermediação Financeira	718.097	432.832
7.01.02	Prestação de Serviços	14.638	15.643
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-21.477	2.245
7.01.04	Outras	10.068	-841
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-606.287	-360.589
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-32.082	-32.196
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-188	-190
7.03.02	Serviços de Terceiros	-24.113	-23.195
7.03.04	Outros	-7.781	-8.811
7.04	Valor Adicionado Bruto	82.957	57.094
7.05	Retenções	-1.079	-1.166
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.079	-1.166
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	81.878	55.928
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-3.771	5.336
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.771	5.336
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	78.107	61.264
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	78.107	61.264
7.09.01	Pessoal	55.266	46.706
7.09.01.01	Remuneração Direta	30.592	26.585
7.09.01.02	Benefícios	7.139	6.130
7.09.01.03	F.G.T.S.	13.426	9.646
7.09.01.04	Outros	4.109	4.345
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.267	5.179
7.09.02.01	Federais	13.545	4.391
7.09.02.03	Municipais	722	788
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.281	7.596
7.09.03.01	Aluguéis	2.281	7.596
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	6.293	1.783
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.293	1.783

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	14.383.483	15.045.370
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	163.356	222.710
1.02	Ativos Financeiros	12.237.899	12.898.108
1.02.01	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através do Resultado	1.409.273	1.933.514
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	1.082.752	836.201
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	9.745.874	10.128.393
1.03	Tributos Diferidos	760.542	784.136
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	760.542	784.136
1.04	Outros Ativos	1.199.113	1.115.310
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	916.963	815.601
1.04.03	Outros	282.150	299.709
1.06	Imobilizado	20.852	22.956
1.06.01	Imobilizado de Uso	20.852	22.956
1.07	Intangível	1.721	2.150
1.07.01	Intangíveis	1.721	2.150

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	14.383.483	15.045.370
2.01	Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	1.816.027	1.792.181
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	11.649.060	12.377.234
2.04	Provisões	18.342	38.443
2.05	Passivos Fiscais	2.987	13.711
2.06	Outros Passivos	21.282	20.547
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	875.785	803.254
2.08.01	Capital Social Realizado	1.263.647	1.202.393
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-380.504	-394.617
2.08.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-7.358	-4.522

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	399.142	706.415	221.618	432.817
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-358.252	-674.800	-210.373	-385.037
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	40.890	31.615	11.245	47.780
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-19.562	-1.402	5.772	-68.246
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	6.868	11.980	8.651	17.398
3.04.02	Despesas de Pessoal	-26.963	-52.745	-23.871	-43.854
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-14.085	-32.556	-17.211	-39.101
3.04.04	Despesas Tributárias	-4.513	-10.420	-6.309	-11.080
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	43.558	102.159	54.435	50.284
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-24.427	-19.820	-9.923	-41.893
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	21.328	30.213	17.017	-20.466
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.258	-16.100	-8.832	8.570
3.06.01	Corrente	-923	-1.286	-6.169	-6.679
3.06.02	Diferido	-10.335	-14.814	-2.663	15.249
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	10.070	14.113	8.185	-11.896
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	10.070	14.113	8.185	-11.896
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	10.070	14.113	8.185	-11.896
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,216	0,302	0,22	-0,322
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,108	0,151	0,11	-0,161
3.99.01.01	ON	0,054	0,0757	0,0552	-0,0803
3.99.01.02	PN	0,054	0,0757	0,0552	-0,0803
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	0,108	0,151	0,11	-0,161
3.99.02.01	ON	0,054	0,0757	0,0552	-0,0803
3.99.02.02	PN	0,054	0,0757	0,0552	-0,0803

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	10.070	14.113	8.185	-11.896
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.422	-2.836	23.941	-19.020
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	7.648	11.277	32.126	-30.916
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	7.648	11.277	32.126	-30.916

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-88.184	-133.470
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	70.714	22.323
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-158.898	-155.793
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.125	-681
6.02.02	(Aquisição) de Imobilizado de uso	-1.125	-166
6.02.03	(Aquisição) do Intangível	0	-515
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	61.082	53.358
6.03.03	Aumento (Redução) Dívidas subordinadas	-172	0
6.03.04	Aumento de Capital	61.254	53.358
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-21.967	-7.575
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-50.194	-88.368
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	312.602	230.437
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	262.408	142.069

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/06/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.202.393	0	0	-394.617	-4.522	803.254	0	803.254
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.202.393	0	0	-394.617	-4.522	803.254	0	803.254
5.04	Transações de Capital com os Sócios	61.254	0	0	0	0	61.254	0	61.254
5.04.01	Aumentos de Capital	61.254	0	0	0	0	61.254	0	61.254
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.113	-2.836	11.277	0	11.277
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.113	0	14.113	0	14.113
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.836	-2.836	0	-2.836
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.836	-2.836	0	-2.836
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.263.647	0	0	-380.504	-7.358	875.785	0	875.785

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.202.393	0	0	-397.074	14.299	819.618	0	819.618
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.202.393	0	0	-397.074	14.299	819.618	0	819.618
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.896	-19.020	-30.916	0	-30.916
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.896	0	-11.896	0	-11.896
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-19.020	-19.020	0	-19.020
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-19.020	-19.020	0	-19.020
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.202.393	0	0	-408.970	-4.721	788.702	0	788.702

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 30/06/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 30/06/2021
7.01	Receitas	797.164	470.993
7.01.01	Intermediação Financeira	791.983	457.770
7.01.02	Prestação de Serviços	11.980	17.398
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-23.391	-29.506
7.01.04	Outras	16.592	25.331
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-674.800	-385.037
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-24.578	-41.748
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-191	-1.808
7.03.02	Serviços de Terceiros	-31.614	-32.759
7.03.04	Outros	7.227	-7.181
7.04	Valor Adicionado Bruto	97.786	44.208
7.05	Retenções	-2.127	-2.144
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.127	-2.144
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	95.659	42.064
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	95.659	42.064
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	95.659	42.064
7.09.01	Pessoal	52.744	43.854
7.09.01.01	Remuneração Direta	28.016	23.733
7.09.01.02	Benefícios	7.144	6.130
7.09.01.03	F.G.T.S.	2.335	1.906
7.09.01.04	Outros	15.249	12.085
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	26.520	2.510
7.09.02.01	Federais	21.292	-2.351
7.09.02.03	Municipais	5.228	4.861
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.282	7.596
7.09.03.01	Aluguéis	2.282	7.596
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.113	-11.896
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	14.113	-11.896

Comentário de Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine (Banco) relativas ao período findo em 30 de junho de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco Pine (B3: PINE4) é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte e cinco anos destaca-se por financiar e assessorar empresas em todo território nacional. A estratégia do Banco baseia-se no relacionamento de longo prazo, entendendo o negócio e potencial do cliente, de modo a construir soluções e alternativas financeiras personalizadas por meio de seus produtos, como serviços de conta corrente, capital de giro e rotativos, derivativos, cobranças, transferências, fianças, câmbio, comércio exterior, seguros e investimentos. Para atingir esse objetivo, o Banco busca aperfeiçoar as jornadas dos clientes, aumentando sua satisfação por meio de uma experiência de excelência, ofertando soluções ágeis e funcionais que facilitam o dia-a-dia das empresas.

O Banco se posiciona para ser a melhor opção entre os bancos médios, atendendo grupos econômicos com faturamento anual acima de R\$10 milhões conforme segmentação abaixo. Além disso, segue em constante evolução e investindo cada vez mais na sua transformação digital, determinado a aperfeiçoar os processos e reduzir a burocracia, proporcionando sempre a melhor experiência aos clientes e um ambiente de trabalho que promova a integração entre os times, e mais agilidade em suas atividades.



GRANDES
EMPRESAS

Grupos econômicos com faturamento anual
acima de R\$ 500 milhões



EMPRESAS

Grupos econômicos com faturamento anual de
até R\$ 500 milhões

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

No âmbito externo, o segundo trimestre foi marcado pela continuidade do conflito Rússia-Ucrânia e pela deterioração adicional das perspectivas de alta de juros nos EUA, na zona do euro e no Reino Unido. Apesar de os dois eventos globais estarem associados por meio da aceleração da inflação – ligada à ampliação das restrições de oferta logísticas e de bens industriais e à alta dos preços das commodities –, os efeitos do conflito afetam muito mais a Europa do que os EUA por conta das restrições de gás natural impostas pela Rússia e, em geral, em função da elevação do preço do petróleo. Na Europa, além disso, a restrição de oferta de gás natural impõe um limite para o crescimento econômico europeu, fazendo com que, especificamente, a zona do euro cresça menos do que 2% este ano e 1% no ano que vem.

Do ponto de vista da política monetária global, a continuidade da guerra acirra a inflação advinda dos choques de oferta dos bens industriais e do petróleo em 2022, aumentando a pressão sobre os bancos centrais na direção de elevações das taxas de juros acima das expectativas atuais, o que tende a contribuir adicionalmente para a desaceleração do PIB global. O caso do Brasil, em particular, não foi – e não continuará sendo – qualitativamente diferente; a diferença quantitativa é que a intensidade da alta adicional de juros no Brasil será menor, já que o BACEN já majorou a Selic para 13,75%, estando bem à frente dos outros bancos centrais.

Segundo as expectativas de mercado, a Selic deverá atingir 14,25% no final do terceiro trimestre. No curto prazo, as razões para isso residem nas pressões que levaram o IPCA anual a atingir no final do segundo trimestre o patamar de 11,89%, ante 11,30% no primeiro trimestre. No final de 2022 e de 2023, o consenso de mercado para o IPCA é perto de 7%, levando as projeções para a Selic para pelo menos 13,5% até a metade de 2023.

Apesar de os apertos adicionais da taxa básica de juros normalmente desacelerarem o PIB, o consenso para o crescimento econômico brasileiro em 2022 subiu de 0,7% para pelo menos 1,5% por conta da aceleração da atividade no setor de serviço, que desempenha um papel muito importante para a absorção de mão de obra, refletindo diretamente na taxa de desemprego, que por sua vez caiu para 8,7% em junho ante o consenso de pelo menos 10,5%, o que explica o impulso de demanda que a economia brasileira vivencia atualmente.

Parte da aceleração do crescimento do setor de serviços vem do aumento da mobilidade social após o fim dos efeitos contracionistas advindos da pandemia do covid-19. A outra parte vem da continuidade dos impulsos fiscais promovidos pelo governo federal, os quais aparecem, principalmente: (i) na viabilização dos saques extraordinários do FGTS, (ii) na duplicação do Vale Gás, (iii) na prorrogação do Refis para pequenas empresas, e (iv) no aumento do Auxílio Brasil para R\$400,00 no primeiro semestre de 2022. Contabilizando a elevação de despesas para estimular o crescimento do PIB e a redução de alíquotas de impostos, como o IPI e o ICMS sobre gasolina, etanol, serviços de telecomunicações e energia elétrica, as benesses fiscais devem totalizar quase R\$250 bilhões, valor comparável aos impulsos fiscais compensatórios que caracterizaram o auge dos efeitos recessivos da pandemia em 2020.

No entanto, é importante notar que, apesar da elevação de despesas federais, o forte aumento de arrecadação federal e dos governos estaduais tem gerado a perspectiva de resultado primário do setor público perto de 0% do PIB ou mesmo levemente positivo. Estas expectativas têm reduzido os juros futuros longos (ou seja, os vencimentos acima de janeiro 2025), melhorado a perenidade do crédito privado de longo prazo e a rolagem da dívida pública para prazos mais distantes, o que facilita qualquer ação do BC em levar a Selic abaixo de 10,5% no final de 2023. Mais importante ainda para a redução

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



da Selic rumo a 8% a 9% no final de 2023, será a redução e a limitação das despesas correntes do governo federal e o respeito ao teto de gastos, pelo menos até o fim de 2024. Isso seria fundamental para diminuir as expectativas de inflação em 2023 e para manter a mediana das projeções de inflação em 2024.

Elevadas expectativas de inflação contribuem para manter a inflação relativamente alta e resiliente, limitando o crescimento real do crédito pessoal e corporativo, e contribuindo para que o PIB anual de 2023 fique abaixo de 1% ante a expectativa de pelo menos 1,5% em 2022.

A Selic abaixo da perspectiva de 10,5% no ano que vem e rumo a 8% a 9%, consistente com maior controle fiscal, é importante para manter estável a tendência da inadimplência da pessoa jurídica (PJ) junto ao sistema financeiro privado, e para preservar o crédito PJ com recursos privados acima de 15% do PIB. Este é um resultado fundamental para que a transmissão da política monetária para o crédito funcione adequadamente, permitindo que o PIB cresça pelo menos 1,5% em 2023.

2. DESEMPENHO

2.1 Resultado societário consolidado

RESULTADOS (R\$ Milhões)	1S21	1S22	Variation
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	75,1	92,6	23,3%
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2,2	(21,5)	-
Receita de prestação de serviços e tarifas	19,3	15,7	(18,3%)
Despesas administrativas e de pessoal	(85,3)	(87,0)	2,0%
Resultado operacional	(8,7)	9,1	-
Lucro líquido contábil	1,8	6,3	-

2.2 Resultado gerencial

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas reclassificações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado. **Para mais informações e detalhes das reclassificações e critérios gerenciais, favor acessar o relatório de Análise Gerencial dos Resultados do 2T22 disponível no site de Relações com Investidores (ri.pine.com).**

RESULTADOS (R\$ Milhões)	1S21	1S22	Variação
Margem financeira bruta	75,6	70,8	(6,3%)
Custo de crédito	(21,3)	18,0	-
Receita de prestação de serviços e tarifas	19,3	15,7	(18,3%)
Despesas administrativas e de pessoal (inclui PLR)	(87,9)	(91,1)	3,6%
Resultado operacional	(2,3)	16,0	-
Lucro líquido recorrente	1,8	6,3	-

- A Margem Financeira Bruta somou R\$70,8 milhões no primeiro semestre de 2022, redução de 6,3% na comparação com o mesmo período do ano anterior, impactado pela leve redução na carteira do segmento Grandes Empresas.
- No 1S22, a oscilação no Custo do Crédito em relação ao 1S21 é reflexo, principalmente, do maior volume de recuperação de créditos baixados como prejuízo.
- As receitas de prestação de serviços e tarifas reduziram 18,3% em relação ao 1S21, principalmente com comissão de fianças e receita de seguros, decorrente da estratégia em atuar de maneira mais seletiva nesse produto.
- Aumento no patamar de despesas de pessoal e administrativas de 3,6% em 1S22 na comparação com o mesmo período de 2021, refletindo, principalmente, o aumento no quadro de colaboradores.
- **O resultado recorrente gerencial totalizou R\$6,3 milhões no 1S22, comparado a R\$1,8 milhão no 1S21.**
- A carteira de crédito classificada (Res. CMN nº 2.682/99), foco do nosso modelo de negócios, totalizou R\$4,1 bilhões em junho de 2022, patamar relativamente estável em relação aos períodos anteriores.
- Controle dos indicadores de inadimplência, mantendo elevado o Índice de Cobertura para atrasos acima de 90 dias. Os créditos classificados entre os ratings AA-C representavam 91,7% da carteira de crédito ao final de junho de 2022.

Comentário de Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



- O total de captação atingiu R\$8,0 bilhões em junho de 2022. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos e sem concentração de vencimentos, corroborando com o perfil dos ativos.
- Patamar sólido de liquidez, com caixa livre equivalente a R\$1,8 bilhão.
- Índice de Basileia encerrou junho de 2022 em 11,9%, sendo 10,0% de Capital Nível I.

3. RATINGS

O Banco é classificado por agências nacionais internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

Em maio/22, a agência Moody's atribuiu os *ratings* local de curto e longo prazo ao Banco, ambos com perspectiva estável.

	Longo Prazo	Curto Prazo
MOODY'S LOCAL	BBB-.br	ML A-3.br
	Outlook: estável	

4. RECURSOS HUMANOS

Por meio do "Pine Pulsa", são disseminados diariamente os valores da instituição. **Pensar Diferente; Seja o Cliente; Ser para o Outro; Jogue Limpo e Juntos somos donos** é o que nos move e o mundo digital transformador é o que nos impulsiona. Fortalecemos o ambiente focado em pessoas e valores, cultivado por desafios com a missão do crescimento exponencial sustentável.

Nos últimos meses, o Banco retomou ativamente suas atividades ao escritório. Entende-se a importância de manter o equilíbrio entre as jornadas e formas de trabalho, por isso, fortaleceu o modelo híbrido identificando as necessidades de interação presenciais diante das atividades de cada área.

Um dos pilares da Estratégia Gestão de Pessoas do Banco Pine é a "Qualidade de Vida". Pensando em semear e garantir que os colaboradores estivessem protegidos contra a gripe, em meados do mês de maio, aconteceu a tradicional campanha de vacinação no escritório da matriz. Neste dia, além dos profissionais, seus familiares também foram vacinados e aproveitaram para conhecer nosso escritório.

"Gestão de Pessoal" é um dos indicadores da nossa bússola e consiste em "garantir a execução do plano de ação de clima da área e institucional", além de "garantir também a execução de dois feedbacks no ano para todos os colaboradores".

Para dar continuidade nas ações que envolvem esse objetivo, no trimestre, realizamos alguns workshops colaborativos focados nos multiplicadores internos que fazem parte do plano de ação. Os temas abordados foram: "Lei Geral de Proteção de Dados", "Jornada ESG", "Compras" e "Produtos de Crédito na Visão de Finanças", ministrados, respectivamente, por membros das equipes de Segurança da Informação, ESG, Serviços & Patrimônio e Controladoria.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Possuímos políticas atualizadas de governança corporativa, em decorrência do compromisso permanente com os acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados, estão:

- > Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
- > Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- > 100% *tag along* para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- > Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- > Divulgação trimestral de resultados em dois padrões contábeis, BRGaap e IFRS; e
- > Presença de Comitês de Auditoria e Comitê de Remuneração, composto por membros independentes, que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

ESG

Em 2020 a Comissão ESG foi criada, dando início a um projeto de reestruturação nos aspectos ambientais, sociais e de governança no Banco Pine. Avançamos nesse tema ao longo do ano de 2021 por meio da criação de uma Agenda ESG, nos aprofundando na maturidade de gestão de cada dimensão do banco. Criamos um plano trienal (2022-2024) como parte do processo evolutivo do nosso modelo de gestão ESG.

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



No final de 2021, demos início ao processo de adesão à Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU para mobilizar a comunidade empresarial no desenvolvimento de ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade, principalmente nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Por meio da adesão, nos comprometemos em colaborar com o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nosso plano trienal está pautado em diversas ações internas e externas para atingirmos esses objetivos. No âmbito ambiental, nos comprometemos com a revisão da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA); revisão dos procedimentos de aceitação de garantias sob a ótica do risco socioambiental; análise da exposição do risco socioambiental dos ativos; criação de KPIs para avaliar a exposição de risco socioambiental de garantias; criação de KPIs para avaliar as autuações de ativos imobiliários recebidas em garantias; e estudo e análise de exposição ao risco climático.

A Jornada ESG do Banco para os próximos anos está sendo desenvolvida por meio das seguintes frentes de atuação:

- Revisão da Estratégia ESG e Adequação da Gestão e Governança ESG
- Revisão da Política Socioambiental e aprimoramento da Gestão de Risco Socioambiental e Climático
- Atualização do Código de Conduta da instituição e de seus fornecedores
- Programa de engajamento no Combate a Corrupção
- Programa de Diversidade e Inclusão
- Programa de Investimento Social Privado e Voluntariado

A agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais, desta forma o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) com base nessas novas orientações. A atualização da PRSA teve como objetivo a formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais e a revisão das diretrizes ESG institucionais. A PRSA do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Além disso, seguimos com a parceira junto a duas organizações: **Instituição Assistencial Lar das Bênçãos**, participando ativamente da campanha de doação de itens para famílias carentes; e **Instituto Reciclar**, renovando a parceria por meio do projeto de mentoria de carreira para jovens em situação de vulnerabilidade social.

Aumento de Capital em 2022

Conforme Fato Relevante divulgado em 16 de fevereiro de 2022, nosso Conselho de Administração aprovou aumento de capital de, no mínimo, R\$42,9 milhões e, no máximo, R\$70,0 milhões. O preço da ação foi definido em R\$1,60, e o período de preferência se encerrou dia 24 de março de 2022. Como vantagem adicional aos subscritores, foi atribuído 1 (um) bônus de subscrição, em série única, para cada 3 (três) ações subscritas, sendo que cada bônus, se exercido, dará direito a 1 (uma) ação ON e 2 (duas) ações PN.

Após o encerramento do período de subscrição das sobras, dia 18 de abril de 2022, foram subscritas um total de 38.283.443 novas ações, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R\$61.253.508,80, correspondentes a aproximadamente 88% (oitenta e oito por cento) das ações disponíveis para subscrição no âmbito do aumento de capital. Foram emitidos também 12.760.974 Bônus de Subscrição atribuídos como vantagem adicional aos subscritores de ações no aumento de capital. O aumento de capital, homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de abril de 2022, foi aprovado junto ao Bacen por meio de ofício datado em 23 de maio de 2022.

Entendemos que o Aumento de Capital fortalecerá a estrutura de capital, e consequentemente nossa capacidade de crescer o portfólio de crédito, aumentar a base de clientes e seguir investindo em pessoas, processos e tecnologias, nos permitindo perpetuar nosso propósito, incrementar os níveis de rentabilidade, e intensificar novos negócios.

Conselho Fiscal

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de maio de 2022, foi decidido pela instalação do Conselho Fiscal nos termos da Lei e do Estatuto Social do Banco. Em mesma reunião foram indicados e aprovados os nomes dos conselheiros e seus respectivos suplentes, sendo os mesmos aprovados pelo BACEN no dia 28 de julho de 2022.

Comentário do Desempenho
BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Circular BACEN nº 3.068/01

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, declaramos ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$5.704,4 milhões, representando 83,4% do total de títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2022.

6. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de janeiro a junho de 2022, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

8. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

30 de junho de 2022

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Preparadas de acordo com as Práticas Contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen



Notas Explicativas



Índice	Página
Relatório do Auditor Independente.....	1
Resumo do Comitê de Auditoria.....	10
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras.....	11
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.....	12
Parecer do Conselho Fiscal.....	13
Relatório da Administração.....	14
Balanço Patrimonial.....	19
Demonstração do Resultado.....	20
Demonstração do Resultado Abrangente.....	21
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	22
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).....	23
Demonstração do Valor Adicionado.....	24
Notas Explicativas	
1. Contexto Operacional.....	25
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras.....	25
3. Principais Práticas Contábeis.....	25
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	29
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	29
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	30
7. Carteira de Crédito, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.....	34
8. Outros Ativos Financeiros.....	36
9. Ativos Fiscais.....	37
10. Investimentos.....	38
11. Outros Ativos.....	39
12. Imobilizado de Uso.....	39
13. Depósitos e demais Instrumentos Financeiros.....	39
14. Dívida Subordinada.....	40
15. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias.....	40
16. Outros Passivos.....	41
17. Patrimônio Líquido.....	41
18. Demonstração de Resultado.....	42
19. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	43
20. Transações entre Partes Relacionadas.....	44
21. Compromissos, Garantias e Outras Informações.....	45
22. Programa de Participação nos Lucros e Resultados.....	45
23. Gestão de Riscos e de Capital.....	45
24. Operações Ativas Vinculadas.....	49
25. Outras Informações.....	49
26. Outros Assuntos.....	50
27. Eventos Subsequentes.....	51

Notas Explicativas

Banco Pine S.A. ***Demonstrações financeiras*** ***individuais e consolidadas em*** ***30 de junho de 2022*** ***e relatório do auditor independente***

Notas Explicativas



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

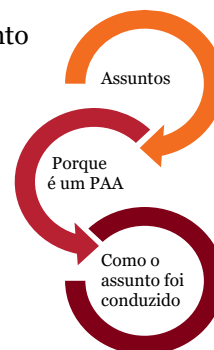
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Pine S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2022 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado

Conforme divulgado nas notas 3, 3(e), 6(a) e 25(c), o Banco mantém investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado classificados na categoria disponível para venda e mensurados ao valor justo.

Os títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo dos títulos de dívida.

Analisamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses títulos de dívida e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores.

Efetuamos, também, para amostras selecionadas, testes de recálculo do valor justo dos títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela administração.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado nas notas 3(h) e 7(d), o Banco mensurou a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando o estabelecimento de níveis de risco (*rating*) para cada operação, conforme previsto na Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A definição de risco (*rating*) das operações considera julgamento por parte da administração quanto à definição das premissas e da conjuntura econômica, da experiência passada, dos níveis de inadimplência, de riscos específicos em relação às operações e aos devedores e suas respectivas garantias.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles internos relevantes relacionados ao processo de classificação dos níveis de risco, de monitoramento das garantias recebidas e da integridade da base de dados da carteira de crédito, que serve como base para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Efetuamos, também, em base amostral, testes documentais sobre a existência de garantias apresentadas, bem como sobre a razoabilidade do julgamento e das premissas adotadas pela administração para a determinação dos *ratings* e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão considerando os referidos níveis de riscos atribuídos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Valor recuperável do crédito tributário

Conforme divulgado nas notas 3(s) e 9, o Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração e aprovados pelos órgãos de governança do Banco, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários

Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração.

Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

futuros.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação de premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ativos não financeiros mantidos para venda

Conforme divulgado nas notas 3(j) e 11(a), o Consolidado possui ativos não financeiros mantidos para venda compostos principalmente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, metodologia de cálculo, além de premissas estabelecidas pela administração.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis, bem como a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos consideraram, dentre outros, a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizada pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria

Contingências fiscais

Conforme divulgado nas notas 3(q) e 15(b), o Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes as suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

procedimentos de confirmação com os assessores jurídicos os dados dos principais processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação

Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.

Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.

Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

30 de junho de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de agosto de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta - NIRE 35300525515
CNPJ 62.144.175/0001-20
RESUMO DO COMITÊ DE AUDITORIA



O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto unicamente por membros independentes, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este órgão atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento, disponível no site eletrônico de Relações com Investidores (<https://ri.pine.com>), tendo por competência zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para a execução da supervisão, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração e das áreas de negócios e suporte; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

O Auditor Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, decorrente da legislação societária, das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

A Auditoria Interna tem suas atividades direcionadas para a avaliação da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, e na aderência dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria no 1º semestre de 2022

No cumprimento de suas atribuições e em relação às atividades a seguir, o Comitê de Auditoria observou:

a) Auditoria Independente: O Comitê realizou reuniões com a *PricewaterhouseCoopers* (PwC) para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações contábeis e relatórios financeiros. As recomendações incluídas nos relatórios de controles internos foram apresentadas ao Comitê de Auditoria, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

b) Auditoria Interna: O Comitê monitorou a adequação da estrutura e funcionamento da Auditoria Interna, discutiu, aprovou e acompanhou a revisão da política, a execução do plano de Auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, as conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

c) Demonstrações Financeiras Consolidadas: O Comitê apreciou o processo e discutiu com a Administração e com a PwC os critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, e as notas explicativas divulgadas em conjunto, o relatório da Administração e o relatório do Auditor Independente.

d) Administração de Riscos: A Gestão de Risco do Conglomerado Pine é exercida de forma integrada, compreendendo Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Operacional, regulamentados pelo Banco Central do Brasil. O Comitê acompanhou os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos.

O Comitê manteve atenção especial à gestão dos riscos provocados pela pandemia do COVID-19, principalmente no acompanhamento das principais medidas adotadas pelo Conglomerado Pine.

e) Outras atividades do Comitê: O Comitê realizou reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento e apreciação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, prevenção à lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo, canais de denúncia e ouvidoria, transações com partes relacionadas, segurança da informação, LGPD-Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, realização de créditos tributários, relações com investidores e auditor independente, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos gestores na manutenção e aprimoramento. O Comitê apresentou relatos sistemáticos das suas atividades para o Conselho de Administração.

2. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, avaliou que o sistema de controles internos é adequado ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e que conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o semestre findo em 30 de junho de 2022 e ao estudo de realização do crédito tributário, recomendando ao Conselho de Administração a sua aprovação.

São Paulo, 8 de agosto de 2022.

William Pereira Pinto – Presidente e Membro Qualificado

Sérgio Machado Zica de Castro – Membro representante do Conselho de Administração

Walkyria Aparecida Augusto – Membro Independente

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS



Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Instituição, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras ("Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas"); Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, §1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

São Paulo, 8 de agosto de 2022.

Membros da Diretoria Executiva

Rodrigo Esteves Pinheiro
Sergio Luis Patrício
Marcelo Camargo
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Jailton Marcio Donasan
Renata Leme Borges dos Santos

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Instituição, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras ("Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas") e Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

São Paulo, 8 de agosto de 2022.

Membros da Diretoria Executiva

Rodrigo Esteves Pinheiro
Sergio Luís Patrício
Marcelo Camargo
Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo
Jailton Marcio Donasan
Renata Leme Borges dos Santos

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
PARECER DO CONSELHO FISCAL



Os membros do Conselho Fiscal do Banco Pine S.A., dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022 e com base nos exames efetuados, e à vista do Relatórios do Auditores Independentes, emitido pela *PricewaterhouseCooper* Auditores Independentes, não havendo qualquer ressalva a ser feita em relação às citadas peças.

São Paulo, 8 de agosto de 2022.

Membros do Conselho Fiscal

Francisco Asclepio Barroso Aguiar
Jefferson Dias Miceli
Welinton Gesteira Souza

Notas Explicativas E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine (Banco) relativas ao período findo em 30 de junho de 2022, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco Pine (B3: PINE4) é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte e cinco anos destaca-se por financiar e assessorar empresas em todo território nacional. A estratégia do Banco baseia-se no relacionamento de longo prazo, entendendo o negócio e potencial do cliente, de modo a construir soluções e alternativas financeiras personalizadas por meio de seus produtos, como serviços de conta corrente, capital de giro e rotativos, derivativos, cobranças, transferências, fianças, câmbio, comércio exterior, seguros e investimentos. Para atingir esse objetivo, o Banco busca aperfeiçoar as jornadas dos clientes, aumentando sua satisfação por meio de uma experiência de excelência, ofertando soluções ágeis e funcionais que facilitam o dia-a-dia das empresas.

O Banco se posiciona para ser a melhor opção entre os bancos médios, atendendo grupos econômicos com faturamento anual acima de R\$10 milhões conforme segmentação abaixo. Além disso, segue em constante evolução e investindo cada vez mais na sua transformação digital, determinado a aperfeiçoar os processos e reduzir a burocracia, proporcionando sempre a melhor experiência aos clientes e um ambiente de trabalho que promova a integração entre os times, e mais agilidade em suas atividades.



GRANDES
EMPRESAS

Grupos econômicos com faturamento anual
acima de R\$ 500 milhões



EMPRESAS

Grupos econômicos com faturamento anual de
até R\$ 500 milhões

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

No âmbito externo, o segundo trimestre foi marcado pela continuidade do conflito Rússia-Ucrânia e pela deterioração adicional das perspectivas de alta de juros nos EUA, na zona do euro e no Reino Unido. Apesar de os dois eventos globais estarem associados por meio da aceleração da inflação – ligada à ampliação das restrições de oferta logísticas e de bens industriais e à alta dos preços das commodities –, os efeitos do conflito afetam muito mais a Europa do que os EUA por conta das restrições de gás natural impostas pela Rússia e, em geral, em função da elevação do preço do petróleo. Na Europa, além disso, a restrição de oferta de gás natural impõe um limite para o crescimento econômico europeu, fazendo com que, especificamente, a zona do euro cresça menos do que 2% este ano e 1% no ano que vem.

Do ponto de vista da política monetária global, a continuidade da guerra acirra a inflação advinda dos choques de oferta dos bens industriais e do petróleo em 2022, aumentando a pressão sobre os bancos centrais na direção de elevações das taxas de juros acima das expectativas atuais, o que tende a contribuir adicionalmente para a desaceleração do PIB global. O caso do Brasil, em particular, não foi – e não continuará sendo – qualitativamente diferente; a diferença quantitativa é que a intensidade da alta adicional de juros no Brasil será menor, já que o BACEN já majorou a Selic para 13,75%, estando bem à frente dos outros bancos centrais.

Segundo as expectativas de mercado, a Selic deverá atingir 14,25% no final do terceiro trimestre. No curto prazo, as razões para isso residem nas pressões que levaram o IPCA anual a atingir no final do segundo trimestre o patamar de 11,89%, ante 11,30% no primeiro trimestre. No final de 2022 e de 2023, o consenso de mercado para o IPCA é perto de 7%, levando as projeções para a Selic para pelo menos 13,5% até a metade de 2023.

Apesar de os apertos adicionais da taxa básica de juros normalmente desacelerarem o PIB, o consenso para o crescimento econômico brasileiro em 2022 subiu de 0,7% para pelo menos 1,5% por conta da aceleração da atividade no setor de serviço, que desempenha um papel muito importante para a absorção de mão de obra, refletindo diretamente na taxa de desemprego, que por sua vez caiu para 8,7% em junho ante o consenso de pelo menos 10,5%, o que explica o impulso de demanda que a economia brasileira vivencia atualmente.

Parte da aceleração do crescimento do setor de serviços vem do aumento da mobilidade social após o fim dos efeitos contracionistas advindos da pandemia do covid-19. A outra parte vem da continuidade dos impulsos fiscais promovidos pelo governo federal, os quais aparecem, principalmente: (i) na viabilização dos saques extraordinários do FGTS, (ii) na duplicação do Vale Gás, (iii) na prorrogação do Refis para pequenas empresas, e (iv) no aumento do Auxílio Brasil para R\$400,00 no primeiro semestre de 2022. Contabilizando a elevação de despesas para estimular o crescimento do PIB e a redução de alíquotas de impostos, como o IPI e o ICMS sobre gasolina, etanol, serviços de telecomunicações e energia elétrica, as benesses fiscais devem totalizar quase R\$250 bilhões, valor comparável aos impulsos fiscais compensatórios que caracterizaram o auge dos efeitos recessivos da pandemia em 2020.

No entanto, é importante notar que, apesar da elevação de despesas federais, o forte aumento de arrecadação federal e dos governos estaduais tem gerado a perspectiva de resultado primário do setor público perto de 0% do PIB ou mesmo levemente positivo. Estas expectativas têm reduzido os juros futuros longos (ou seja, os vencidos acima de janeiro 2025), melhorado a perenidade do crédito privado de longo prazo e a rolagem da dívida pública para prazos mais distantes, o que facilita qualquer ação do BC em levar a Selic abaixo de 10,5% no final de 2023. Mais importante ainda para a redução

Notas Explicativas E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



da Selic rumo a 8% a 9% no final de 2023, será a redução e a limitação das despesas correntes do governo federal e o respeito ao teto de gastos, pelo menos até o fim de 2024. Isso seria fundamental para diminuir as expectativas de inflação em 2023 e para manter a mediana das projeções de inflação em 2024.

Elevadas expectativas de inflação contribuem para manter a inflação relativamente alta e resiliente, limitando o crescimento real do crédito pessoal e corporativo, e contribuindo para que o PIB anual de 2023 fique abaixo de 1% ante a expectativa de pelo menos 1,5% em 2022.

A Selic abaixo da perspectiva de 10,5% no ano que vem e rumo a 8% a 9%, consistente com maior controle fiscal, é importante para manter estável a tendência da inadimplência da pessoa jurídica (PJ) junto ao sistema financeiro privado, e para preservar o crédito PJ com recursos privados acima de 15% do PIB. Este é um resultado fundamental para que a transmissão da política monetária para o crédito funcione adequadamente, permitindo que o PIB cresça pelo menos 1,5% em 2023.

2. DESEMPENHO

2.1 Resultado societário consolidado

RESULTADOS (R\$ Milhões)	1S21	1S22	Variation
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	75,1	92,6	23,3%
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	2,2	(21,5)	-
Receita de prestação de serviços e tarifas	19,3	15,7	(18,3%)
Despesas administrativas e de pessoal	(85,3)	(87,0)	2,0%
Resultado operacional	(8,7)	9,1	-
Lucro líquido contábil	1,8	6,3	-

2.2 Resultado gerencial

Visando uma melhor compreensão e análise do desempenho do Banco, as explicações desse relatório são baseadas na Demonstração Gerencial do Resultado, que considera algumas reclassificações gerenciais realizadas na Demonstração do Resultado Societário auditado. **Para mais informações e detalhes das reclassificações e critérios gerenciais, favor acessar o relatório de Análise Gerencial dos Resultados do 2T22 disponível no site de Relações com Investidores (ri.pine.com).**

RESULTADOS (R\$ Milhões)	1S21	1S22	Variação
Margem financeira bruta	75,6	70,8	(6,3%)
Custo de crédito	(21,3)	18,0	-
Receita de prestação de serviços e tarifas	19,3	15,7	(18,3%)
Despesas administrativas e de pessoal (inclui PLR)	(87,9)	(91,1)	3,6%
Resultado operacional	(2,3)	16,0	-
Lucro líquido recorrente	1,8	6,3	-

- A Margem Financeira Bruta somou R\$70,8 milhões no primeiro semestre de 2022, redução de 6,3% na comparação com o mesmo período do ano anterior, impactado pela leve redução na carteira do segmento Grandes Empresas.
- No 1S22, a oscilação no Custo do Crédito em relação ao 1S21 é reflexo, principalmente, do maior volume de recuperação de créditos baixados como prejuízo.
- As receitas de prestação de serviços e tarifas reduziram 18,3% em relação ao 1S21, principalmente com comissão de fianças e receita de seguros, decorrente da estratégia em atuar de maneira mais seletiva nesse produto.
- Aumento no patamar de despesas de pessoal e administrativas de 3,6% em 1S22 na comparação com o mesmo período de 2021, refletindo, principalmente, o aumento no quadro de colaboradores.
- **O resultado recorrente gerencial totalizou R\$6,3 milhões no 1S22, comparado a R\$1,8 milhão no 1S21.**
- A carteira de crédito classificada (Res. CMN nº 2.682/99), foco do nosso modelo de negócios, totalizou R\$4,1 bilhões em junho de 2022, patamar relativamente estável em relação aos períodos anteriores.
- Controle dos indicadores de inadimplência, mantendo elevado o Índice de Cobertura para atrasos acima de 90 dias. Os créditos classificados entre os ratings AA-C representavam 91,7% da carteira de crédito ao final de junho de 2022.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



- O total de captação atingiu R\$8,0 bilhões em junho de 2022. O portfólio permaneceu diversificado e segue alocado em prazos mais longos e sem concentração de vencimentos, corroborando com o perfil dos ativos.
- Patamar sólido de liquidez, com caixa livre equivalente a R\$1,8 bilhão.
- Índice de Basileia encerrou junho de 2022 em 11,9%, sendo 10,0% de Capital Nível I.

3. RATINGS

O Banco é classificado por agências nacionais internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da sua administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual a companhia está inserida.

Em maio/22, a agência Moody's atribuiu os *ratings* local de curto e longo prazo ao Banco, ambos com perspectiva estável.

	Longo Prazo	Curto Prazo
MOODY'S LOCAL	BBB-.br	ML A-3.br
	Outlook: estável	

4. RECURSOS HUMANOS

Por meio do "Pine Pulsa", são disseminados diariamente os valores da instituição. **Pensar Diferente; Seja o Cliente; Ser para o Outro; Jogue Limpo e Juntos somos donos** é o que nos move e o mundo digital transformador é o que nos impulsiona. Fortalecemos o ambiente focado em pessoas e valores, cultivado por desafios com a missão do crescimento exponencial sustentável.

Nos últimos meses, o Banco retomou ativamente suas atividades ao escritório. Entende-se a importância de manter o equilíbrio entre as jornadas e formas de trabalho, por isso, fortaleceu o modelo híbrido identificando as necessidades de interação presenciais diante das atividades de cada área.

Um dos pilares da Estratégia Gestão de Pessoas do Banco Pine é a "Qualidade de Vida". Pensando em semear e garantir que os colaboradores estivessem protegidos contra a gripe, em meados do mês de maio, aconteceu a tradicional campanha de vacinação no escritório da matriz. Neste dia, além dos profissionais, seus familiares também foram vacinados e aproveitaram para conhecer nosso escritório.

"Gestão de Pessoal" é um dos indicadores da nossa bússola e consiste em "garantir a execução do plano de ação de clima da área e institucional", além de "garantir também a execução de dois feedbacks no ano para todos os colaboradores".

Para dar continuidade nas ações que envolvem esse objetivo, no trimestre, realizamos alguns workshops colaborativos focados nos multiplicadores internos que fazem parte do plano de ação. Os temas abordados foram: "Lei Geral de Proteção de Dados", "Jornada ESG", "Compras" e "Produtos de Crédito na Visão de Finanças", ministrados, respectivamente, por membros das equipes de Segurança da Informação, ESG, Serviços & Patrimônio e Controladoria.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Possuímos políticas atualizadas de governança corporativa, em decorrência do compromisso permanente com os acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados, estão:

- > Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
- > Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- > 100% *tag along* para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- > Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- > Divulgação trimestral de resultados em dois padrões contábeis, BRGaap e IFRS; e
- > Presença de Comitês de Auditoria e Comitê de Remuneração, composto por membros independentes, que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

ESG

Em 2020 a Comissão ESG foi criada, dando início a um projeto de reestruturação nos aspectos ambientais, sociais e de governança no Banco Pine. Avançamos nesse tema ao longo do ano de 2021 por meio da criação de uma Agenda ESG, nos aprofundando na maturidade de gestão de cada dimensão do banco. Criamos um plano trienal (2022~2024) como parte do processo evolutivo do nosso modelo de gestão ESG.

Notas Explicativas E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



No final de 2021, demos início ao processo de adesão à Rede Brasil do Pacto Global, iniciativa da ONU para mobilizar a comunidade empresarial no desenvolvimento de ações que contribuam para o enfrentamento dos desafios da sociedade, principalmente nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Por meio da adesão, nos comprometemos em colaborar com o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Nosso plano trienal está pautado em diversas ações internas e externas para atingirmos esses objetivos. No âmbito ambiental, nos comprometemos com a revisão da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA); revisão dos procedimentos de aceitação de garantias sob a ótica do risco socioambiental; análise da exposição do risco socioambiental dos ativos; criação de KPIs para avaliar a exposição de risco socioambiental de garantias; criação de KPIs para avaliar as autuações de ativos imobiliários recebidas em garantias; e estudo e análise de exposição ao risco climático.

A Jornada ESG do Banco para os próximos anos está sendo desenvolvida por meio das seguintes frentes de atuação:

- Revisão da Estratégia ESG e Adequação da Gestão e Governança ESG
- Revisão da Política Socioambiental e aprimoramento da Gestão de Risco Socioambiental e Climático
- Atualização do Código de Conduta da instituição e de seus fornecedores
- Programa de engajamento no Combate a Corrupção
- Programa de Diversidade e Inclusão
- Programa de Investimento Social Privado e Voluntariado

A agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais, desta forma o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental (PRSA) com base nessas novas orientações. A atualização da PRSA teve como objetivo a formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais e a revisão das diretrizes ESG institucionais. A PRSA do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Além disso, seguimos com a parceira junto a duas organizações: **Instituição Assistencial Lar das Bênçãos**, participando ativamente da campanha de doação de itens para famílias carentes; e **Instituto Reciclar**, renovando a parceria por meio do projeto de mentoria de carreira para jovens em situação de vulnerabilidade social.

Aumento de Capital em 2022

Conforme Fato Relevante divulgado em 16 de fevereiro de 2022, nosso Conselho de Administração aprovou aumento de capital de, no mínimo, R\$42,9 milhões e, no máximo, R\$70,0 milhões. O preço da ação foi definido em R\$1,60, e o período de preferência se encerrou dia 24 de março de 2022. Como vantagem adicional aos subscritores, foi atribuído 1 (um) bônus de subscrição, em série única, para cada 3 (três) ações subscritas, sendo que cada bônus, se exercido, dará direito a 1 (uma) ação ON e 2 (duas) ações PN.

Após o encerramento do período de subscrição das sobras, dia 18 de abril de 2022, foram subscritas um total de 38.283.443 novas ações, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R\$61.253.508,80, correspondentes a aproximadamente 88% (oitenta e oito por cento) das ações disponíveis para subscrição no âmbito do aumento de capital. Foram emitidos também 12.760.974 Bônus de Subscrição atribuídos como vantagem adicional aos subscritores de ações no aumento de capital. O aumento de capital, homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de abril de 2022, foi aprovado junto ao Bacen por meio de ofício datado em 23 de maio de 2022.

Entendemos que o Aumento de Capital fortalecerá a estrutura de capital, e consequentemente nossa capacidade de crescer o portfólio de crédito, aumentar a base de clientes e seguir investindo em pessoas, processos e tecnologias, nos permitindo perpetuar nosso propósito, incrementar os níveis de rentabilidade, e intensificar novos negócios.

Conselho Fiscal

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de maio de 2022, foi decidido pela instalação do Conselho Fiscal nos termos da Lei e do Estatuto Social do Banco. Em mesma reunião foram indicados e aprovados os nomes dos conselheiros e seus respectivos suplentes, sendo os mesmos aprovados pelo BACEN no dia 28 de julho de 2022.

Notas Explicativas
BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Circular BACEN nº 3.068/01

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do Bacen, declaramos ter capacidade financeira e a intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$5.704,4 milhões, representando 83,4% do total de títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2022.

6. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de janeiro a junho de 2022, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

7. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

8. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL
 (Em milhares de Reais - R\$)



ATIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	4	163.355	222.709	163.356	222.710
Ativos financeiros		12.641.612	13.303.243	12.725.799	13.820.357
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	99.052	93.012	99.052	93.012
Títulos e valores mobiliários	6.a	6.840.457	6.977.486	6.840.457	6.979.808
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.355.959	1.659.529	1.355.959	1.659.529
Operações de crédito	7	3.351.308	3.675.546	3.351.308	3.675.546
Outros ativos financeiros	8	994.836	897.670	1.079.023	1.412.462
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(243.843)	(229.833)	(246.365)	(229.833)
(-) Operações de crédito e outros créditos		(243.843)	(229.833)	(246.365)	(229.833)
Ativos fiscais	9.a	1.002.205	1.011.667	1.003.669	1.012.586
Investimento em participações em coligadas e controladas	10	704.816	707.529	474	474
Outros ativos	11	401.724	341.841	974.271	427.421
Imobilizado de uso	12	27.745	26.620	27.745	26.620
Intangível		3.862	3.862	3.862	3.862
(-) Depreciação e amortização		(21.674)	(20.595)	(21.674)	(20.595)
(-) Imobilizado de uso	12	(19.533)	(18.883)	(19.533)	(18.883)
(-) Intangível		(2.141)	(1.712)	(2.141)	(1.712)
TOTAL DO ATIVO		14.679.802	15.367.043	14.631.137	15.263.602
PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Passivos financeiros		13.511.348	14.255.718	13.447.108	14.146.561
Depósitos	13.a	7.274.996	7.211.086	7.210.756	7.101.929
Captações no mercado aberto	13.b	3.666.131	4.485.015	3.666.131	4.485.015
Recursos de aceites e emissão de títulos	13.c	586.009	589.150	586.009	589.150
Obrigações por empréstimos e repasses	13.d	23.654	41.602	23.654	41.602
Dívida subordinada	14	132.334	132.506	132.334	132.506
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.816.027	1.792.181	1.816.027	1.792.181
Outros passivos financeiros		12.197	4.178	12.197	4.178
Provisões	15	23.707	21.779	23.774	21.779
Outros passivos	16	300.478	310.413	315.986	316.129
TOTAL DO PASSIVO		13.835.533	14.587.910	13.786.868	14.484.469
Patrimônio líquido	17	844.269	779.133	844.269	779.133
Capital social		1.263.647	1.202.393	1.263.647	1.202.393
De domiciliados no país		1.134.780	1.073.526	1.134.780	1.073.526
De domiciliados no exterior		128.867	128.867	128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		(7.397)	(4.986)	(7.397)	(4.986)
Prejuízos acumulados		(411.981)	(418.274)	(411.981)	(418.274)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	844.269	779.133	844.269	779.133
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.679.802	15.367.043	14.631.137	15.263.602

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)



	Nota	Individual		Consolidado	
		30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		718.097	432.832	718.003	432.832
Operações de crédito	18.a	368.061	190.843	368.061	190.843
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	313.979	187.809	313.885	187.809
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	52.348	61.800	52.348	61.800
Resultado de operações de câmbio		(16.291)	(7.620)	(16.291)	(7.620)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(627.764)	(358.344)	(625.363)	(357.702)
Operações de captação no mercado	18.b	(604.908)	(355.105)	(602.507)	(354.463)
Operações de empréstimos e repasses	18.c	(1.379)	(5.484)	(1.379)	(5.484)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(21.477)	2.245	(21.477)	2.245
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		90.333	74.488	92.640	75.130
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(85.724)	(86.806)	(83.587)	(83.793)
Receitas de prestação de serviços	18.d	8.467	11.406	9.565	15.035
Rendas de tarifas bancárias		6.171	4.237	6.171	4.237
Despesas de pessoal	18.e	(51.157)	(42.361)	(51.463)	(42.361)
Outras despesas administrativas	18.f	(35.442)	(40.958)	(35.545)	(42.964)
Despesas tributárias	18.g	(5.285)	(5.211)	(5.925)	(10.931)
Resultado de participação em controladas	10.a	(3.771)	5.336	-	-
Outras receitas operacionais	18.h	4.707	5.937	4.787	38.491
Outras despesas operacionais	18.i	(9.414)	(25.192)	(11.177)	(45.300)
RESULTADO OPERACIONAL		4.609	(12.318)	9.053	(8.663)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	18.j	14.775	18.414	11.052	17.419
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		19.384	6.096	20.105	8.756
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19	(8.982)	32	(9.703)	(2.628)
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO	22	(4.109)	(4.345)	(4.109)	(4.345)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		6.293	1.783	6.293	1.783
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO EM NÚMERO MÉDIO PONDERADO DE AÇÕES					
Lucro líquido por ação ordinária		0,0643	0,0236	-	-
Lucro líquido por ação preferencial		0,0711	0,0246	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 (Em milhares de Reais - R\$)



	Nota	Individual		Consolidado	
		30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido do semestre		6.293	1.783	6.293	1.783
Outros ajustes abrangentes	17.d	(2.411)	(19.400)	(2.411)	(19.400)
Ativos financeiros disponíveis para venda		(4.526)	(35.716)	(4.488)	(35.716)
Hedges de fluxo de caixa		1	1	1	1
Imposto de renda e contribuição social		2.019	15.873	1.981	15.873
Outros ⁽¹⁾		95	442	95	442
Lucro líquido (Prejuízo) abrangente do semestre		3.882	(17.617)	3.882	(17.617)

(1) Refere-se ao diferimento de ações, conforme Resolução CMN nº 3.921 de 25/11/2010.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas
BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais - R\$)


	Individual				
	Nota	Capital Social Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17	1.202.393	14.517	(424.216)	792.694
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	(19.644)	-	(19.644)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	244	-	244
Lucro Líquido do semestre		-	-	1.783	1.783
Saldos em 30 de junho de 2021	17	1.202.393	(4.883)	(422.433)	775.077
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17	1.202.393	(4.986)	(418.274)	779.133
Aumento de capital	17.a	61.254	-	-	61.254
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	(2.520)	-	(2.520)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	109	-	109
Lucro líquido do semestre		-	-	6.293	6.293
Saldos em 30 de junho de 2022	17	1.263.647	(7.397)	(411.981)	844.269

	Consolidado				
	Nota	Capital Social Realizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	17	1.202.393	14.517	(424.216)	792.694
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	(19.644)	-	(19.644)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	244	-	244
Lucro Líquido do semestre		-	-	1.783	1.783
Saldos em 30 de junho de 2021	17	1.202.393	(4.883)	(422.433)	775.077
Saldos em 31 de dezembro de 2021	17	1.202.393	(4.986)	(418.274)	779.133
Aumento de capital	17.a	61.254	-	-	61.254
MTM de títulos disponíveis para venda	17.d	-	(2.463)	-	(2.463)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	17.d	-	52	-	52
Lucro líquido do semestre		-	-	6.293	6.293
Saldos em 30 de junho de 2022	17	1.263.647	(7.397)	(411.981)	844.269

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) (Em milhares de Reais - R\$)



		Individual		Consolidado	
	Nota	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido ajustado		64.895	2.733	60.642	9.006
Lucro líquido do semestre		6.293	1.783	6.293	1.783
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		21.967	7.575	21.967	7.575
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	21.477	(2.245)	21.477	(2.245)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		8.982	(5.011)	8.433	(4.074)
Depreciação e amortização	18.f	1.079	1.166	1.079	1.166
Provisão para contingências		1.301	1.698	1.368	1.698
Provisão para garantias financeiras prestadas		25	3.103	25	3.103
Resultado de participação em controladas	10.a	3.771	(5.336)	-	-
Variação de ativos e passivos		(152.079)	(91.204)	(148.826)	(142.477)
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		3.120	(6.059)	3.120	(6.059)
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		134.561	(1.040.505)	136.940	(1.040.505)
(Aumento) Redução de operações de crédito		316.771	(361.050)	319.293	(361.050)
(Aumento) Redução de outros ativos financeiros		(88.667)	(80.490)	341.942	(117.377)
(Aumento) Redução de outros ativos		(59.883)	69.477	(546.850)	70.832
(Aumento) Redução de instrumentos financeiros derivativos		327.416	50.280	327.416	50.280
Aumento (Redução) de depósitos		63.910	49.810	108.827	27.460
Aumento (Redução) de operações compromissadas		(818.884)	1.043.301	(818.884)	1.043.301
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos		(3.141)	153.321	(3.141)	153.321
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		(17.948)	(11.457)	(17.948)	(11.457)
Aumento (Redução) de outros passivos		(9.334)	42.168	459	48.777
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		(87.184)	(88.471)	(88.184)	(133.471)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso		(1.125)	(166)	(1.125)	(166)
Alienação (Aquisição) de intangível		-	(515)	-	(515)
(Aumento) Redução de capital em controladas	10	(1.000)	(45.000)	-	-
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento		(2.125)	(45.681)	(1.125)	(681)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital	17	61.254	-	61.254	-
(Aumento) Redução em obrigações por dívida subordinada	14	(172)	53.359	(172)	53.359
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento		61.082	53.359	61.082	53.359
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	312.601	230.436	312.602	230.437
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(21.967)	(7.575)	(21.967)	(7.575)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	4	262.407	142.068	262.408	142.069

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas
BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 (Em milhares de Reais - R\$)


	Nota	Individual		Consolidado	
		30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Receitas		721.326	449.879	716.924	464.959
Receitas da intermediação financeira		718.097	432.832	718.003	432.832
Receitas de prestação de serviços	18.d	8.467	11.406	9.565	15.035
Rendas de tarifas bancárias		6.171	4.237	6.171	4.237
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.f	(21.477)	2.245	(21.477)	2.245
Outras		10.068	(841)	4.662	10.610
Despesas de intermediação financeira		(606.287)	(360.589)	(603.886)	(359.947)
Insumos adquiridos de terceiros	18.f	(32.082)	(32.196)	(32.185)	(34.202)
Materiais, energias e outros		(188)	(190)	(188)	(190)
Serviços de terceiros		(24.113)	(23.195)	(24.176)	(24.315)
Outros		(7.781)	(8.811)	(7.821)	(9.697)
Valor adicionado (consumido) bruto		82.957	57.094	80.853	70.810
Depreciação e amortização	18.f	(1.079)	(1.166)	(1.079)	(1.166)
Valor adicionado (consumido) líquido produzido pela entidade		81.878	55.928	79.774	69.644
Valor adicionado recebido em transferência		(3.771)	5.336	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	10.a	(3.771)	5.336	-	-
Valor adicionado (consumido) total a distribuir		78.107	61.264	79.774	69.644
Distribuição do valor adicionado (consumido)		78.107	61.264	79.774	69.644
Remuneração do trabalho		55.266	46.706	55.572	46.706
Proventos	18.e	30.592	26.585	30.844	26.585
Benefícios e treinamento	18.e	7.139	6.130	7.143	6.130
Encargos sociais	18.e	13.426	9.646	13.476	9.646
Participação nos lucros		4.109	4.345	4.109	4.345
Remuneração de governos		14.267	5.179	15.628	13.559
Federais	18.g	4.563	4.423	5.119	6.069
Municipais	18.g	722	788	-	4.862
Imposto de renda e contribuição social	19	8.982	(32)	9.703	2.628
Remuneração de capitais de terceiros		2.281	7.596	2.281	7.596
Aluguéis e arrendamento de bens	18.f	2.281	7.596	2.281	7.596
Remuneração de capitais próprios		6.293	1.783	6.293	1.783
Lucro Líquido retido		6.293	1.783	6.293	1.783

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Individuais E CONSOLIDADAS

As Demonstrações Financeiras Individuais do Pine, que incluem sua Agência de Grand Cayman e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine e Controladas, são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 30 de junho de 2022, na reunião realizada em 8 de agosto de 2022.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas contemplam as operações do Pine, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas conforme abaixo:

	Atividade	Participação % no capital total em	
		30/06/2022	31/12/2021
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Planejamento e Serviços Ltda	Consultoria	99,9900	99,9900
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	DTVM	99,9998	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Consultoria	99,9998	99,9998
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)	SPE	99,9999	99,9999
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Corretora	99,9990	99,9990
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	SPE	99,9999	99,9999
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	SPE	99,9999	99,9999

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico
 Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
 Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
 Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa
 Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo intangível
 Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas
 Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações
 Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
 Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 - Eventos subsequentes
 Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
 Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo imobilizado
 Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda
 Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados
 Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41 - Resultado por ação
 Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 46 - Mensuração do valor justo
 Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

A Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 2/20 com vigências a partir de 1º de janeiro de 2021, estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras e informações financeiras de períodos inferiores a um ano, incluindo: a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente, a apresentação de Informações financeiras de forma completa e divulgação da segregação de resultado recorrente e não recorrente.

Resoluções do CMN que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022:

Propriedades para Investimento

A Resolução CMN nº 4.967/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação contábeis de propriedades para investimento e de ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado. O Banco Pine não identificou impactos.

Investimentos

A Resolução CMN nº 4.817/20, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto. O Banco Pine não identificou impactos.

Conversão de Taxas

A Resolução CMN nº 4.924/21, em conjunto com a Resolução BCB nº 120/21, estabelecem a opção, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, de utilização da taxa de câmbio à vista ("taxa referencial") diferente da informada pelo Bacen (PTAX) para a conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional, observadas determinadas condições. O Banco Pine não adotou tal opção.

Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB nº 92/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:

Instrumentos Financeiros

Resolução CMN nº 4.966/21 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção contabilidade de hedge, incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Resolução estabelece a obrigação de remessa ao Bacen de um plano para a implementação da regulamentação prevista na norma. O Pine já iniciou as avaliações sobre os impactos e alterações necessárias.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



a) Consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Pine e suas subsidiárias e entidades de propósito específico foram eliminados.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata temporis, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários do Pine são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais o Pine não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários.

Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais o Pine tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

O valor justo dos títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado, que não são negociados em mercados ativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Pine usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço e nas condições de crédito dos emissores. O Pine utiliza a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo do valor justo desses ativos financeiros disponíveis para venda.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular Bacen nº 3.082/02, e a Carta-Circular Bacen nº 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termo, futuros e swaps são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios:

- Operações com opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício;
- Operações de futuro: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;
- Operações de swap: os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa pro rata dia até a data do balanço;
- Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do Pine, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

- Hedge de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período;
- Hedge de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN nº 4.277/13 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem:

- Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen nº 3.068/01;
- Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen nº 3.082/02; e
- Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN nº 3.464/07.

De acordo com esta Resolução, o Pine passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



h) Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

O Pine classifica sua carteira de crédito por rating que varia de AA à H, considerando premissas internas alinhadas com a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores e os níveis de inadimplência. Baseado nesses critérios a provisão para perda esperada é considerada suficiente pelo Pine. Entretanto, por se tratar de julgamentos aplicados, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito demonstrada na nota explicativa 7.d poderá divergir da perda futura a ser incorrida.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação.

As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa 7.

i) Baixa de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;

- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC); e

- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99 do Bacen.

j) Ativos não financeiros mantidos para venda

Outros valores e bens referem-se, principalmente, ativos não financeiros mantidos para venda, compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento. Os ativos não financeiros mantidos para venda são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados, avaliando eventual redução de seu valor recuperável periodicamente (nota 3.n)

k) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

l) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

m) Investimento em participações em coligadas e controladas, Imobilizado de uso e Intangível

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;

- A participação em não controladas é avaliada pelo método de custo;

- Os bens do ativo imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil e econômica dos bens;

- O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

n) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

o) Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no Balanço Patrimonial como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob as rubricas "Aplicações interfinanceiras de liquidez" e "Captações no mercado aberto".

p) Outros passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



q) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, e Carta-Circular Bacen nº 3.429/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes e, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos; e

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis ao Pine, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

r) Resultados de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados à garantias e fianças prestadas. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Conforme a Resolução BCB nº 92/21, que dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Grupo 5 – Rendas de Exercícios Futuros, foi reclassificado para a linha de Outros Passivos - Credores diversos - país e exterior.

s) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social 20%.

A alíquota da CSLL, para Bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 25% com vigência a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, nos termos do Art. 3º, inciso II-A Lei nº 7.689/88.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota explicativa 9.d, está baseada em projeções de resultados para os próximos 10 anos e fundamentada em estudo técnico que inclui julgamentos e premissas.

t) Participações no resultado

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelado e homologado pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado" pelo período de competência.

u) Lucro líquido (Prejuízo) por ação

Resultado básico por ação

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos titulares de ações ordinárias da companhia, o numerador, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, o denominador, durante o período.

Resultado diluído por ação

Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a companhia deve ajustar o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias, o capital próprio ordinário, da companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas, em circulação, para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

Os resultados básico e diluído por ação são iguais e são apresentados em apenas uma linha na Demonstração do Resultado e está indicado como "Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações".

v) Garantias financeiras prestadas

A Resolução CMN nº 4.512 de 28 de julho de 2016 e a Carta-Circular Bacen nº 3.782 de 19 de setembro de 2016 estabeleceram procedimentos contábeis a serem aplicados, determinando sobre a constituição de provisão para cobertura das perdas associadas às garantias financeiras prestadas sob qualquer forma, na adequada conta do passivo, tendo como contrapartida o resultado do período. As perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas são avaliadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito e com base em informações e critérios consistentes, passíveis de verificação. A provisão é suficiente para cobertura das perdas prováveis durante todo o prazo da garantia prestada e são avaliadas periodicamente.

O Pine adota premissas internas para o cálculo de provisão de fiança e garantias prestadas. Essas premissas representam julgamentos e levam em consideração, principalmente, a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos em relação ao cliente e tipos de fiança. Baseado nesses critérios, a provisão é considerada suficiente pelo Pine.

x) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas requer que o Pine efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos e derivativos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes; valor de mercado de ativos não financeiros mantidos para a venda; e classificação de ativos financeiros mantidos até o vencimento. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

y) Resultado não recorrente

A Resolução BCB nº 2/20 estabeleceu que considera-se resultado não recorrente, o resultado que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não recorrente do Pine, está evidenciado na Nota 25.h, de forma segregada.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



z) Hierarquia de valor justo

O cálculo do valor justo é executado pela área de riscos, que desta forma, está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por uma área independente do tomador de risco.

O valor justo é determinado de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1: Instrumentos financeiros com referência de preços em mercados organizados e com elevada liquidez. A carteira contida neste nível é composta de títulos públicos, derivativos listados e outros títulos negociados do mercado ativo.

Nível 2: A apuração do valor justo dos produtos com nível reduzido de liquidez é feita através dos terminais de precificação de dados públicos e em plataformas de precificação de mercado. Os títulos privados são calculados com base no valor presente dos fluxos de pagamento futuros, descontados por taxas de juros livre de risco mais o spread de crédito, utilizamos também o rating da contraparte que reflete a qualidade creditícia do emissor, os derivativos de balcão são calculados com as curvas e preços disponibilizados pela B3.

Nível 3: O valor justo dos produtos com baixíssima liquidez de mercado é calculado com base em modelos desenvolvidos internamente, pautados pela confiabilidade da informação e pelo conservadorismo, no nível 3 são classificados como ativos de baixíssima liquidez os títulos privados com mudança substancial de risco.

Os instrumentos financeiros classificados pelo valor justo no Nível 1 são precificados com base na coleta de preços divulgados pelos mercados organizados, no Nível 2 são utilizados os preços cotados e derivados de cotações públicas em mercados ativos e no Nível 3 são mensurados mediante modelos internos de cálculo. O volume de operações precificadas pelo seu valor justo na sua quase totalidade estão distribuídos no Nível 1, com exceção aos instrumentos financeiros derivativos que são classificados em Nível 2 e aos títulos privados em situação de discussão judicial no montante de R\$95.909 (31 de dezembro de 2021 - R\$99.758) que são classificados em Nível 3.

aa) Eventos subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras Individuais e Consolidadas e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras Individuais e consolidadas; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades ⁽¹⁾	163.355	222.709	163.356	222.710
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5) ⁽²⁾	99.052	89.892	99.052	89.892
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	262.407	312.601	262.408	312.602

(1) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, refere-se, substancialmente, a depósitos no exterior em moedas estrangeiras.

(2) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas conforme abaixo:

Papel/Vencimento	Individual e Consolidado				
				30/06/2022	31/12/2021
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas					
LTN - Letras do Tesouro Nacional	32.499	-	-	32.499	10.499
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	14.997	-	-	14.997	-
NTN - Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	3.000
Total de aplicações em operações compromissadas	47.496	-	-	47.496	13.499
Aplicações em depósitos interfinanceiros					
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pós	30.000	2.716	-	32.716	7.270
Depósitos vinculados ao Crédito Rural	18.840	-	-	18.840	72.243
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	48.840	2.716	-	51.556	79.513
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	96.336	2.716	-	99.052	93.012

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a carteira de títulos e valores mobiliários são compostas conforme abaixo:

								30/06/2022		Individual		
								Total		31/12/2021		
	Valor de Mercado/Contábil							Total		Total		
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda												
Títulos públicos	-	-	353.835	327.261	262.106	10.306	953.508	966.701	(13.193)	702.054	710.637	(8.583)
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	274.181	190.501	200.502	-	665.184	665.880	(696)	564.587	565.781	(1.194)
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	54.523	-	-	54.523	59.250	(4.727)	50.913	54.965	(4.052)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	79.654	82.237	61.604	10.306	233.801	241.571	(7.770)	86.554	89.891	(3.337)
Títulos privados	-	4.771	-	33.335	68.370	22.768	129.244	129.339	(95)	131.826	131.948	(122)
Debêntures ⁽¹⁾	-	4.771	-	33.335	68.370	22.768	129.244	129.339	(95)	131.826	131.948	(122)
Total de títulos disponíveis para venda	-	4.771	353.835	360.596	330.476	33.074	1.082.752	1.096.040	(13.288)	833.880	842.585	(8.705)
Títulos para negociação ⁽²⁾												
Títulos públicos	-	4	-	8.625	20.534	23.765	52.928	53.392	(464)	273.583	275.550	(1.967)
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	23.465	23.465	23.471	(6)	264.920	266.816	(1.896)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	4	-	8.625	20.534	300	29.463	29.921	(458)	8.663	8.734	(71)
Títulos privados	386	-	-	-	-	-	386	386	-	401	401	-
Ações de companhias abertas	386	-	-	-	-	-	386	386	-	401	401	-
Total de títulos para negociação	386	4	-	8.625	20.534	23.765	53.314	53.778	(464)	273.984	275.951	(1.967)
Títulos mantidos até o vencimento												
Títulos públicos	-	-	143.824	1.941.857	2.803.103	815.607	5.704.391	5.704.391	-	5.869.622	5.869.622	-
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	591.610	-	-	591.610	591.610	-	561.227	561.227	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	430.415	-	-	430.415	430.415	-	666.010	666.010	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	143.824	919.832	2.803.103	815.607	4.682.366	4.682.366	-	4.642.385	4.642.385	-
Total de tit. mantidos até o vencimento	-	-	143.824	1.941.857	2.803.103	815.607	5.704.391	5.704.391	-	5.869.622	5.869.622	-
Total de títulos	386	4.775	497.659	2.311.078	3.154.113	872.446	6.840.457	6.854.209	(13.752)	6.977.486	6.988.158	(10.672)

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



								30/06/2022		Consolidado		
								Total		31/12/2021		
	Valor de Mercado/Contábil							Total		Total		
	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado	Valor de Mercado/Contábil	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Títulos disponíveis para venda												
Títulos públicos	-	-	353.835	327.261	262.106	10.306	953.508	966.701	(13.193)	704.376	713.054	(8.678)
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	274.181	190.501	200.502	-	665.184	665.880	(696)	564.586	565.781	(1.195)
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	54.523	-	-	54.523	59.250	(4.727)	53.236	57.382	(4.146)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	79.654	82.237	61.604	10.306	233.801	241.571	(7.770)	86.554	89.891	(3.337)
Títulos privados	-	4.771	-	33.335	68.370	22.768	129.244	129.339	(95)	131.826	131.948	(122)
Debêntures ⁽¹⁾	-	4.771	-	33.335	68.370	22.768	129.244	129.339	(95)	131.826	131.948	(122)
Total de títulos disponíveis para venda	-	4.771	353.835	360.596	330.476	33.074	1.082.752	1.096.040	(13.288)	836.202	845.002	(8.800)
Títulos para negociação ⁽²⁾												
Títulos públicos	-	4	-	8.625	20.534	23.765	52.928	53.392	(464)	273.583	275.550	(1.967)
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	23.465	23.465	23.471	(6)	264.920	266.816	(1.896)
NTN - Notas do tesouro nacional	-	4	-	8.625	20.534	300	29.463	29.921	(458)	8.663	8.734	(71)
Títulos privados	386	-	-	-	-	-	386	386	-	401	401	-
Ações de companhias abertas	386	-	-	-	-	-	386	386	-	401	401	-
Total de títulos para negociação	386	4	-	8.625	20.534	23.765	53.314	53.778	(464)	273.984	275.951	(1.967)
Títulos mantidos até o vencimento												
Títulos públicos	-	-	143.824	1.941.857	2.803.103	815.607	5.704.391	5.704.391	-	5.869.622	5.869.622	-
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	591.610	-	-	591.610	591.610	-	561.227	561.227	-
LTN - Letras do tesouro nacional	-	-	-	430.415	-	-	430.415	430.415	-	666.010	666.010	-
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	143.824	919.832	2.803.103	815.607	4.682.366	4.682.366	-	4.642.385	4.642.385	-
Total de tit. mantidos até o vencimento	-	-	143.824	1.941.857	2.803.103	815.607	5.704.391	5.704.391	-	5.869.622	5.869.622	-
Total de títulos	386	4.775	497.659	2.311.078	3.154.113	872.446	6.840.457	6.854.209	(13.752)	6.979.808	6.990.575	(10.767)

(1) Em 30 de junho de 2022, as condições e expectativas consideradas na avaliação de certos títulos disponíveis para venda não se concretizaram, em consequência, foi reconhecido no resultado, o montante de R\$6.772 (30 de junho de 2021 R\$7.548) de perdas permanentes, na conta de Resultado de Operações com Títulos de Valores Mobiliários.

(2) Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do título, porém possui característica de curto prazo.

Atendendo ao disposto da Circular Bacen nº 3.068/01, o Banco Pine possui capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Conforme estabelecido no Art. 5º da Circular Bacen nº 3.068/01, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não houve reclassificação de categoria.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria "disponíveis para venda" e "para negociação" foi apurado com base em preços e taxas praticados em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão e pelas Agências Internacionais de Informações, quando disponíveis ou por metodologia própria que considera a utilização mais ampla possível de dados observáveis. Em 30 de junho de 2022, a marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" possui um ajuste negativo acumulado no montante de R\$7.308 no Individual e no Consolidado, registrados no patrimônio líquido do Pine, líquidos dos efeitos tributários (ajuste negativo acumulado de R\$4.788 no Individual e R\$4.845 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021). A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "para negociação" resultou em um ajuste negativo no montante de R\$464 no Individual e no Consolidado (ajuste negativo no montante de R\$1.967 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro 2021) no resultado.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Por categoria	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Títulos disponíveis para venda	1.082.752	833.880	1.082.752	836.202
Financiada	342.440	418.799	342.440	418.799
Livre	549.058	233.687	549.058	236.009
Vinculada	191.254	181.394	191.254	181.394
Títulos disponíveis para negociação	53.314	273.984	53.314	273.984
Financiada	5.021	228.909	5.021	228.909
Livre	48.293	45.075	48.293	45.075
Títulos mantidos até o vencimento	5.704.391	5.869.622	5.704.391	5.869.622
Financiada	3.817.787	4.278.406	3.817.787	4.278.406
Livre	1.128.844	818.909	1.128.844	818.909
Vinculada	757.760	772.307	757.760	772.307
Total	6.840.457	6.977.486	6.840.457	6.979.808

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Rendas de operações com títulos de renda fixa	327.663	196.616	327.665	196.616
Despesas de operações com títulos de renda fixa	(8.174)	(8.626)	(8.270)	(8.626)
Rendas de operações com títulos de renda variável	2.371	1.077	2.371	1.077
Despesas de operações com títulos de renda variável	(7.881)	(1.258)	(7.881)	(1.258)
Total	313.979	187.809	313.885	187.809

c) Instrumentos financeiros derivativos

i) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para gerenciamento dos riscos de mercado dos seus balanços, resultantes de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Para atender esta demanda o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados.

ii) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Crédito e Cenários de stress. Com base nessas informações, as Mesas de Tesouraria providenciam os instrumentos financeiros derivativos necessários, em conformidade com a política de riscos de mercado e de crédito, previamente definidas pelo Pine. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites considera, dentre outras variáveis, os potenciais cenários de stress dos ativos objetos.

O conhecimento do cliente, a avaliação do setor em que atua, seu perfil de apetite a riscos, acompanhada da prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela Instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swap com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres, incluindo operações de balcão, de menor relevância, em relação ao total das exposições do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, *Intercontinental Exchange - ICE* e *Bloomberg*. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

iv) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

Instrumentos financeiros derivativos	Individual e Consolidado			Individual e Consolidado		
	30/06/2022			31/12/2021		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	4.680	1.260.149	1.264.829	2.312	1.491.882	1.494.194
Contratos a termo - a receber	74.178	15.338	89.516	64.471	21.989	86.460
Prêmios de opções a exercer	1.013	601	1.614	78.875	-	78.875
Total a receber	79.871	1.276.088	1.355.959	145.658	1.513.871	1.659.529
PASSIVO						
Swap - diferencial a pagar	(5.435)	(1.534.344)	(1.539.779)	(22.647)	(1.743.479)	(1.766.126)
Contratos a termo - a pagar	(249.629)	(18.465)	(268.094)	(22.115)	(3.940)	(26.055)
Prêmios de opções lançadas	(5.318)	(2.836)	(8.154)	-	-	-
Total a pagar	(260.382)	(1.555.645)	(1.816.027)	(44.762)	(1.747.419)	(1.792.181)
Valor líquido	(180.511)	(279.557)	(460.068)	100.896	(233.548)	(132.652)

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



v) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

	30/06/2022				Individual e Consolidado			
				Resultado/ Patrimônio líquido				Resultado/ Patrimônio líquido
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar		Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	4.346.006	1.255.118	-		4.307.837	1.478.881	-	
Juros	4.194.799	1.207.022	-		4.257.907	1.421.290	-	
Moeda	151.207	48.096	-		49.930	57.591	-	
Posição passiva:	4.346.006	-	(1.527.564)		4.307.837	-	(1.763.191)	
Juros	4.292.258	-	(1.525.603)		4.231.425	-	(1.741.701)	
Moeda	53.748	-	(1.961)		76.412	-	(21.490)	
Valor líquido		1.255.118	(1.527.564)	17.082		1.478.881	(1.763.191)	57.640
Hedge Accounting								
Fluxo de Caixa								
Posição ativa:	8.833	9.711	-		11.778	15.313	-	
Moeda	8.833	9.711	-		11.778	15.313	-	
Valor líquido		9.711	-	(1.976)		15.313	-	1.686
Risco de mercado								
Posição ativa:	227.285	-	(12.215)		227.285	-	(2.935)	
Juros	227.285	-	-		227.285	-	-	
Valor líquido		-	(12.215)	(12.354)		-	(2.935)	(1.663)
Valor líquido de Swap		1.264.829	(1.539.779)	2.752		1.494.194	(1.766.126)	57.663
Contratos a termo								
Posição ativa:	3.513.608	89.516	-		2.357.846	86.460	-	
Juros	2.073.124	14.717	-		1.231.932	19.773	-	
Moeda	1.184.634	39.393	-		1.017.088	57.000	-	
Commodities	255.850	35.406	-		108.826	9.687	-	
Posição passiva:	3.513.608	-	(268.094)		2.357.846	-	(26.055)	
Juros	1.440.484	-	(13.543)		1.125.913	-	(8.576)	
Moeda	1.454.214	-	(69.932)		928.950	-	(6.969)	
Commodities	618.910	-	(184.619)		302.983	-	(10.510)	
Valor líquido		89.516	(268.094)	(377.841)		86.460	(26.055)	44.737
Opções								
Prêmios de opções a exercer	113.016	1.614	-		242.956	78.875	-	
Juros	-	-	-		74.919	-	-	
Moeda	5.655	1.140	-		168.037	78.875	-	
Commodities	107.361	474	-		-	-	-	
Prêmios de opções lançadas	258.499	-	(8.154)		-	-	-	
Moeda	5.655	-	(8.154)		-	-	-	
Commodities	252.844	-	-		-	-	-	
Valor líquido		1.614	(8.154)	17.189		78.875	-	91.782
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		1.355.959	(1.816.027)	(357.900)		1.659.529	(1.792.181)	194.182

vi) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	30/06/2022				Individual e Consolidado			
				Resultado				Resultado
	Valor de Referência	Ajuste diário a Receber	Ajuste diário a Receber		Valor de Referência	Ajuste diário a Receber	Ajuste diário a Receber	
	Compra	Venda	(pagar)		Compra	Venda	(pagar)	
Mercado interfinanceiro ⁽¹⁾	1.679.315	146.483	3.889		2.363.828	76.883	1.340	
Moeda	108.689	113.581	(1.707)		197.490	1.120.576	20.476	
Cupom cambial futuro	211.050	202.769	(221)		476.326	495.256	394	
Commodities	588.178	210.054	-		277.319	318.032	98	
Total	2.587.232	672.887	1.961	410.248	3.314.963	2.010.747	22.308	(188.346)

(1) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, contém Instrumento de Hedge com Futuros - DI (Nota 6.c.xx).

vii) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	Individual e Consolidado					
	30/06/2022			31/12/2021		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Swap	53.256	80.935	2.002.760	2.427.851	17.322	4.582.124
Contratos a termo	2.709.454	318.360	485.794	-	-	3.513.608
Opções	105.670	232.335	33.510	-	-	371.515
Futuros	1.229.504	273.547	1.165.991	588.451	2.626	3.260.119
Total	4.097.884	905.177	3.688.055	3.016.302	19.948	11.727.366

viii) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas conforme abaixo:

Custodiante	30/06/2022				Individual e Consolidado			
				Futuros				Futuros
	Swaps	Contratos a termo	Opções		Swaps	Contratos a termo	Opções	
Bolsa	-	-	-	3.260.119	-	-	-	5.325.710
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	2.454.988	-	-	-	4.712.840
Bolsas no exterior	-	-	-	805.131	-	-	-	612.870
Balcão	4.582.124	3.513.608	371.515	-	4.546.900	2.357.846	242.956	-
Instituições Financeiras	4.395.571	-	149.700	-	3.043.478	-	-	-
Empresas	186.553	3.513.608	221.815	-	1.503.422	2.357.846	242.956	-
Total	4.582.124	3.513.608	371.515	3.260.119	4.546.900	2.357.846	242.956	5.325.710

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



ix) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 tem a seguinte composição:

Título	Individual e Consolidado	
	Valor de Mercado	
	30/06/2022	31/12/2021
LFT - Letra financeira do tesouro	6.910	6.555
NTN - Nota do tesouro nacional	750.850	765.752
Total	757.760	772.307

x) Hedge Accounting

x.a) Hedge de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002.

O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (Libor, Cupom de UF e UF) e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros pré-fixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD e CLP) e tornando o fluxo de caixa constante.

Em 30 de junho de 2022, foi lançado ao patrimônio líquido no valor positivo de R\$68 (positivo de R\$841 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de marcação a mercado de instrumentos de *hedge* (swaps) em operações de *hedge accounting* de fluxo de caixa e no valor negativo de R\$70 (negativo de R\$844 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de marcação a mercado do objeto do *hedge*. Não houve parcela inefetiva em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

	Individual e Consolidado							
	30/06/2022				31/12/2021			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge								
Contratos de swap (ponta ativa)	8.833	18.532	18.600	68	11.778	26.329	27.170	841
Total	8.833	18.532	18.600	68	11.778	26.329	27.170	841
Objeto de Hedge								
Repasse do exterior	8.833	18.538	18.608	(70)	11.778	26.339	27.183	(844)
Total	8.833	18.538	18.608	(70)	11.778	26.339	27.183	(844)

x.b) Hedge de Risco de Mercado

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082, de 30/01/2002.

O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições das captações pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

A partir do segundo semestre de 2021, o Pine contratou estrutura de *hedge accounting* de risco de mercado.

	Individual e Consolidado							
	30/06/2022				31/12/2021			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge								
Contratos de swap (ponta ativa)	227.285	240.041	210.193	(29.848)	227.285	231.558	216.318	(15.240)
Total	227.285	240.041	210.193	(29.848)	227.285	231.558	216.318	(15.240)
Objeto de Hedge								
Captações	227.285	240.041	215.225	(24.816)	227.285	231.558	210.867	(20.691)
Total	227.285	240.041	215.225	(24.816)	227.285	231.558	210.867	(20.691)
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	757.390	836.567	756.031	(80.536)	496.203	527.716	495.716	(32.000)
Total	757.390	836.567	756.031	(80.536)	496.203	527.716	495.716	(32.000)
Objeto de Hedge								
Captações	757.390	836.567	739.451	(97.116)	496.203	527.716	485.417	(42.299)
Total	757.390	836.567	739.451	(97.116)	496.203	527.716	485.417	(42.299)

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as informações da carteira de operações de crédito expandida, estão sumarizadas conforme abaixo:

a) Por tipo de operação

Descrição	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Capital de giro	2.104.793	2.350.265	2.104.793	2.350.265
Resolução CMN nº 3.844	8.113	11.473	8.113	11.473
Conta corrente garantida	219.326	233.465	219.326	233.465
Repasse de instituições oficiais do Brasil	5.042	14.420	5.042	14.420
Financiamento em moeda estrangeira	18.678	14.729	18.678	14.729
Financiamentos a exportação	556.143	524.372	556.143	524.372
Títulos descontados	439.213	526.822	439.213	526.822
Subtotal de operações de crédito	3.351.308	3.675.546	3.351.308	3.675.546
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	205.592	200.135	281.432	201.486
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber ⁽²⁾	423.343	318.374	423.343	318.374
Avais e fianças honradas	77.052	81.994	77.052	81.994
Carteira de crédito	4.057.295	4.276.049	4.133.135	4.277.400
Créditos abertos para importação	8.985	2.437	8.985	2.437
Garantias prestadas	357.892	358.950	357.892	358.950
Garantias prestadas e responsabilidades	366.877	361.387	366.877	361.387
Títulos privados ⁽³⁾	129.244	131.826	129.244	131.826
Títulos com risco de crédito	129.244	131.826	129.244	131.826
Total carteira expandida	4.553.416	4.769.262	4.629.256	4.770.613

(1) Registrados em "Outros créditos - Diversos" (Nota 8.b).

(2) Registrados em "Carteira de câmbio" (Nota 8).

(3) Composto por debêntures (Nota 6.a).

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



b) Por vencimento

Prazo				Individual					Consolidado	
				30/06/2022					31/12/2021	
	A Vencer	Vencidos	Total	Total		A Vencer	Vencidos	Total	Total	
Até 3 meses	1.174.853	18.090	1.192.943	1.191.229		1.174.853	18.090	1.192.943	1.191.229	
De 3 a 12 meses	1.440.832	10.141	1.450.973	1.603.314		1.440.832	10.141	1.450.973	1.603.314	
De 1 a 3 anos	1.099.574	-	1.099.574	1.203.371		1.175.414	-	1.175.414	1.204.722	
De 3 a 5 anos	163.189	-	163.189	142.756		163.189	-	163.189	142.756	
De 5 a 15 anos	83.355	-	83.355	135.379		83.355	-	83.355	135.379	
Acima de 15 anos	67.261	-	67.261	-		67.261	-	67.261	-	
Total carteira de crédito	4.029.064	28.231	4.057.295	4.276.049		4.104.904	28.231	4.133.135	4.277.400	
Até 3 meses	50.397	-	50.397	60.006		50.397	-	50.397	60.006	
De 3 a 12 meses	24.575	31.689	56.264	108.657		24.575	31.689	56.264	108.657	
De 1 a 3 anos	165.784	-	165.784	154.885		165.784	-	165.784	154.885	
De 3 a 5 anos	91.975	-	91.975	35.492		91.975	-	91.975	35.492	
De 5 a 15 anos	2.457	-	2.457	2.347		2.457	-	2.457	2.347	
Total garantias prestadas e responsabilidades	335.188	31.689	366.877	361.387		335.188	31.689	366.877	361.387	
Até 3 meses	4.771	-	4.771	-		4.771	-	4.771	-	
De 3 a 12 meses	-	-	-	7.952		-	-	-	7.952	
De 1 a 3 anos	33.335	-	33.335	32.068		33.335	-	33.335	32.068	
De 3 a 5 anos	68.371	-	68.371	69.094		68.371	-	68.371	69.094	
Acima de 15 anos	22.767	-	22.767	22.712		22.767	-	22.767	22.712	
Total títulos com risco de crédito	129.244	-	129.244	131.826		129.244	-	129.244	131.826	
Total carteira expandida	4.493.496	59.920	4.553.416	4.769.262		4.569.336	59.920	4.629.256	4.770.613	

c) Por ramo de atividade

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Administração pública	227.739	245.848	227.739	245.848
Agropecuário	603.714	553.350	603.714	553.350
Alimentos e bebidas	233.269	252.102	233.269	252.102
Comércio	425.656	534.628	425.656	534.628
Construção e imobiliário	577.917	629.191	653.757	630.542
Financeiro	36.670	29.686	36.670	29.686
Papel e celulose	32.290	37.544	32.290	37.544
Químico e petroquímico	301.224	290.953	301.224	290.953
Educação, saúde e outros serviços sociais	101.087	144.784	101.087	144.784
Siderurgia e metalurgia	53.148	69.436	53.148	69.436
Telecomunicações	117.251	144.714	117.251	144.714
Transportes	277.291	312.943	277.291	312.943
Açúcar e álcool	341.742	384.484	341.742	384.484
Indústria	295.003	149.100	295.003	149.100
Serviços	236.372	177.611	236.372	177.611
Outros	693.043	812.888	693.043	812.888
Total da carteira expandida	4.553.416	4.769.262	4.629.256	4.770.613

d) Carteira de crédito por nível de risco e provisionamento

Nível				Individual			
				30/06/2022		31/12/2021	
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	Provisão	Total
AA	420.987	-	420.987	-	540.555	-	-
A	1.160.831	-	1.160.831	5.804	997.839	4.989	9.989
B	1.197.635	296	1.197.931	11.979	1.351.521	13.515	13.515
C	892.171	43.249	935.420	28.063	1.060.419	31.812	31.812
D	52.287	6.034	58.321	5.832	53.001	5.300	5.300
E	70.575	3.677	74.252	22.275	59.205	17.763	17.763
F	89.755	790	90.545	50.892	88.667	44.333	44.333
G	91.582	40	91.622	91.612	94.048	81.327	81.327
H	21.552	5.834	27.386	27.386	30.794	30.794	30.794
Total	3.997.375	59.920	4.057.295	243.843	4.276.049	229.833	229.833

Nível				Consolidado			
				30/06/2022		31/12/2021	
	A Vencer	Vencidos	Total	Provisão	Total	Provisão	Total
AA	494.219	-	494.219	-	541.906	-	-
A	1.160.831	-	1.160.831	5.804	997.839	4.989	9.989
B	1.197.635	296	1.197.931	11.979	1.351.521	13.515	13.515
C	892.171	43.249	935.420	28.063	1.060.419	31.812	31.812
D	52.287	6.034	58.321	5.832	53.001	5.300	5.300
E	70.575	3.677	74.252	22.275	59.205	17.763	17.763
F	89.755	790	90.545	50.892	88.667	44.333	44.333
G	91.868	40	91.908	91.812	94.048	81.327	81.327
H	23.874	5.834	29.708	29.708	30.794	30.794	30.794
Total	4.073.215	59.920	4.133.135	246.365	4.277.400	229.833	229.833

Em 30 de junho de 2022, considerando o cenário econômico, as dificuldades na negociação de créditos e as incertezas indicadas na possível recuperação econômica, foi estabelecido o valor de R\$33.096 (R\$15.493 em 31 de dezembro de 2021) de provisão, considerado satisfatório pela Administração e superior aos mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



e) Por nível de concentração do total da carteira expandida do Pine

	30/06/2022		Individual		30/06/2022		Consolidado	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maiores devedores								
Maior devedor	92.480	2,03	98.673	2,07	92.480	2,00	98.673	2,07
2º ao 10º	644.178	14,15	652.574	13,68	644.178	13,92	652.574	13,68
11º ao 20º	470.938	10,34	510.485	10,70	470.938	10,17	510.485	10,70
21º ao 50º	882.944	19,39	856.464	17,96	882.944	19,07	856.464	17,95
51º ao 100º	709.210	15,58	716.873	15,03	709.210	15,32	716.873	15,03
Demais devedores	1.753.666	38,51	1.934.193	40,56	1.829.506	39,52	1.935.544	40,57
Total carteira expandida	4.553.416	100,00	4.769.262	100,00	4.629.256	100,00	4.770.613	100,00

f) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme Resolução CMN nº 2.682/99

	Individual e Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021
Saldo inicial	229.833	298.107
Constituição/(Reversão)	21.477	(2.245)
Baixas para prejuízo	(7.467)	(58.701)
Saldo final	243.843	237.161

Resultado com provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, impairment e descontos	Individual e Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021
Provisão (Reversão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(21.477)	2.245
Recuperação de crédito baixados como prejuízo (Nota 7.g)	50.106	3.847
Impairment - Debêntures	(6.772)	(7.548)
Despesas com Cessão (Nota 18.i)	(708)	-
Descontos concedidos	(2.030)	(1.816)
Outras Provisões ⁽¹⁾	(1.152)	(17.996)
Total	17.967	(21.268)

(1) Refere-se a provisão sobre variação cambial de Adiantamento de contrato de câmbio e provisão de Ativos não financeiros mantidos para venda.

g) Recuperação de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2022, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$50.106 (R\$3.847 no semestre findo em 30 de junho de 2021).

h) Renegociação de contratos

Em 30 de junho de 2022 existiam contratos renegociados no valor de R\$520.806 (R\$457.945 em 31 de dezembro de 2021). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

i) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios

No semestre findo em 30 de junho de 2022, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Pine no valor de R\$6.000 (R\$58 em 31 de dezembro de 2021). Essas cessões resultaram em prejuízo em relação ao valor de face no valor de R\$708 (R\$216 em 31 de dezembro de 2021), não descontado a provisão no valor de R\$3.241 (R\$82 em 31 de dezembro de 2021). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Outras Despesas Operacionais".

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Avais e fianças honradas	77.052	81.994	77.052	81.994
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	468.309	367.213	468.309	367.213
Devedores por depósito em garantia (Nota 15.b)	57.045	56.927	59.545	59.354
Diversos (Nota 8.b)	290.467	285.912	371.279	797.736
Negociação e Intermediação de Valores	66.580	86.167	66.580	86.167
Rendas a receber	18.037	14.434	18.912	14.975
Relações interfinanceiras	17.346	5.023	17.346	5.023
Total	994.836	897.670	1.079.023	1.412.462
Circulante	646.205	563.650	663.966	567.279
Não Circulante	348.631	334.020	415.057	845.183

a) Carteira de Câmbio

	Individual e Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	437.028	322.247
Direitos sobre venda de câmbio	51.725	35.048
Rendas a receber	7.380	9.918
Adiantamento em moeda nacional recebidos	(27.824)	-
Total	468.309	367.213
Circulante	407.823	332.170
Não Circulante	60.486	35.043
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	52.702	34.344
Obrigações por compra de câmbio	421.488	308.456
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(415.963)	(308.456)
Total	58.227	34.344
Circulante	58.227	34.344

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



b) Diversos

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Adiantamentos e antecipações salariais	2.178	528	2.178	528
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	147	173	147	173
Adiantamentos por conta de imobilizações	12.324	10.764	12.533	15.355
Devedores por compra de valores e bens ^{(1) (3)}	205.592	200.135	281.432	201.486
Imposto de renda a compensar	69.396	72.115	71.115	73.830
Valores a receber de sociedades ligadas	5	10	-	-
Títulos e créditos a receber ^{(2) (3)}	-	-	-	502.006
Devedores diversos - País e exterior	825	2.187	3.874	4.358
Total	290.467	285.912	371.279	797.736
Circulante	68.225	49.659	85.111	52.747
Não Circulante	222.242	236.253	286.168	744.989

(1) Refere-se aos recebíveis pela venda a prazo de Ativos não financeiros mantidos para venda.

(2) Em 31 de dezembro de 2021, no Consolidado refere-se, principalmente, aos direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) do Loteamento Entre Verdes no montante de R\$435.727 e recebíveis a prazo, no montante de R\$66.279.

(3) A partir de janeiro de 2022, o direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) do Loteamento Entre Verdes, anteriormente classificado na rubrica "Outros créditos – Diversos – Títulos e créditos a receber" foi reclassificado para "Outros valores e bens - Ativos não financeiros mantidos para venda" e a carteira de recebíveis foi reclassificada para "Outros créditos – Diversos - Devedores por compra de valores e bens".

9. ATIVOS FISCAIS

a) Créditos Tributários

Com base na Resolução BCB nº 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

	Individual			Consolidado		
	30/06/2022			31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	107.416	85.933	193.349	101.889	81.511	183.400
Créditos baixados para prejuízo	102.092	81.674	183.766	112.754	90.203	202.957
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	-	-	-	92	74	166
Prejuízo fiscal/base negativa	206.903	165.404	372.307	205.404	164.204	369.608
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	242.053	-	242.053	244.720	-	244.720
Outras provisões	5.961	4.769	10.730	6.009	4.807	10.816
Total	664.425	337.780	1.002.205	670.868	340.799	1.011.667

	Individual			Consolidado		
	30/06/2022			31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	108.343	86.267	194.610	102.445	81.711	184.156
Ajuste de títulos disponíveis para venda	-	-	-	24	14	38
Créditos baixados para prejuízo	102.092	81.674	183.766	112.754	90.203	202.957
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	-	-	-	92	74	166
Prejuízo fiscal/base negativa	207.013	165.470	372.483	205.482	164.251	369.733
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	242.053	-	242.053	244.720	-	244.720
Outras provisões	5.978	4.779	10.757	6.009	4.807	10.816
Total	665.479	338.190	1.003.669	671.526	341.060	1.012.586

b) Obrigações Fiscais Diferidas

	Individual			Consolidado		
	30/06/2022			31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.622	2.097	4.719	2.280	1.824	4.104
Ajuste de títulos para negociação	629	503	1.132	626	501	1.127
Ajuste de títulos disponíveis para venda	-	-	-	86	69	155
Mercado futuro - Lei nº 11.196	1.096	877	1.973	1.381	1.105	2.486
MTM Derivativos	73.351	58.680	132.031	36.029	28.823	64.852
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	74.405	-	74.405	143.690	-	143.690
MTM hedge de fluxo de caixa	17	14	31	208	168	376
Total (Nota 16.a)	152.120	62.171	214.291	184.300	32.490	216.790

	Individual			Consolidado		
	30/06/2022			31/12/2021		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	2.755	2.177	4.932	2.391	1.891	4.282
Ajuste de títulos para negociação	629	503	1.132	626	501	1.127
Ajuste de títulos disponíveis para venda	-	-	-	86	69	155
Mercado futuro - Lei nº 11.196	1.096	877	1.973	1.381	1.105	2.486
MTM Derivativos	73.351	58.680	132.031	36.029	28.823	64.852
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	74.405	-	74.405	143.690	-	143.690
MTM hedge de fluxo de caixa	17	14	31	208	168	376
Total (Nota 16.a)	152.253	62.251	214.504	184.411	32.557	216.968

c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.011.667	1.012.677	1.012.586	1.014.679
Constituição	20.999	39.867	24.716	51.231
Reversão	(30.461)	(40.877)	(33.633)	(53.324)
Saldo final	1.002.205	1.011.667	1.003.669	1.012.586

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Obrigações fiscais diferidas	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	216.790	213.387	216.968	213.539
Constituição	17.828	50.075	19.012	52.027
Reversão	(20.327)	(46.672)	(21.476)	(48.598)
Saldo final	214.291	216.790	214.504	216.968

d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	30/06/2022				30/06/2022			
	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente
Até 1 ano	149.495	103.430	252.925	216.388	149.495	103.430	252.925	216.388
De 1 a 2 anos	53.607	36.739	90.346	66.513	54.661	37.149	91.810	67.592
De 2 a 3 anos	44.320	7.378	51.698	33.068	44.320	7.378	51.698	33.068
De 3 a 4 anos	114.125	11.407	125.532	67.691	114.125	11.407	125.532	67.691
De 4 a 5 anos	35.805	25.775	61.580	28.079	35.805	25.775	61.580	28.079
De 5 a 8 anos	176.040	119.922	295.962	99.777	176.040	119.922	295.962	99.777
De 8 a 10 anos	91.033	33.129	124.162	41.511	91.033	33.129	124.162	41.511
Total	664.425	337.780	1.002.205	553.027	665.479	338.190	1.003.669	554.106

Obrigações fiscais diferidas	Individual			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	5.622	4.499	10.121	5.622	4.499	10.121
De 1 a 2 anos	1.655	1.324	2.979	1.788	1.404	3.192
De 2 a 3 anos	17.204	13.764	30.968	17.204	13.764	30.968
De 3 a 4 anos	47.575	38.060	85.635	47.575	38.060	85.635
De 4 a 5 anos	2.292	1.833	4.125	2.292	1.833	4.125
De 5 a 8 anos	741	593	1.334	741	593	1.334
De 8 a 10 anos	77.031	2.098	79.129	77.031	2.098	79.129
Total	152.120	62.171	214.291	152.253	62.251	214.504

10. INVESTIMENTOS

a) Participações em controladas e coligadas avaliadas ao Método de equivalência patrimonial

	30/06/2022						
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do semestre	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	670	7	670	7
Pine Investimentos DTVM Ltda.	99,9998	892.299	4.765	4.815	(66)	4.815	(66)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	1.853	(274)	1.853	(274)
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.) ⁽⁶⁾	99,9999	565.796.649	565.797	562.252	(3.715)	562.252	(3.715)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99,9990	492.156	25.100	28.568	(533)	28.568	(533)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário ⁽⁷⁾	99,9999	52.199.999	53.200	51.957	(264)	51.957	(264)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	99,9999	86.030.599	86.031	54.227	1.074	54.227	1.074
Total					(3.771)	704.342	(3.771)

	31/12/2021						
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99,9900	9.999	10	663	5	663	5
Pine Investimentos DTVM Ltda. ^{(3) (4)}	99,9998	892.299	4.765	4.824	(169)	4.824	(226)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99,9998	499.999	500	2.127	24	2.127	24
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.) ^{(1) (5)}	99,9999	565.796.649	565.797	565.967	2.221	565.967	2.221
Pine Corretora de Seguros Ltda. ⁽²⁾	99,9990	492.156	100	29.101	3.664	29.101	3.664
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	99,9999	52.199.999	52.200	51.221	(386)	51.221	(386)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	99,9999	86.030.599	86.031	53.152	(2.357)	53.152	(2.357)
Total					3.002	707.055	2.945

- (1) Em 14 de junho de 2021, houve aumento de capital no montante de R\$25.000, totalmente subscrito e integralizado.
 (2) Em 14 de junho de 2021, houve aumento de capital nos montantes de R\$5.000, mediante a incorporação de parte do saldo das Reservas Estatutárias e R\$20.000, totalmente subscrito e integralizado.
 (3) Em 29 de setembro de 2021, houve redução de capital no montante de R\$10.378, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas.
 (4) Em 10 de novembro de 2021, houve aumento de capital no montante de R\$1.450, mediante a incorporação do saldo das Reservas Estatutárias e R\$308, mediante a incorporação de parte do saldo da Reserva Legal, totalmente subscrito e integralizado.
 (5) Em 27 de dezembro de 2021, houve aumento de capital no montante de R\$40.000, mediante emissão de novas quotas do mesmo valor unitário, totalmente subscrito e integralizado.
 (6) Em 03 de março de 2022, a Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. teve sua razão social alterada para P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.
 (7) Em 29 de março de 2022, houve aumento de capital no montante de R\$1.000, totalmente subscrito e integralizado.

b) Outros Investimentos

O Pine é um dos acionistas Fundadores da Central de Registro de Títulos e Ativos S.A. (CERTA), sociedade por ações de capital fechado, em conjunto com outros bancos participantes, cujo aporte foi no montante de R\$474, avaliado pelo método de custo.

11. OUTROS ATIVOS

a) Ativos não financeiros mantidos para venda

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Imóveis ⁽¹⁾	385.905	332.671	934.269	397.506
Provisão para perdas	(16.121)	(16.337)	(17.306)	(17.633)
Total	369.784	316.334	916.963	379.873
Não Circulante	369.784	316.334	916.963	379.873

(1) A partir de janeiro de 2022, o direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) do Loteamento Entre Verdes, anteriormente classificado na rubrica "Outros créditos – Diversos – Títulos e créditos a receber" foi reclassificado para "Outros valores e bens - Ativos não financeiros mantidos para venda".

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



b) Despesas antecipadas

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Prêmios de seguros	13.171	15.144	38.439	37.185
Aluguéis ⁽¹⁾	10.817	10.166	10.817	10.166
Gastos na emissão de títulos no Exterior	61	95	61	95
Impostos	440	-	440	-
Outras	7.451	102	7.551	102
Total	31.940	25.507	57.308	47.548
Circulante	6.388	17.675	13.040	20.191
Não Circulante	25.552	7.832	44.268	27.357

(1) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, refere-se, substancialmente, a aquisição de direito de uso de camarotes e espaço do Allianz Parque.

12. IMOBILIZADO DE USO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	Individual e Consolidado			
	30/06/2022		31/12/2021	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imobilizados de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	21.620	(15.526)	6.094	6.555
Outros Imobilizados de Uso				
Sistema de Segurança e Comunicação	3.847	(1.746)	2.101	1.083
Sistema de Processamento de Dados	2.278	(2.261)	17	99
Total	27.745	(19.533)	8.212	7.737

13. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os recursos de instituições financeiras são compostos pelos depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos (Nota 13.a)	7.274.996	7.211.086	7.210.756	7.101.929
Captações no mercado aberto (Nota 13.b)	3.666.131	4.485.015	3.666.131	4.485.015
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13.c)	586.009	589.150	586.009	589.150
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13.d)	23.654	41.602	23.654	41.602
Total	11.550.790	12.326.853	11.486.550	12.217.696
Circulante	5.611.879	6.571.003	5.573.651	6.504.318
Não Circulante	5.938.911	5.755.850	5.912.899	5.713.378

a) Depósitos

Composição por Vencimento	Individual			Consolidado		
	30/06/2022			31/12/2021		
	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros
Sem vencimento	155.806	-	-	139.516	-	-
Até 30 dias	-	109.863	85.404	-	109.863	85.404
De 61 a 90 dias	-	45.369	22.569	-	45.369	22.569
De 91 a 180 dias	-	245.047	372.663	-	245.047	372.663
De 181 a 360 dias	-	490.145	-	-	468.207	-
Acima de 360 dias	-	5.748.130	-	-	5.722.118	-
Total	155.806	6.638.554	480.636	139.516	6.590.604	480.636

Composição por Vencimento	Individual			Consolidado		
	31/12/2021			31/12/2021		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
Sem vencimento	195.382	-	-	128.697	-	-
Até 30 dias	-	222.857	-	-	222.857	-
De 31 a 60 dias	-	150.150	-	-	150.150	-
De 61 a 90 dias	-	137.143	35.811	-	137.143	35.811
De 91 a 180 dias	-	245.793	61.055	-	245.793	61.055
De 181 a 360 dias	-	361.880	435.380	-	361.880	435.380
Acima de 360 dias	-	5.365.635	-	-	5.323.163	-
Total	195.382	6.483.458	532.246	128.697	6.440.986	532.246

b) Captações no Mercado Aberto

	Individual e Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021
Carteira Própria		
LTN - letra do tesouro nacional	270.608	589.685
LFT - letra financeira do tesouro	731.452	854.800
NTN - notas do tesouro nacional	2.632.948	2.990.508
Debêntures	31.123	50.022
Total	3.666.131	4.485.015
Circulante	3.666.131	4.485.015

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Individual e Consolidado				
				30/06/2022	31/12/2021
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Letras de crédito imobiliário	15.065	175.397	132.770	323.232	320.217
Letras de crédito do agronegócio	14.487	191.115	57.175	262.777	262.498
Letras financeiras	-	-	-	-	6.435
Total	29.552	366.512	189.945	586.009	589.150

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



d) Obrigação por Empréstimos e Repasses

	Individual e Consolidado				
	30/06/2022		31/12/2021		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Repasses do país - instituições oficiais	1.306	2.896	836	5.038	14.409
Operações de repasses do exterior	18.611	-	-	18.611	27.188
Operações de empréstimos no exterior	5	-	-	5	5
Total	19.922	2.896	836	23.654	41.602

14. DÍVIDA SUBORDINADA

Por prazo	Individual e Consolidado				
	30/06/2022		31/12/2021		
	Até 3 meses	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total
Letras Financeiras	48.303	26.160	57.871	132.334	132.506
Total	48.303	26.160	57.871	132.334	132.506

Papel	Individual e Consolidado					
	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	30/06/2022
Letras Financeiras	26.515	2018	2024	CDI	150% a 156%	27.492
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.003
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	16.879
	1.500	2019	2025	IPCA+	9,76%	1.929
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.570
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.021
	17.092	2021	2027	IPCA+	9,76%	19.264
	300	2021	2027	CDI	166%	305
	9.496	2021	2028	IPCA+	10,15%	10.712
	45.000	2021	2028	CDI	100% a 189%	46.830
	317	2022	2029	CDI	150%	329
Total	122.296					132.334

Papel	Individual e Consolidado					
	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2021
Letras Financeiras	27.915	2018	2024	CDI	150% a 155%	28.600
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.003
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	15.851
	1.500	2019	2025	IPCA+	9,76%	1.825
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.506
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.014
	17.092	2021	2027	IPCA+	9,67%	18.237
	300	2021	2027	CDI	166%	305
	9.496	2021	2028	IPCA+	10,15%	10.140
	45.000	2021	2028	CDI	153% a 189%	49.025
Total	123.379					132.506

15. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Provisão para passivos contingentes - fiscais (Nota 15.b)	-	369	67	369
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 15.b)	8.888	6.987	8.888	6.987
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 15.b)	7.095	6.724	7.095	6.724
Fianças Prestadas (Nota 21)	7.724	7.699	7.724	7.699
Total	23.707	21.779	23.774	21.779
Circulante	-	-	67	-
Não Circulante	23.707	21.779	23.707	21.779

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não existiam ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Individual				Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisão		Depósitos Judiciais		Provisão	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Contingências Fiscais e Obrigações Legais	51.077	50.395	-	369	53.502	52.746	67	369
Contingências Trabalhistas	5.030	5.724	8.888	6.987	5.030	5.724	8.888	6.987
Contingências Cíveis	938	808	7.095	6.724	1.013	884	7.095	6.724
Fianças Prestadas (Nota 21)	-	-	7.724	7.699	-	-	7.724	7.699
Total	57.045	56.927	23.707	21.779	59.545	59.354	23.774	21.779

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1º, da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação à essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medida executiva, em relação à qual o Pine apresentou defesa e aguarda decisão definitiva. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 30 de junho de 2022, os depósitos relativos ao PIS, representavam R\$49.219 no Individual e R\$49.541 no Consolidado (R\$48.047 no Individual e R\$48.360 no Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Adicionalmente, em 30 de junho de 2022, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R\$4.489 no Individual e no Consolidado (R\$9.191 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram lavrados autos de infração em face do Pine e da Pine Investimentos.

c) Movimentação das provisões passivas

	Individual				Consolidado			
	30/06/2022				31/12/2021			
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	369	6.987	6.724	14.080	369	6.588	6.629	13.586
Constituição (reversão)	(369)	1.487	183	1.301	-	(310)	3.266	2.956
Atualização	-	414	188	602	-	709	(3.171)	(2.462)
Saldo final	-	8.888	7.095	15.983	369	6.987	6.724	14.080

	Individual				Consolidado			
	30/06/2022				31/12/2021			
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	369	6.987	6.724	14.080	369	6.588	6.629	13.586
Constituição (reversão)	(302)	1.487	183	1.368	-	(310)	3.266	2.956
Atualização	-	414	188	602	-	709	(3.171)	(2.462)
Saldo final	67	8.888	7.095	16.050	369	6.987	6.724	14.080

d) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis

Trabalhistas: Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 30 de junho de 2022 o Pine não possuía processos fiscais classificados como possíveis (R\$184 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

16. OUTROS PASSIVOS

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	806	788	806	788
Carteira de câmbio (Nota 8.a)	58.227	34.344	58.227	34.344
Credores diversos - país e exterior	16.398	10.416	25.779	10.797
Fiscais e previdenciárias (Nota 16.a)	217.646	220.812	223.717	226.144
Negociação e intermediação de valores	3.511	14.091	3.511	14.091
Resultado de exercícios futuros ⁽¹⁾	-	11.885	-	11.885
Outros	3.890	18.077	3.946	18.080
Total	300.478	310.413	315.986	316.129
Circulante	77.459	118.898	89.884	121.996
Não Circulante	223.019	191.515	226.102	194.133

(1) Conforme a Resolução BCB nº 92/21, que dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Grupo 5 – Rendimentos de Exercícios Futuros, foi reclassificado para a linha de Outros Passivos - Credores diversos - país e exterior.

a) Fiscais e previdenciárias

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	207	240	223	248
Impostos e contribuições sobre salários	2.564	3.253	2.585	3.253
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	-	2.973	2.602
ISS	111	151	128	160
IRRF	471	105	471	105
PIS e Cofins a recolher	2	273	48	334
Provisão para PIS e Cofins	-	-	2.785	2.474
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 9.b)	214.291	216.790	214.504	216.968
Total	217.646	220.812	223.717	226.144
Circulante	3.355	41.182	6.343	43.896
Não Circulante	214.291	179.630	217.374	182.248

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme Estatuto Social, em 30 de junho de 2022, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$1.263.646 (R\$1.202.393 em 31 de dezembro de 2021) e está dividido em 186.441.207 ações nominativas, sendo 97.895.475 ordinárias e 88.545.732 preferenciais (148.157.764 em 31 de dezembro de 2021) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Durante o Período de Direito de Preferência, encerrado dia 23 de março de 2022, foi subscrito um montante de R\$49.638, contabilizados em março de 2022 como "Aumento de Capital". Durante o Período de Subscrição de Sobras, encerrado dia 18 de abril de 2022, foram subscritas 7.259.751 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,60 por ação, totalizando um valor de R\$11.616. Após o encerramento do período de subscrição foram emitidas 38.283.443 novas ações, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R\$61.254.

O aumento de capital, homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de abril de 2022, foi aprovado junto ao Bacen por meio de ofício datado em 23 de maio de 2022.

b) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, não houve deliberação de dividendos e juros sobre o capital próprio.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	(13.288)	(8.762)	(13.288)	(8.800)
Títulos e valores mobiliários	(13.288)	(8.762)	(13.288)	(8.800)
Hedge fluxo de caixa	(2)	(3)	(2)	(3)
Objeto do Hedge	(70)	(844)	(70)	(844)
Instrumento do Hedge	68	841	68	841
Outros	(159)	(254)	(159)	(254)
Efeito Tributário	6.052	4.033	6.052	4.071
Total	(7.397)	(4.986)	(7.397)	(4.986)

18. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Operações de crédito

	Individual e Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021
Adiantamentos a depositantes	16.810	6.460
Rendas de empréstimos	300.549	156.905
Rendas de financiamentos	50.702	27.478
Total	368.061	190.843

b) Operações de captação no mercado

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de depósitos interfinanceiros	982	580	982	580
Despesas de depósitos a prazo	349.271	293.208	346.870	292.566
Despesas de operações compromissadas	207.498	33.415	207.498	33.415
Despesas de operações com TVM no exterior ⁽¹⁾	35	42	35	42
Despesas de contribuição ao FGC	8.317	5.315	8.317	5.315
Despesas com LCA	11.524	7.363	11.524	7.363
Despesas com LF	10.686	11.645	10.686	11.645
Despesas com LCI	16.595	3.537	16.595	3.537
Total	604.908	355.105	602.507	354.463

(1) Contempla variação cambial.

c) Operações de empréstimos e repasses

	Individual e Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de repasses do País - instituições oficiais	231	398
Despesas de repasses do exterior - Resolução CMN nº 3.844	242	254
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior ⁽¹⁾	906	4.832
Total	1.379	5.484

(1) Contempla variação cambial.

d) Receitas de prestação de serviços

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Comissão de fiança	3.592	6.326	3.592	6.326
Comissão de intermediação	53	211	53	211
Rendas de cobrança	2.784	2.027	2.784	2.027
Rendas com tarifas	1.325	2.141	1.325	2.141
Outras ⁽¹⁾	713	701	1.811	4.330
Total	8.467	11.406	9.565	15.035

(1) Em 30 de junho de 2022 e 2021, no consolidado, refere-se, substancialmente, a receitas de prestação de serviços de corretagem de seguros da Pine Corretora.

e) Despesas de pessoal

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Proventos	25.111	21.344	25.111	21.344
Benefícios	7.117	6.093	7.121	6.093
Encargos sociais	13.426	9.646	13.476	9.646
Honorários da diretoria	4.950	4.880	5.202	4.880
Treinamento	22	37	22	37
Estagiários	531	361	531	361
Total	51.157	42.361	51.463	42.361

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



f) Outras despesas administrativas

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de água, energia e gás	122	140	122	140
Despesas com aluguéis	1.874	7.002	1.874	7.002
Despesas de arrendamento de bens	407	594	407	594
Despesas de comunicações	2.544	3.058	2.544	3.058
Despesas de manutenção e conservação de bens	557	430	557	431
Despesas de material	66	50	66	50
Despesas de processamento de dados	9.187	7.099	9.187	7.099
Despesas de relações públicas	421	507	436	563
Despesas de seguros	2.750	2.372	2.770	2.380
Despesas com serviços do sistema financeiro	5.390	5.708	5.392	5.711
Despesas com serviços de terceiros	654	449	654	915
Despesas com serviços de vigilância e segurança	1.261	1.065	1.261	1.422
Despesas com serviços técnicos especializados	4.100	4.879	4.147	5.117
Despesas de transporte	277	132	277	132
Despesas de viagens	221	35	221	35
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	2.269	4.480	2.269	4.480
Despesas de amortização e depreciação	1.079	1.166	1.079	1.166
Emolumentos judiciais e cartorários	98	168	98	254
Outras despesas administrativas	2.165	1.624	2.184	2.415
Total	35.442	40.958	35.545	42.964

g) Despesas tributárias

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
ISS	720	788	742	861
Cofins	3.812	3.764	4.266	5.027
PIS	619	612	718	885
Outros ⁽¹⁾	134	47	199	4.158
Total	5.285	5.211	5.925	10.931

(1) Refere-se, substancialmente, a despesas com IPTU dos loteamentos da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)

h) Outras receitas operacionais

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Recuperação de encargos e despesas	53	6	53	6
Atualização monetária ativa	1.501	327	1.589	347
Atualização de créditos judiciais	205	391	205	391
Reversão provisão fiança	-	179	-	179
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	2.886	4.901	2.907	4.901
Outras rendas operacionais ⁽¹⁾	62	133	33	32.667
Total	4.707	5.937	4.787	38.491

(1) Em 30 de junho de 2021, no consolidado, refere-se principalmente, aos direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes)

i) Outras despesas operacionais

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Provisão de processos trabalhistas e cíveis	4.187	6.599	4.275	6.599
Despesa de cessão	708	-	708	-
Provisão de fiança	25	3.282	25	3.282
Outras despesas operacionais ⁽¹⁾	4.494	15.311	6.169	35.419
Total	9.414	25.192	11.177	45.300

(1) Em 30 de junho de 2022 e 2021, refere-se, principalmente, a provisão para Adiantamento sobre contrato de câmbio no montante de R\$1.368 no Individual e Consolidado.

j) Resultado não operacional

No semestre findo em 30 de junho de 2022 e 2021, o Resultado não Operacional corresponde, principalmente, ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito e imobilizados de uso.

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Receitas não operacionais	16.371	26.182	34.144	31.853
Despesas não operacionais	(1.596)	(7.768)	(23.092)	(14.434)
Total	14.775	18.414	11.052	17.419

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido (prejuízo):

	Individual		Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Lucro líquido antes do IRPJ, da CSLL e deduzidos as participações no resultado	15.275	1.751	15.996	4.411
Lucro líquido antes da tributação	15.275	1.751	15.996	4.411
Alíquota vigente (Nota 3.s)	45%	45%	45%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(6.874)	(788)	(7.198)	(1.985)
Diferenças permanentes	(2.108)	820	(2.505)	(643)
Variação cambial de investimento no exterior	-	(343)	-	(343)
Outros ajustes	(2.108)	1.163	(2.505)	(300)
Imposto de renda e contribuição social	(8.982)	32	(9.703)	(2.628)

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



20. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e

b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações, que são diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 3.921/10.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, referente a remuneração variável, foi apurado o montante de R\$1.541 (R\$1.698 em 30 de junho de 2021) e a despesa no montante de R\$669 (R\$3.038 em 30 de junho de 2021) de acordo com os critérios definidos no plano.

	Individual e Consolidado	
	30/06/2022	30/06/2021
Remuneração fixa	4.952	4.885
Remuneração variável	1.541	1.698
Benefícios de curto prazo	4.769	2.521
Total	11.262	9.104

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados, principalmente, por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

b) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, principalmente com as empresas discriminadas na Nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Prazos até	Taxa de juros % CDI	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021
Administradores ⁽¹⁾			2.773	8.390	(187)	(95)
Depósitos à vista	Sem vencimento		21	324	-	-
Depósitos a prazo	29/06/2028	100% a 120%	570	941	(22)	-
Captação no mercado aberto	-	95%	-	3.501	-	(47)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	29/05/2023	90% a 100%	26	240	(1)	(6)
Recursos de letras de crédito imobiliário	29/01/2024	91% a 100%	312	519	(18)	(1)
Recursos de letras financeiras	13/04/2029	150%	1.844	2.865	(146)	(41)
Familiares imediatos ⁽¹⁾			29.207	13.028	(820)	(368)
Operações de crédito	15/08/2022		18.316	2.119	(269)	-
Depósitos à vista	Sem vencimento		7	3	-	-
Depósitos a prazo	18/02/2028	98% a 120%	1.570	1.424	(60)	(110)
Captação no mercado aberto	-	95%	-	500	-	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	05/06/2023	96% a 100%	309	204	(12)	(4)
Recursos de letras de crédito imobiliário	05/02/2024	97,5% a 100%	178	420	(10)	(10)
Recursos de letras financeiras	14/06/2028	150%	8.827	8.358	(469)	(244)

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Empresas ligadas			64.245	109.158	(2.372)	(638)
Valores a receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.			-	-	3	1
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			-	-	-	3
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)			-	-	-	1
Pine Corretora de Seguros Ltda.			3	2	16	-
Pine Ativos Imobiliários Ltda.			2	-	10	-
Depósitos à vista						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Sem vencimento		1	88	-	-
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)	Sem vencimento		14.475	64.137	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Sem vencimento		44	92	-	-
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	Sem vencimento		7	53	-	-
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	Sem vencimento		1.764	2.314	-	-
Depósitos a prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	19/12/2024	99%	2.297	-	(116)	(36)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	15/12/2023	99%	773	1.027	(49)	(13)
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	29/11/2023	99%	186	179	(10)	(2)
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)	-	99%	-	-	-	(103)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	25/11/2024	99%	7.622	6.734	(371)	(86)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	-	99%	894	192	(19)	(6)
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	01/04/2024	99%	36.177	34.340	(1.836)	(397)

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Acionistas	30/06/2022					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
		(%)		(%)		(%)
Pessoa Física	97.895.475	100,00	20.195.646	22,81	118.091.121	63,34
Conselho de Administração	-	-	179.905	0,20	179.905	0,10
Administradores	-	-	6.341.907	7,16	6.341.907	3,40
Total	97.895.475	100,00	26.717.458	30,17	124.612.933	66,84

Acionistas	31/12/2021					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
		(%)		(%)		(%)
Pessoa Física	75.577.842	100,00	15.160.402	20,89	90.738.244	61,24
Conselho de Administração	-	-	1.281.394	1,77	1.281.394	0,86
Administradores	-	-	463.762	0,64	463.762	0,31
Total	75.577.842	100,00	16.905.558	23,30	92.483.400	62,41

21. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

A provisão para perdas prováveis associadas a garantias financeiras prestadas, operações que requerem que o prestador da garantia efetue pagamentos definidos contratualmente a fim de reembolsar o detentor de um instrumento de dívida ou outro instrumento de natureza semelhante por perda decorrente do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, é constituída por modelo estatístico interno cuja metodologia se baseia em práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, no risco da contraparte, no comportamento histórico da carteira, na modalidade ou produto da garantia financeira prestada e nas expectativas futuras de perdas. O modelo é revisado periodicamente conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 4.512/16.

Tipo de Garantia Financeira	Individual e Consolidado			
	30/06/2022		31/12/2021	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	3.410	2	3.410	1
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	304.654	295	307.859	274
Outras Fianças Bancárias	49.828	7.427	47.681	7.424
Total	357.892	7.724	358.950	7.699

22. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em distribuir lucros e resultados aos colaboradores, levando em consideração: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Desempenho individual acompanhado através de metas; e (c) Avaliação de competências baseadas nos valores do Banco. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

23. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução

O Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

- Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;
- Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;
- Comitê de Portfolio, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);
- Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);
- Comitê de Risco Operacional, Controles Internos, GCN e SI, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (operacional, continuidade de negócio, segurança cibernética);
- CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;
- Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;
- Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;
- Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária; e
- Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites.

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam táticos ou operacionais.

c) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Pine.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela Instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



e) Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;
- Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência tem por objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice 'Over 90', que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

f) Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;
- Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez Target

A liquidez target tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'.

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O plano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

g) Gerenciamento de Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;
- Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Riscos) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) BACEN, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (Value at Risk – VaR)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MtM), pelo apreamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



Análise de Sensibilidade e de Estresse

A análise de sensibilidade tem por objetivo avaliar a variação do valor de mercado da carteira considerando o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros ou conforme cenários pré-estabelecidos.

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para as operações com instrumentos financeiros, em decorrência da possibilidade de variação cambial, juros ou quaisquer outros fatores. Para a apuração dos impactos às taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s, para a data base:

		Análise de Sensibilidade		
		30/06/2022		
Fator de Risco	Exposição	Cenários		
		Provável ^(I)	Possível ^(II)	Remoto ^(III)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(4.878.726)	(15.246.433)	(30.492.865)
Índice de Preços (IGPM)	Variações no cupom de IGPM	(15.496)	(158.511)	(317.023)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	222.996	(2.020.383)	(4.040.765)
Taxa Referencial (TR)	Variações na TR	(2.580.462)	(7.961.587)	(15.923.173)
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	(79.966)	(796.512)	(1.593.024)
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	20	1.601	3.201
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas OffShore	-	1	2
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	823.043	936.185	1.872.370
Total (soma não correlacionada)*		(11.434.580)	(23.524.395)	(47.048.789)
Total (soma correlacionada)**		(6.508.591)	(25.245.639)	(50.491.277)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários

Cenário I - Provável Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado do dia 30 de junho de 2022 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA ($\lambda=94$).

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,78%	1,60%	14,00%
Índice de Preços (IGPM)	6,14%	2,63%	6,30%
Índice de Preços (IPCA)	7,29%	4,41%	7,61%
Taxa Referencial (TR)	11,58%	4,36%	12,09%
Taxa de Cupom de Dólar	4,11%	1,68%	4,18%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	1,18%	0,30%	1,19%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	2,31%	0,05%	2,31%
Cesta de Moedas	5,23	20,20%	6,28

Cenário II - Possível Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,78%	25%	17,23%
Índice de Preços (IGPM)	6,14%	25%	7,68%
Índice de Preços (IPCA)	7,29%	25%	9,11%
Taxa Referencial (TR)	11,58%	25%	14,48%
Taxa de Cupom de Dólar	4,11%	25%	5,14%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	1,18%	25%	1,48%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	2,31%	25%	2,89%
Cesta de Moedas	5,23	25%	6,53

Cenário III - Remoto Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,78%	50%	20,67%
Índice de Preços (IGPM)	6,14%	50%	9,21%
Índice de Preços (IPCA)	7,29%	50%	10,93%
Taxa Referencial (TR)	11,58%	50%	17,37%
Taxa de Cupom de Dólar	4,11%	50%	6,17%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	1,18%	50%	1,78%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	2,31%	50%	3,47%
Cesta de Moedas	5,23	50%	7,84

h) Gerenciamento de Outros Riscos Relevantes

O gerenciamento dos demais riscos relevantes compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de indicadores representativos dos eventos críticos;
- Avaliação da necessidade de adequação e melhoria de processos, ferramentas e soluções, para fazer frente à programação de negócio e incorporar novas exigências regulatórias, tecnologias e práticas de mercado, inclusive garantindo a implementação do plano de continuidade de negócio, sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental (PRSA)

A PRSA tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação ao tema socioambiental. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas da cadeia de valor e buscando o desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas pelas atividades da Instituição. O Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSA estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades consideradas nocivas à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo mindset digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Plano de Continuidade de Negócios

O Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.

Segurança de Informação

O Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados, de 2018).

i) Índice de Basileia

O índice de Basileia em 30 de junho de 2022, foi de 11,87% (11,11% em 31 de dezembro de 2021), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.957/21, o limite de imobilização permitido é de 50,0%.

j) Índice de Imobilização

O índice de Imobilização em 30 de junho de 2022, foi de 18,38% (19,12% em 31 de dezembro de 2021). De acordo com a Resolução CMN nº 2.286/96, o limite de imobilização permitido é de 50,0%.

k) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Resolução BCB nº 54/20, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

24. OPERAÇÕES ATIVAS VINCULADAS

O Pine realiza operações ativas vinculadas nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Em 30 de junho de 2022, os saldos das operações ativas vinculadas e das correspondentes captações de recursos, bem como respectivos resultados apurados no período estão demonstrados abaixo:

	Individual e Consolidado		
	30/06/2022		
	Moeda	Longo Prazo	Resultado
Operações ativas vinculadas			
Operações de crédito	R\$	27.343	1.721
Obrigações por operações ativas vinculadas			
Depósitos a prazo	R\$	28.621	1.466

Em 30 de junho de 2022, não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes, bem como questionamento judicial sobre as operações ativas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

25. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Seguros

O Pine adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes estabelecidos, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 30 de junho de 2022, é demonstrada conforme abaixo:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	68.000
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	17.324
Seguro global de banco	Valores em espécie	150
Seguro de vida	Seguro de vida - funcionários	500

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



b) Leasing operacional

O Pine possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade leasing operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. O custo dos contratos de arrendamento são reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica "Despesas administrativas - arrendamento de bens", no montante de R\$407 (30 de junho de 2021 - R\$594).

c) Valor justo de instrumentos financeiros

Apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do período.

	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos				
Aplicações Interfinanceiras de liquidez ⁽ⁱ⁾	99.052	99.052	93.012	93.012
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	8.930.127	8.196.416	9.204.499	8.639.337
Operações de crédito ⁽ⁱⁱⁱ⁾	3.161.045	3.107.465	3.498.530	3.445.713
Outros créditos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	686.897	781.827	582.791	601.854
Total de ativos financeiros	12.877.121	12.184.760	13.378.832	12.779.916
Passivos				
Depósitos à vista ^(iv)	139.516	139.516	128.697	128.697
Depósitos interfinanceiros ^(iv)	480.636	480.636	532.246	532.246
Depósitos a prazo ^(v)	6.061.806	6.590.604	5.850.077	6.440.986
Captação no mercado aberto ⁽ⁱⁱⁱ⁾	3.666.131	3.666.131	4.485.015	4.485.015
Recursos de aceites e emissão de títulos ^(v)	571.195	586.009	560.968	589.150
Obrigação por empréstimos e repasses ^(v)	24.035	23.654	41.700	41.602
Dívida subordinada ^(v)	132.334	132.334	132.506	132.506
Total de passivos financeiros	11.075.653	11.618.884	11.731.209	12.350.202

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

i) O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

ii) O valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e captação no mercado aberto reflete o seu valor contábil.

iii) Operações de crédito e outros créditos são mensurados líquidos da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.

iv) O valor justo estimado dos depósitos à vista e interfinanceiros se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

v) O valor justo estimado dos depósitos a prazo e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares.

d) Segmentos operacionais

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica. O Pine não identificou segmentos operacionais reportáveis.

e) Acordos para compensação e liquidação de obrigações

Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional - Foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN nº 3.263 de 24/02/05, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

f) Covenants

O Pine possui empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica 'Obrigações por empréstimos e repasses' que possuem cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) que exigem determinadas condições de performance, tais como índice de rentabilidade e de eficiência. Estamos em avançada negociação para obtenção da dispensa do cumprimento de tais cláusulas. Em 30 de junho de 2022, efetuamos a reclassificação de R\$18.608 para curto prazo (R\$27.183 em 31 de dezembro de 2021).

g) Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2022, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

h) Resultado recorrente e não recorrente

Em 30 de junho de 2022 e 2021, não houve resultados não recorrentes, de acordo com a política elaborada pelo Pine e conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20.

26. OUTROS ASSUNTOS

a) Impactos da pandemia do COVID-19

O cenário de pandemia causado pelo novo Coronavírus (Covid-19) desde 2020 exigiu que o Banco Pine colocasse em prática medidas de monitoramento contingenciais para amenizar os efeitos que pudessem afetar suas operações e resultados, atuando tempestivamente em resposta ao dinamismo do cenário atual, visando sempre a saúde e bem-estar dos colaboradores, e em consonância com os protocolos do Ministério da Saúde e das demais autoridades.

Com o avanço da vacinação no país e dos colaboradores do Banco, foi possível realizar a retomada gradual aos escritórios por meio da implantação de um modelo híbrido de trabalho, reflexo dos investimentos em tecnologia que permitiram as interações virtuais com mais agilidade.

Para mais informações sobre a estratégia e performance do Banco, consulte o relatório gerencial do primeiro semestre de 2022 disponível no site de Relações com Investidores <https://ri.pine.com>.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto preço unitário da ação)



b) Operação de Swap

O Conselho de Administração do Pine, em reunião realizada no dia 21 de janeiro de 2021, aprovou a celebração de um ou mais contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros (*total return equity swap* – “TRS”) com liquidação financeira (“Operação”), tendo por referência ações de emissão da Companhia, com o objetivo de proteção de balanço (“hedge”). Os contratos poderão acarretar a exposição em até 5.000.000 (cinco milhões) de ações preferenciais de emissão da Companhia (PINE4), sendo respeitado o limite estabelecido no artigo 8º da Instrução CVM nº 567/15. A finalidade da Operação é neutralizar os eventuais efeitos da oscilação das cotações das ações PINE4, no contexto dos planos de remuneração variável que são pagos aos administradores da Companhia, nos termos da Resolução CMN nº 3.921, em Reais com cálculo baseado no valor de mercado das ações PINE4. Como se trata de uma operação TRS com liquidação exclusivamente financeira, a celebração dos contratos de swap não resultará na aquisição ou alienação de ações pela Companhia e não terá impacto sobre a composição do seu controle acionário ou da sua estrutura administrativa.

As contratações dos Swap foram concluídas em maio de 2021. Não foram identificados impactos significativos nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 30 de junho de 2022.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de julho de 2022, foram empossados os membros da Diretoria: (i) Diretor Executivo: Sr. Noberto Nogueira Pinheiro Junior; (ii) Diretores sem designação específica: Srs. Alcides Roberto Rocha e Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho, cuja eleição foi deliberada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de maio de 2022, devidamente homologada pelo Banco Central do Brasil, em 27 de julho de 2022.

A DIRETORIA

CONTADORA

Renata Leme Borges dos Santos - CRC SP 241045/O-0

Notas Explicativas



BANCO
PINE

CNPJ 62.144.175/0001-20
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

30 de junho de 2022

Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas

Preparadas de Acordo com as Normas Internacionais de
Relatórios Financeiros - IFRS



Notas Explicativas



Índice	Página
Relatório do Auditor Independente.....	1
Balço Patrimonial.....	10
Demonstração do Resultado.....	11
Demonstração do Resultado Abrangente.....	12
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	13
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).....	14
Notas Explicativas	
1. Contexto Operacional.....	15
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	15
3. Principais Práticas Contábeis.....	15
4. Segmentos Operacionais.....	22
5. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	22
6. Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras.....	22
7. Instrumentos Financeiros de Dívida e de Capital.....	22
8. Instrumentos Financeiros Derivativos para Negociação (Ativo e Passivo) e Hedge.....	23
9. Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.....	25
10. Carteira de Ativos Financeiros por Estágio e Provisão para Perdas de Crédito Esperadas.....	26
11. Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda.....	26
12. Devedores Por depósito em Garantia.....	27
13. Outros Ativos.....	27
14. Imobilizado.....	27
15. Intangível.....	27
16. Depósitos de Instituições Financeiras.....	27
17. Depósitos de Clientes.....	27
18. Captações no Mercado Aberto.....	27
19. Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários.....	27
20. Obrigações por empréstimos e Repasses.....	27
21. Dívida Subordinada.....	28
22. Outros Passivos Financeiros.....	28
23. Provisões.....	28
24. Obrigações Fiscais - Outras.....	29
25. Outros Passivos.....	29
26. Patrimônio Líquido.....	29
27. Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	29
28. Receitas com Juros e Similares.....	29
29. Despesas com Juros e Similares.....	30
30. Receitas de Tarifas e Comissões.....	30
31. Despesas de Tarifas e Comissões.....	30
32. Ganhos (Perdas) com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos) Avaliados ao Valor Justo.....	30
33. Variações Cambiais.....	30
34. Outras Receitas (Despesas) Operacionais.....	30
35. Despesas com Pessoal.....	30
36. Outras Despesas Administrativas.....	30
37. Provisões Líquidas.....	31
38. Resultado na Alienação de Bens.....	31
39. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	31
40. Limites Operacionais.....	31
41. Garantias Prestadas.....	31
42. Transações com Partes Relacionadas.....	32
43. Outras Divulgações.....	33
44. Gerenciamentos de Riscos.....	33
45. Outros Assuntos.....	39
46. Reconciliação do Resultado e do Patrimônio Líquido (BRGAAP e IFRS).....	39
47. Eventos Subsequentes.....	39

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

***Demonstrações financeiras
intermediárias consolidadas em
30 de junho de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), incluindo os requerimentos da IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

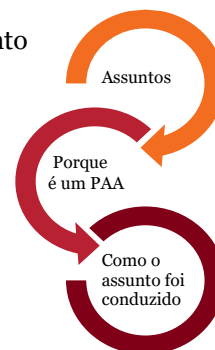
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria e com o CT 04/2022 emitido pelo Ibracon – Instituto de Auditoria Independente do Brasil. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Banco Pine S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2022 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração de títulos de dívida emitidos por companhias de capital fechado Conforme divulgado nas notas 3(k) e 7, o Banco mantém investimentos em títulos de dívida de companhias de capital fechado classificados na categoria disponível para venda e mensurados ao valor justo. Os títulos de dívida não são negociados em mercado ativo. Dessa forma, no processo de mensuração do valor justo, a administração aplicou seu julgamento em relação à definição do modelo aplicado e às premissas adotadas. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo dos títulos de dívida. Analisamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses títulos com as utilizadas no mercado, verificamos a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores. Efetuamos, também, para amostras selecionadas, testes de recálculo do valor justo dos títulos de dívida, com base nas premissas adotadas pela administração. Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros são razoáveis e consistentes com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes Conforme divulgado nas notas 3 (m) e 10, o Banco registra provisão para perdas de crédito esperadas para seus empréstimos e adiantamento a clientes considerando os requerimentos da norma contábil IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i>. A determinação da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes, considerando os requerimentos da IFRS 9, é uma área que envolve um elevado nível de julgamento da Administração na classificação dos créditos nos estágios previstos no IFRS 9, bem como na determinação do montante de provisão necessária, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam diversas premissas e que consideram fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência, a situação financeira da contraparte, garantias e políticas de renegociação. Dessa forma, essa área manteve-se como foco em nossa auditoria.	Atualizamos nosso entendimento dos procedimentos adotados pela administração para análise, avaliação e aplicação da IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a avaliação da aderência aos requisitos da referida norma quanto ao processo de determinação da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes. Em relação à metodologia e apuração da perda de crédito esperada, aplicamos procedimentos relacionados à (i) análise das políticas contábeis em comparação aos requerimentos do IFRS 9, (ii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas, que considera a base de dados, os modelos e premissas adotadas pela Administração, (iii) comparação de dados e premissas utilizados com dados de mercado, quando aplicável, (iv) testes sobre a classificação dos empréstimos e recebíveis nos estágios previstos pela IFRS 9, e (v) análise e consistência das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Valor recuperável do crédito tributário Conforme divulgado nas notas 3(j) e 40, o Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do	Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração.

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração e aprovados pelos órgãos de governança do Banco.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação de premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Comparamos as premissas críticas utilizadas com as projeções orçamentárias elaboradas pela administração e, quando aplicável, com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Mensuração do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda

Conforme divulgado nas notas 3 (o) e 11, o Banco possui ativos não circulantes mantidos para venda compostos principalmente por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, metodologia de cálculo, além de premissas estabelecidas pela administração.

Consideramos essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis, bem como a sua relevância no contexto das demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos consideraram, dentre outros, a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizada pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Contingências fiscais

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Conforme divulgado nas notas 3(x) e 24 (b), o Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes às suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda. A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos. As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e o entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos. Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos procedimentos de confirmação com os assessores jurídicos os dados dos principais processos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda. Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de tecnologia da informação	
Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações. Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.	Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas. Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável. Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Informações financeiras intermediárias consolidadas relacionadas aos resultados e resultados abrangentes do trimestre findo em 30 de junho de 2022 e valores correspondentes do trimestre e semestre findos 30 de junho de 2021

As informações financeiras intermediárias consolidadas relacionadas aos resultados e resultados abrangentes do trimestre findo em 30 de junho de 2022, bem como do trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2021, e as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa desse semestre anterior, apresentados para fins de comparação, foram por nós revisadas, de acordo com as normas brasileiras de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade), e nosso relatório de revisão foi emitido em 10 de agosto de 2022, sem modificações. Contudo, o alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não provê base para expressarmos uma opinião de auditoria.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), incluindo os requerimentos da IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Notas Explicativas



Banco Pine S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de agosto de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
 (Em milhares de Reais - R\$)


ATIVO	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades	5	163.356	222.710
Ativos financeiros avaliados ao valor justo		2.492.025	2.769.715
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		1.409.273	1.933.514
Instrumentos de dívida	7	52.928	273.584
Instrumentos de capital	7	386	401
Derivativos	8	1.355.959	1.659.529
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		1.082.752	836.201
Instrumentos de dívida	7	1.082.752	836.201
Ativos financeiros ao custo amortizado		9.745.874	10.128.393
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6	99.052	93.012
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	4.128.793	4.342.045
Instrumentos de dívida	7.a	5.704.391	5.869.621
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b	(186.362)	(176.285)
Outros ativos		1.199.113	1.115.310
Ativos não circulantes mantidos para venda	11	916.963	815.601
Outros		282.150	299.709
Devedores por depósitos em garantia	12	59.545	59.354
Imposto de renda a compensar		71.115	73.830
Outros ativos	13	151.490	166.525
Ativos Fiscais		760.542	784.136
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.e	760.542	784.136
Imobilizado	14	20.852	22.956
Imobilizado de uso		20.852	22.956
Intangível	15	1.721	2.150
Intangíveis		1.721	2.150
TOTAL DO ATIVO		14.383.483	15.045.370

PASSIVO	Nota	30/06/2022	31/12/2021
Passivos financeiros		13.465.087	14.169.415
Passivos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		1.816.027	1.792.181
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.816.027	1.792.181
Passivos financeiros ao custo amortizado		11.649.060	12.377.234
Depósitos de instituições financeiras	16	480.636	532.246
Depósitos de clientes	17	7.316.129	7.152.398
Captações no mercado aberto	18	3.666.131	4.485.016
Obrigações por títulos e valores mobiliários	19	-	6.435
Obrigações por empréstimos e repasses	20	23.523	40.662
Dívidas subordinadas	21	132.334	132.506
Outros passivos financeiros	22	30.307	27.971
Provisões	23	18.342	38.443
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões		18.275	38.074
Provisões para riscos fiscais		67	369
Obrigações Fiscais	24	2.987	13.711
Outras		2.987	13.711
Outros Passivos	25	21.282	20.547
TOTAL DO PASSIVO		13.507.698	14.242.116
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26	875.785	803.254
Capital social - País		1.134.780	1.073.526
Capital social - Exterior		128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		(7.358)	(4.522)
Prejuízos acumulados		(380.504)	(394.617)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.383.483	15.045.370

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA**

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)



	Nota	2T22	30/06/2022	2T21	30/06/2021
Receitas com juros e similares	28	399.142	706.415	221.618	432.817
Despesas com juros e similares	29	(358.252)	(674.800)	(210.373)	(385.037)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS E SIMILARES		40.890	31.615	11.245	47.780
Receitas de tarifas e comissões	30	8.670	15.715	10.634	21.287
Despesas de tarifas e comissões	31	(1.802)	(3.735)	(1.983)	(3.889)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		31.108	85.567	34.294	24.953
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR		(21.511)	121.673	111.527	65.202
Instrumentos de dívida	32.a	1.262	8.026	1.484	2.356
Instrumentos de capital	32.a	277	2.357	647	1.046
Derivativos	8.i e 32.b	(23.050)	111.290	109.396	61.800
Variações cambiais	33	52.619	(36.106)	(77.233)	(40.249)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(22.693)	(23.392)	2.321	(29.506)
Empréstimos e adiantamentos a clientes		(19.017)	(16.620)	5.966	(21.958)
Instrumentos de dívida mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado		(3.676)	(6.772)	(3.645)	(7.548)
Outras receitas (despesas) operacionais	34	2.756	2.860	3.421	7.873
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL		58.929	108.630	59.932	68.498
Despesas administrativas		(45.561)	(95.721)	(47.391)	(94.035)
Despesas com pessoal	35	(26.963)	(52.745)	(23.871)	(43.854)
Despesas tributárias		(4.513)	(10.420)	(6.309)	(11.080)
Outras despesas administrativas	36	(14.085)	(32.556)	(17.211)	(39.101)
Depreciações e amortizações		(1.054)	(3.658)	(4.111)	(5.206)
Provisões (líquidas)	37	(680)	7.230	(8.133)	(7.181)
Resultado na alienação de bens	38	9.694	13.732	16.720	17.458
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		21.328	30.213	17.017	(20.466)
Imposto de renda e contribuição social	39.a	(11.258)	(16.100)	(8.832)	8.570
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) CONSOLIDADO		10.070	14.113	8.185	(11.896)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR AÇÃO					
Lucro Líquido (Prejuízo) básico e diluído por ação					
Ações ordinárias		0,05	0,08	0,06	(0,08)
Ações preferenciais		0,05	0,08	0,06	(0,08)
Lucro Líquido (Prejuízo) atribuído/diluído					
Ações ordinárias		5.287	7.410	4.175	(6.068)
Ações preferenciais		4.783	6.703	4.010	(5.828)
Média ponderada das ações emitidas - básica					
Ações ordinárias		97.895.475	97.895.475	75.577.842	75.577.842
Ações preferenciais		88.545.732	88.545.732	72.579.922	72.579.922

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES CONSOLIDADA
 (Em milhares de Reais - R\$)



	<u>Nota</u>	<u>2T22</u>	<u>30/06/2022</u>	<u>2T21</u>	<u>30/06/2021</u>
Lucro Líquido (Prejuízo) consolidado		10.070	14.113	8.185	(11.896)
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada					
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		(2.259)	(2.464)	23.682	(19.644)
Variação de valor justo		(4.107)	(4.488)	43.059	(35.716)
Efeito fiscal		1.848	2.024	(19.377)	16.072
Hedges fluxo de caixa		(180)	(425)	171	380
Variação de valor justo		(328)	(773)	311	692
Efeito fiscal		148	348	(140)	(312)
Outros		17	53	88	244
Lucro Líquido (Prejuízo) abrangente		7.648	11.277	32.126	(30.916)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Notas Explicativas**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA**

(Em milhares de Reais - R\$)



	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.202.393	14.299	(397.074)	819.618
Prejuízo consolidado do período	-	-	(11.896)	(11.896)
Outros resultados abrangentes	-	(19.020)	-	(19.020)
Ativos financeiros ao VJORA	-	(35.716)	-	(35.716)
Hedges fluxos de caixa	-	692	-	692
Imposto de renda diferido	-	15.760	-	15.760
Outros resultados abrangentes	-	244	-	244
Saldos em 30 de junho de 2021	1.202.393	(4.721)	(408.970)	788.702
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.202.393	(4.522)	(394.617)	803.254
Lucro Líquido consolidado do período	-	-	14.113	14.113
Outros resultados abrangentes	-	(2.836)	-	(2.836)
Ativos financeiros ao VJORA	-	(4.488)	-	(4.488)
Hedges fluxos de caixa	-	(773)	-	(773)
Imposto de renda diferido	-	2.372	-	2.372
Outros resultados abrangentes	-	53	-	53
Outras mutações do patrimônio líquido	61.254	-	-	61.254
Aumento de capital	61.254	-	-	61.254
Saldos em 30 de junho de 2022	1.263.647	(7.358)	(380.504)	875.785

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Notas Explicativas
BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA
 (Em milhares de Reais - R\$)


	Nota	30/06/2022	30/06/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido (Prejuízo) ajustado		70.714	22.323
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício		14.113	(11.896)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		21.967	7.575
Depreciação e Amortização		3.658	5.206
Impostos diferidos		14.814	(15.249)
Provisão para perdas de ativos financeiros		23.392	29.506
Provisões / Reversões para contingências (líquidas)		(7.230)	7.181
Variação de ativos e passivos operacionais		(158.898)	(155.793)
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao VJR e VJORA - Instrumentos de dívida e de capital		(28.716)	1.229.513
(Aumento) Redução de Derivativos (líquidos)		327.416	50.280
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		3.120	(6.058)
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a clientes		223.329	(371.363)
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao custo amortizado - Instrumentos de dívida		141.838	(2.299.144)
(Aumento) Redução de Ativos não circulantes mantidos para venda		(101.362)	70.927
(Aumento) Redução de Devedores por depósitos em garantia		(191)	(585)
(Aumento) Redução de Imposto de renda a compensar		2.715	3.545
(Aumento) Redução de Outros ativos		15.035	(100.857)
(Aumento) Redução de Imposto de renda e contribuição social diferidos		8.780	(20.571)
Aumento (Redução) de Depósitos de instituições financeiras		(51.610)	25.640
Aumento (Redução) de Depósitos de clientes		163.731	153.637
Aumento (Redução) de Captações no mercado aberto		(818.885)	1.043.301
Aumento (Redução) de Obrigações por títulos e valores mobiliários		(6.435)	1.504
Aumento (Redução) de Obrigações por empréstimos e repasses		(17.139)	(12.109)
Aumento (Redução) de Outros passivos financeiros		(13.049)	(5.216)
Aumento (Redução) de Provisões		(12.871)	(12.767)
Aumento (Redução) de Obrigações fiscais		(10.724)	5.510
Aumento (Redução) de Outras obrigações		16.120	89.020
Caixa líquido proveniente (aplicado em) de atividades operacionais		(88.184)	(133.470)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso		(1.125)	(166)
(Aquisição) Alienação de intangível		-	(515)
Caixa líquido proveniente (aplicado em) atividades de investimento		(1.125)	(681)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital		61.254	-
Dívidas subordinadas		(172)	53.358
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de financiamento		61.082	53.358
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(28.227)	(80.793)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	312.602	230.437
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(21.967)	(7.575)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	262.408	142.069

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por ação)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Pine foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Consolidadas, e somente elas as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Informamos que foram aprovadas, em 8 de agosto de 2022, as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas em IFRS, de 30 de junho de 2022, pelo Conselho de Administração do Pine.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas em IFRS incluem as normas contábeis emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)* e pelos respectivos órgãos antecessores, tendo sido atendidas todas as normas, cuja aplicação era mandatória sem exceções.

A Resolução nº 4.818/20, estabelece que a partir de 1º de janeiro de 2022, as instituições financeiras que divulgarem ou publicarem demonstrações financeiras consolidadas, devem adotar o padrão contábil internacional (IFRS) na elaboração dessas demonstrações.

b) Normas e interpretações que entrarão em vigor após 30 de junho de 2022.

Na data de preparação destas demonstrações financeiras consolidadas, as seguintes normas que possuem data de adoção efetiva após 30 de junho de 2022 e ainda não foram adotadas pelo Banco Pine são:

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: A alteração tem como objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2023. O Banco Pine está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.

IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: A alteração tem como objetivo esclarecer como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente à transações futuras e outros eventos futuros, já as mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente à transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: A alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

IFRS 17 - Contratos de Seguros: Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1 de janeiro de 2023. Esta norma tem a objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. O Banco Pine está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.

Melhorias anuais: Em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

• **IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros:** Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

• **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.

• **IFRS 16 - Arrendamentos:** alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

• **IAS 37 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** Em maio de 2020, o IASB emitiu alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. O Pine não identificou impactos relevantes sobre o tema.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos e exercício apresentados nas Demonstrações Financeiras e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas controladas pelo Pine.

a) Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine, são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Banco Pine.

Destacamos abaixo as entidades incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas:

Atividades	Participação no capital (%)	
	30/06/2022	31/12/2021
Dependências no exterior		
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000 100,0000
Subsidiárias		
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	Consultoria	99,9900 99,9900
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	DTVM	99,9998 99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Consultoria	99,9998 99,9998
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)	SPE	99,9999 99,9999
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Corretora	99,9990 99,9990
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	SPE	99,9999 99,9900
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	SPE	99,9999 99,9900

Consolidação

O Pine consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

b) Base de avaliação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros e instrumentos financeiros reconhecidos e designados como objeto de *hedge* em transações qualificáveis de *hedge* de valor justo atribuível ao risco protegido.

c) Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas em IFRS exige que à Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam à aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das provisões para perdas esperadas

Notas Explicativas

A mensuração da provisão para perda de crédito esperada requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;
- Estabelecimento de grupos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

(iii) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Pine terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

(iv) Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

d) Regime de competência

A entidade prepara as suas Demonstrações Financeiras de acordo com o critério contábil da competência.

e) Gestão do capital

A gestão do capital é efetuada nos níveis regulatórios e econômicos e está baseada na análise dos índices de capital do Banco Central do Brasil.

f) Moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Cada empresa do consolidado determina sua própria moeda funcional conforme IAS 21 – “Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio”. Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras de cada entidade do Grupo são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (moeda funcional).

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Pine, e inclusive da agência no exterior.

Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são aquelas originalmente denominadas ou com liquidação em moeda estrangeira. Tais transações são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados a caixa e equivalentes, empréstimos e adiantamentos, outros ativos, obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, depósitos de clientes, obrigações por empréstimos e repasses, relações com correspondentes e dívidas subordinadas são apresentados na demonstração de resultado como receita (despesa) de juros.

Conversão de moeda funcional para moeda de apresentação para unidades no exterior.

Considerando que nenhuma das unidades do Grupo opera com moeda funcional de economia hiperinflacionária, os resultados e as posições financeiras das entidades do Banco Pine, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos da seguinte maneira:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias no período de apuração.

Na consolidação, diferenças cambiais decorrentes da conversão de investimento líquido em entidades no exterior são lançadas em “outros resultados abrangentes”.

Em caso de venda, total ou parcial, de negócio no exterior, as diferenças cambiais são reconhecidas no resultado como parte do ganho (perda) na venda.

g) Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e os recebimentos futuros durante a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras em operações de crédito.

Os juros decorrentes da aplicação da taxa efetiva são contabilizados na rubrica “Receitas com juros e similares” na demonstração do resultado.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos e que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação incluem os custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultados incluem:

- Juros de ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros;
- A parte efetiva de derivativos de *hedge* qualificados e designados em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em receitas/despesas de juros;

- Alterações no valor justo de derivativos qualificados (incluindo inefetividades do *hedge*) e dos respectivos itens protegidos, quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros para negociação são consideradas incidentes às operações de negociação do Pine e são apresentadas de forma agregada a todas as mudanças no valor justo dos ativos e passivos para negociação em “Resultado de ativos e passivos financeiros mensurados através de Valor Justo no Resultado (VJR)”.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

i) Taxas e comissões

As receitas e as despesas de taxas e comissões que são parte integrante da taxa efetiva de juros de um ativo ou passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros e são contabilizados na rubrica “Receitas de juros e similares” na demonstração do resultado.

As demais receitas de taxas e comissões são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados e são contabilizados na rubrica “Receitas de tarifas e comissões” na demonstração do resultado.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

j) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

O imposto de renda diferido é incidente sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis dos ativos e passivos e os saldos fiscais para fins de apuração tributária. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social devem ser reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a geração de lucros tributáveis estimados. Os créditos tributários são mensurados às taxas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base em leis que estão promulgadas na data de balanço.

Notas Explicativas

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros sejam gerados para sua utilização, e devem ser revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados.

A despesa de imposto de renda compreende os impostos sobre a renda correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Imposto de renda e contribuição social", exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

A alíquota da CSSL, para Bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 25% com vigência a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, nos termos do Art. 3º, inciso II-A Lei nº 7.689/88.

k) Instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Pine são efetuadas de acordo com a IFRS 9 e estão descritas a seguir:

(i) Reconhecimento inicial

Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Pine se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Pine. Enquanto as operações de crédito são reconhecidas quando o Pine transfere os recursos aos clientes.

Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Pine no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados a, ou subtraídos, desse valor.

(ii) Classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros

De acordo com os requerimentos do IFRS 9, a classificação de ativos financeiros é norteada por dois grandes direcionadores: a) O modelo de negócios em que são gerenciados os ativos financeiros; b) A característica do fluxo de caixa dos ativos financeiros (Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros).

(iii) Avaliação do modelo de negócio - Ativos Financeiros

O Pine classifica e mensura sua carteira de negociação e seus derivativos em VJR. O Pine pode designar instrumentos em VJR, de maneira irrevogável, se, ao fazer isso, eliminar e reduzir significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Passivos financeiros, outros além dos relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação, se forem instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo tiver sido aplicada.

(iv) Teste de SPPJ ("Somente Pagamento de Principal e Juros") - Ativos Financeiros

Além da análise do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, o Pine avalia os termos contratuais de tais ativos para verificar se os mesmos possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

"Principal", para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo básico são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Pine realiza julgamento e considera fatores relevantes, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais não são relacionados a um acordo de empréstimo básico, não resultando assim em fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados, independente de qual modelo de negócios seja gerido.

(v) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e

- Os termos contratuais do ativo financeiro representem fluxos de caixa contratuais que resultem apenas em pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de realização no vencimento; para os ativos financeiros, tal montante é ajustado por qualquer provisão para perda esperada de crédito.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

A receita de juros dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado está incluída em "Receitas com juros".

Os passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados com tal no reconhecimento inicial.

(vi) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Itens ao valor justo através do resultado compreendem itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com a IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído em sua marcação à mercado, de modo a refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando assim as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

Quando um passivo financeiro é designado ao valor justo através do resultado, a variação no valor justo atribuível às mudanças na qualidade de crédito do Pine é apresentada em outros resultados abrangentes.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor pendente de liquidação de um dia para o outro.

(vii) Itens mantidos para negociação

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação, se:

- For adquirido para ser vendido ou recomprado no curto prazo; ou

- No reconhecimento inicial, faz parte da carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo.

(viii) Designação irrevogável de um instrumento financeiro como mensurado a valor justo através do resultado

Notas Explicativas

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Pine não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

(ix) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contém uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciem uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Pine pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Pine em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a administração do Pine não optou por designar quaisquer instrumentos patrimoniais ao VJORA.

(x) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios em que tais ativos estão sendo geridos e das características de fluxo de caixa do mesmo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas e que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na nota 3.m).

(xi) Técnicas de Avaliação x Hierarquia do valor justo e Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- **Nível 1** - mensurações ao valor justo obtidas a partir de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F) e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores também são classificados no nível 1 da hierarquia.

- **Nível 2** - mensurações obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

- **Nível 3** - mensurações são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Pine utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados, principalmente, ações cotadas em bolsa sem liquidez e títulos privados onde não possuem dados de mercado observáveis para determinar a melhor referência de valor justo. Não existem derivativos classificados no nível 3.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Pine para apurar seu valor justo:

	30/06/2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	53.314	1.355.959	-	1.409.273
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	986.843	-	95.909	1.082.752
Passivos financeiros para negociação (derivativos)	-	1.816.027	-	1.816.027
	31/12/2021			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	273.985	1.659.529	-	1.933.514
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	736.443	-	99.758	836.201
Passivos financeiros para negociação (derivativos)	-	1.792.181	-	1.792.181

No semestre findo em 30 de junho de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve transferência entre os níveis.

I) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

De acordo com o IFRS 7 e CPC 40 Instrumentos Financeiros – Divulgações, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e seu valor justo, conforme quadro abaixo:

	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	163.356	163.356	222.710	222.710
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ⁽ⁱⁱ⁾	99.052	99.052	93.012	93.012
Empréstimos e adiantamentos a clientes ⁽ⁱⁱⁱ⁾	4.091.785	4.128.793	4.311.154	4.342.045
Instrumentos de dívida ⁽ⁱⁱⁱ⁾	5.704.391	5.704.391	5.869.621	5.869.621
Total dos ativos financeiros	4.354.193	4.391.201	4.626.876	4.657.767
Passivos financeiros				
Depósitos de instituições financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	480.636	480.636	532.246	532.246
Depósitos de clientes ^(iv)	6.633.000	7.316.129	6.411.045	7.152.398
Captações no mercado aberto ⁽ⁱⁱⁱ⁾	3.666.131	3.666.131	4.485.016	4.485.016
Obrigações por títulos e valores mobiliários ^(iv)	-	-	6.435	6.435
Obrigações por empréstimos e repasses ^(iv)	24.035	23.523	41.700	40.662
Outros passivos financeiros e Outras Obrigações ⁽ⁱⁱⁱ⁾	30.307	30.307	27.971	27.971
Dívidas subordinadas ^(iv)	132.334	132.334	132.506	132.506
Total dos passivos financeiros	10.966.443	11.649.060	11.636.919	12.377.234

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

(i) O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, instrumentos de dívida, instrumentos de capital, instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras refletem seu valor contábil.

Notas Explicativas

(ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes, instituições financeiras e instrumentos de dívida são mensurados líquidos da provisão para *impairment*. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.

(iii) O valor justo estimado dos depósitos de instituições financeiras, captações no mercado aberto, obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros e outros passivos financeiros refletem seu valor contábil.

(iv) O valor justo estimado dos depósitos de clientes e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares. O valor justo dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

(v) Reclassificação de instrumentos financeiros

O Pine não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

O Pine não reclassificou seus ativos e passivos financeiros nos períodos apresentados.

(vi) Desreconhecimento de ativos financeiros

- Renegociações

O Pine desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Pine reconhece um ganho ou perda de modificação.

- Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o Pine transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o Pine não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento é feito pelo Grupo quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

m) Redução ao valor recuperável

(i) Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas:

O Pine registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para as garantias financeiras, que nesta seção serão todos considerados como "instrumentos financeiros sujeitos à perdas esperadas".

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua origemação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do Pine para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na nota 44.h.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na nota 44.h.

O Pine estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas Demonstrações Financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na nota 44.h.

Baseado no processo acima, o Pine distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Pine reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua origemação, o Pine registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. O Banco registra uma provisão para PE Vida.

Cálculo das perdas esperadas

O Pine calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default – PD*): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.

- Exposição no momento da inadimplência (*Exposure at default – EAD*): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

- Perda dada a inadimplência (*loss given default – LGD*): é uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na nota 44.h.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Pine tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

Estágio 1: O Pine calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada descontada a valor presente.

Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua origemação, o Pine reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente.

Estágio 3: para operações consideradas com problemas de recuperação, o Pine reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizada para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.

Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o Pine estima a parcela do limite concedido que será utilizado ao longo de sua vida. A PE é então baseada no valor presente da insuficiência de fluxos de caixa se o limite for utilizado. A insuficiência de caixa esperada é descontada a valor presente.

Notas Explicativas

(ii) Instrumentos de dívida mensurados ao VJORA

A PE de instrumentos de dívida mensurados ao VJORA não reduz o valor contábil desses ativos financeiros, que permanecem ao valor justo. Ao invés disso, o valor da PE é reconhecido em outros resultados abrangentes tendo como contrapartida o resultado. A perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é transferida para o resultado no momento do desreconhecimento dos ativos.

(iii) Garantias financeiras prestadas (avais e fianças)

A insuficiência de caixa das garantias prestadas é a diferença entre (i) os desembolsos esperados para reembolsar o beneficiário da garantia, com o propósito de cobrir a sua perda de crédito incorrida (valor garantido) e (ii) qualquer valor que a entidade espera recuperar junto ao solicitante da garantia financeira, que normalmente é um de seus clientes (valor passível de recuperação).

(iv) Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o Banco utiliza uma série de informações macro econômicas prospectivas, como:

- IGPM;

- Produção Industrial (%).

O Pine realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O Pine considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

(v) Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default portfolio – LDP*)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Pine utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Pine pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Pine considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como *investment grade* pelas agências de rating na visão local.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a IFRS 9 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3, onde as perdas esperadas serão reconhecidas pela vida do contrato (PE Vida).

n) Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos

Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos incluem todos derivativos ativos e passivos que não são classificados como mantidos ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR).

O Pine designa certos derivativos mantidos para gerenciamento de riscos como instrumentos de *hedge* em relações de *hedge accounting*. Na designação inicial do *hedge*, o Pine documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens objetos de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge*, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge*. O Pine avalia, no início e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens objetos de *hedge*, durante o período para o qual o *hedge* está designado, e se os resultados atuais de cada *hedge* estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade.

Toda parcela de inefetividade é reconhecida no resultado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um *hedge* das variações nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido que poderá afetar o resultado, a proporção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado no mesmo período do item objeto de *hedge*. Qualquer parcela inefetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de *hedge* de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido no patrimônio líquido permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrência, a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado no patrimônio líquido é subtraído e transferido imediatamente para o resultado do exercício.

o) Ativos não circulantes mantidos para venda

São considerados como tal os ativos não correntes cujo valor contábil será recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo.

Para que seja classificado como "mantido para a venda", o ativo deve: estar disponível para a venda imediata; ter sua venda altamente provável, ou seja, deve haver um plano formal para sua alienação; estar em processo de identificação de um comprador e conclusão da venda; ser ativamente negociado em mercado de forma a permitir indicação de seu valor justo.

Imóveis e outros ativos não circulantes tomados ou recebidos como quitação total ou pagamento das obrigações dos devedores são considerados como ativos não correntes "mantidos para a venda" se atenderem as condições supracitadas.

São mensurados pelo menor montante entre seu valor justo menos custos de venda e o valor contábil na data em que foram classificados como "mantidos para a venda". Estes bens não estão sujeitos à depreciação.

p) Ativos tangíveis

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos tangíveis são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e perdas por *impairment*.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos tangíveis construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Softwares adquiridos integrados à funcionalidade de um ativo tangível são registrados como parte do ativo tangível.

Quando os principais componentes de um ativo tangível possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo tangível.

(ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo tangível.

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis para os períodos atual e comparativo são:

Veículos: 5 anos

Sistemas de computação: 5 anos

Outros bens: 10 anos

IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substituiu a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) inicialmente, reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados no início do arrendamento. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

O Banco arrenda predominantemente ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários e imobiliários referentes ao mecanismos de funcionamento de seu negócio.

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data (Nota 14).

Notas Explicativas

q) Ativos intangíveis

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(i) Licença de uso de sistemas - software

De acordo com o IFRS (IAS 38), os gastos com softwares adquiridos e desenvolvidos são classificados em três etapas distintas: 1. Etapa Preliminar do Projeto (despesa); 2. Etapa de Implantação do Projeto (capitalizar) e 3. Etapa Pós-implantação do Projeto (despesa).

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

(ii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis para os períodos atual e comparativo são:

Softwares: 5 anos

(iii) Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos pelo Pine são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por *impairment*.

As amortizações são reconhecidas no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada dos ativos.

r) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não considerados como ativo financeiro.

s) Outros passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida de adiantamentos e o valor de quaisquer outras obrigações não consideradas como passivo financeiro.

t) Impairment de ativos não-financeiros

De acordo com o IFRS (IAS 36), o *impairment* de ativos não financeiros tem como base o valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa que é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Em linhas gerais, o teste de *impairment* para o IFRS é efetuado com base no *recoverable amount*, que é o maior valor entre o valor justo (-) o custo para vender ou o valor em uso que representa o fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

u) Depósitos, títulos emitidos, dívidas subordinadas, empréstimos e repasses e captações no mercado aberto

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são as fontes do Pine para financiamento de suas operações.

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Pine designou os passivos a valor justo contra resultado.

Quando o Pine vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura ("venda com compromisso de recompra" ou "empréstimo de títulos"), o contrato é contabilizado como captações no mercado aberto e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Pine.

v) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Pine tem uma obrigação presente, que pode ser estimada de modo confiável, e seja provável uma saída de benefícios econômicos para sua liquidação.

x) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com o IAS 37, da seguinte forma:

· Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

· Provisões: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas, quando é provável uma saída de recurso para liquidar tais perdas. A determinação da provisão necessária para esses processos é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas os processos para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;

· Passivo contingente: é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Pine ou uma obrigação presente não reconhecida porque não é provável uma saída de recurso. Tais contingências, quando avaliadas como possível pelos assessores jurídicos, são divulgadas;

· Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

w) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade etc. O Pine emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal dos seus negócios bancários.

De acordo com os requerimentos do IFRS 15, são registrados inicialmente ao valor justo ativos ou passivos de contrato de garantias financeiras, o quais representam geralmente o valor da comissão recebida ou a receber. Subsequentemente, os ativos e passivos de garantias financeiras são mensurados ao maior valor entre o valor justo inicialmente reconhecido (menos a apropriação do valor da comissão no resultado) e a melhor estimativa de gasto exigido para liquidar as obrigações. O Pine reconhece o valor presente de taxas, comissões e juros a receber das garantias financeiras prestadas na rubrica "Outros Passivos Financeiros".

x) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Pine no final do período, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

y) Capital acionário e reservas

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

(i) Ações em tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no patrimônio líquido em ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada em conta específica do patrimônio líquido. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra conta de reservas no patrimônio líquido, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

(ii) Lucro ou prejuízo por ação

O Pine apresenta informações sobre o lucro ou prejuízo por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais segregadas por classe. O lucro ou prejuízo por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais do Pine pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro ou prejuízo por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais com potencial diluição.

Notas Explicativas

O Pine não possuía instrumentos com potencial de diluição nos semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021.

(iii) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa.

Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.

Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e ativos tangíveis e intangíveis.

Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

4. SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

O Pine não identificou segmentos operacionais reportáveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2022	31/12/2021
Disponibilidades (Caixa)	163.356	222.710
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (Nota 6) ⁽¹⁾	99.052	89.892
Total	262.408	312.602

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

6. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	30/06/2022	31/12/2021
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	99.052	93.012
Total	99.052	93.012
Tipo:		
Aplicações em operações compromissadas	47.496	13.499
Aplicações em depósitos interfinanceiros	51.556	79.513
Total	99.052	93.012

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE DÍVIDA E DE CAPITAL

a) Composição

Os instrumentos de dívida e de capital, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estão compostos como segue:

Classificação	30/06/2022			31/12/2021		
	Valor Justo	Valor de Curva	Ajuste de MTM	Valor Justo	Valor de Curva	Ajuste de MTM
Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)						
Instrumentos de dívida	52.928	53.392	(464)	273.584	273.879	(295)
Instrumentos de capital	386	386	-	401	401	-
Total	53.314	53.778	(464)	273.985	274.280	(295)
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados Abrangentes (VJORA)						
Instrumentos de dívida	1.082.752	1.096.040	(13.288)	836.201	840.142	(3.941)
Total	1.082.752	1.096.040	(13.288)	836.201	840.142	(3.941)
Instrumentos financeiros ao custo amortizado						
Instrumento de dívida	5.704.391	5.704.391	-	5.869.621	5.872.038	(2.417)
Total	5.704.391	5.704.391	-	5.869.621	5.872.038	(2.417)
Total Geral	6.840.457	6.854.209	(13.752)	6.979.807	6.986.460	(6.653)

b) Composição por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento

A composição, por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento dos saldos da rubrica Instrumentos de Dívida e de Capital é a seguinte:

Papel/Vencimento	30/06/2022							Total	
	Sem vencimento			Valor de Mercado/Contábil			Total	Valor de Curva	
	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos			
Instrumentos fin. ao valor justo através do resultado									
Ações	386	-	-	-	-	-	386	386	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	23.466	23.466	23.471	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	4	-	8.624	20.534	16	29.462	29.921	
Total	386	4	-	8.624	20.534	23.482	53.314	53.778	
Instr. fin. ao valor justo através de outros res. abrangentes									
Debêntures	-	4.771	-	33.335	68.371	-	129.244	129.339	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	274.181	190.501	200.502	-	665.184	665.880	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	54.523	-	-	54.523	59.250	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	79.656	28.168	61.603	10.306	179.733	182.019	
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	54.068	-	-	54.068	59.552	
Total	-	4.771	353.837	360.595	330.476	10.306	1.082.752	1.096.040	
Instrumentos fin. ao custo amortizado									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	591.610	-	-	591.610	591.610	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	430.415	-	-	430.415	430.415	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	143.824	657.612	594.197	301.274	1.696.907	1.696.907	
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	262.220	2.208.906	514.333	2.985.459	2.985.459	
Total	-	-	143.824	1.941.857	2.803.103	815.607	5.704.391	5.704.391	
Total Geral	386	4.775	497.661	2.311.076	3.154.113	849.395	6.840.457	6.854.209	

Notas Explicativas

Papel/Vencimento	30/06/2022							31/12/2021	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor de Mercado/Contábil Acima de 15 anos	Total	Valor de Curva
Instrumentos fin. ao valor justo através do resultado									
Ações	401	-	-	-	-	-	-	401	401
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	264.920	-	-	264.920	265.145
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	4	8.352	-	16	292	8.664	8.734
Total	401	-	4	8.352	264.920	16	292	273.985	274.280
Instr. fin. ao valor justo através de outros res. abrangentes									
Debêntures	-	-	7.952	32.068	69.094	-	22.711	131.825	131.948
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	374.794	189.792	-	-	564.586	564.603
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	53.236	-	-	-	53.236	57.381
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	-	19.992	-	-	19.992	20.016
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	-	56.324	10.238	-	66.562	66.194
Total	-	-	7.952	460.098	335.202	10.238	22.711	836.201	840.142
Instrumentos fin. ao custo amortizado									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	561.227	-	-	561.227	561.227
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	247.990	418.020	-	-	-	666.010	666.010
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	575.828	762.127	288.141	-	1.626.096	1.626.096
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	-	266.195	2.750.093	-	3.016.288	3.016.288
Total	-	-	247.990	993.848	1.589.549	3.038.234	-	5.869.621	5.869.621
Total Geral	401	-	255.946	1.462.298	2.189.671	3.048.488	23.003	6.979.807	6.984.043

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS PARA NEGOCIAÇÃO (ATIVO E PASSIVO) e HEDGE

a) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas aos seus clientes de mitigação de riscos de mercado, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

b) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de Estresse. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de estresse.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pelo Pine com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swaps com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são considerados baixos em relação ao total do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

c) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

d) Posição dos instrumentos financeiros derivativos de negociação

Instrumentos financeiros derivativos	30/06/2022			31/12/2021		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	4.680	1.260.149	1.264.829	2.312	1.491.882	1.494.194
Contratos a termo - a receber	74.178	15.338	89.516	64.471	21.989	86.460
Prêmios de opções a exercer	1.013	601	1.614	78.875	-	78.875
Total a receber	79.871	1.276.088	1.355.959	145.658	1.513.871	1.659.529
PASSIVO						
Swap - diferencial a receber	(5.435)	(1.534.344)	(1.539.779)	(22.647)	(1.743.479)	(1.766.126)
Contratos a termo - a pagar	(249.629)	(18.465)	(268.094)	(22.115)	(3.940)	(26.055)
Total a pagar	(260.382)	(1.555.645)	(1.816.027)	(44.762)	(1.747.419)	(1.792.181)
Valor líquido	(180.511)	(279.557)	(460.068)	100.896	(233.548)	(132.652)

e) Valores de referência (notional) e valores justos de derivativos de negociação e hedge

	30/06/2022				31/12/2021			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	4.346.006	1.255.118	-	-	4.307.837	1.478.881	-	-
Juros	4.194.799	1.207.022	-	-	4.257.907	1.421.290	-	-
Moeda	151.207	48.096	-	-	49.930	57.591	-	-
Posição passiva:	4.346.006	-	(1.527.564)	4.307.837	-	-	(1.763.191)	(1.763.191)
Juros	4.292.258	-	(1.525.603)	4.231.425	-	-	(1.741.701)	(1.741.701)
Moeda	53.748	-	(1.961)	76.412	-	-	(21.490)	(21.490)
Valor líquido	-	1.255.118	(1.527.564)	17.082	-	1.478.881	(1.763.191)	57.640
Hedge Accounting								
Fluxo de Caixa								
Posição ativa:	8.833	9.711	-	-	11.778	15.313	-	-
Moeda	8.833	9.711	-	-	11.778	15.313	-	-
Valor líquido	-	9.711	-	(1.976)	-	15.313	-	1.686
Risco de mercado								
Posição passiva:	227.285	-	(12.215)	-	227.285	-	(2.935)	(2.935)
Juros	227.285	-	-	227.285	-	-	-	-
Moeda	-	-	(12.215)	-	-	-	(2.935)	(2.935)
Valor líquido	-	-	(12.215)	(12.354)	-	-	(2.935)	(1.663)
Valor líquido de Swap	-	1.264.829	(1.539.779)	2.752	-	1.494.194	(1.766.126)	57.663

Notas Explicativas

Contratos a termo								
Posição ativa:	3.513.608	89.516	-		2.357.846	86.460	-	
Juros	2.073.124	14.717	-		1.231.932	19.773	-	
Moeda	1.184.634	39.393	-		1.017.088	57.000	-	
Commodities	255.850	35.406	-		108.826	9.687	-	
Posição passiva:	3.513.608	-	(268.094)		2.357.846	-	(26.055)	
Juros	1.440.484	-	(13.543)		1.125.913	-	(8.576)	
Moeda	1.454.214	-	(69.932)		928.950	-	(6.969)	
Commodities	618.910	-	(184.619)		302.983	-	(10.510)	
Valor líquido		89.516	(268.094)	(377.841)		86.460	(26.055)	44.737
Opções								
Prêmios de opções a exercer:	113.016	1.614	-		242.956	78.875	-	
Juros	-	-	-		74.919	-	-	
Moeda	5.655	1.140	-		168.037	78.875	-	
Commodities	107.361	474	-		-	-	-	
Prêmios de opções lançadas:	258.499	-	(8.154)		-	-	-	
Juros	5.655	-	(8.154)		-	-	-	
Commodities	252.844	-	-		-	-	-	
Valor líquido		1.614	(8.154)	17.189		78.875	-	91.782
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		1.355.959	(1.816.027)	(357.900)		1.659.529	(1.792.181)	194.182

f) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	30/06/2022				31/12/2021			
	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado
	Compra	Venda			Compra	Venda		
Mercado interfinanceiro ⁽¹⁾	1.679.315	146.483	3.889		2.363.828	76.883	1.340	
Moeda	108.689	113.581	(1.707)		197.490	1.120.576	20.476	
Cupom cambial futuro	211.050	202.769	(221)		476.326	495.256	394	
Índice Bovespa (Ibovespa)	588.178	210.054	-		277.319	318.032	98	
Total	2.587.232	672.887	1.961	410.248	3.314.963	2.010.747	22.308	(188.346)

(1) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, contém Instrumento de Hedge com Futuros - DI.

g) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	30/06/2022						31/12/2021	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total	Total
Swap	53.256	80.935	2.002.760	2.427.851	17.322	4.582.124	4.546.900	
Contratos a termo	2.709.454	318.360	485.794	-	-	3.513.608	2.357.846	
Opções	105.670	232.335	33.510	-	-	371.515	242.956	
Futuros	1.229.504	273.547	1.165.991	588.451	2.626	3.260.119	5.325.710	
Total	4.097.884	905.177	3.688.055	3.016.302	19.948	11.727.366	12.473.412	

h) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 30 de junho de 2022 e 2021, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas como segue:

Custodiante	30/06/2022				31/12/2021			
	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	-	-	-	3.260.119	-	-	-	5.325.710
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	2.454.988	-	-	-	4.712.840
Bolsas no exterior	-	-	-	805.131	-	-	-	612.870
Balcão	4.582.124	3.513.608	371.515	-	4.546.900	2.357.846	242.956	-
Instituições Financeiras	4.395.571	-	149.700	-	3.043.478	-	-	-
Empresas	186.553	3.513.608	221.815	-	1.503.422	2.357.846	242.956	-
Total	4.582.124	3.513.608	371.515	3.260.119	4.546.900	2.357.846	242.956	5.325.710

i) Hedge Accounting

Hedge Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido pelo IFRS 9, já que o Pine optou por manter a sua estrutura de *hedge* seguindo os requisitos dessa norma.O objetivo do relacionamento deste hedge é anular as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (*Libor*), e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros pré fixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD) e tornando o fluxo de caixa constante.

Em 30 de junho de 2022, foi lançado ao patrimônio líquido no valor positivo de R\$68 (valor positivo de R\$841 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de marcação a mercado de instrumentos de hedge (swaps) em operações de hedge accounting de fluxo de caixa e no valor negativo de R\$70 (valor negativo de R\$844 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de marcação a mercado do objeto do hedge. Não houve parcela inefetiva em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

	30/06/2022				31/12/2021			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge								
Contratos de swap (ponta ativa)	8.833	18.532	18.600	68	11.778	26.329	27.170	841
Total	8.833	18.532	18.600	68	11.778	26.329	27.170	841
Objeto de Hedge								
Repasses do exterior	8.833	18.538	18.608	(70)	11.778	26.339	27.183	(844)
Total	8.833	18.538	18.608	(70)	11.778	26.339	27.183	(844)

Hedge de Riscos de Mercado

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido pelo IFRS 9, já que o Pine optou por manter a sua estrutura de *hedge* seguindo os requisitos dessa norma.

O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições das captações pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

No exercício de 2021, o Pine contratou estrutura de hedge accounting de risco de mercado.

	30/06/2022				31/12/2021			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de Hedge								
Contratos de swap (ponta ativa)	227.285	240.041	210.193	(29.848)	227.285	231.558	216.318	(15.240)
Total	227.285	240.041	210.193	(29.848)	227.285	231.558	216.318	(15.240)
Objeto de Hedge								
Captações	227.285	240.041	215.225	(24.816)	227.285	231.558	210.867	(20.691)
Total	227.285	240.041	215.225	(24.816)	227.285	231.558	210.867	(20.691)

Notas Explicativas

Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	757.390	836.567	756.031	(80.536)	496.203	527.716	495.716	(32.000)
Total	757.390	836.567	756.031	(80.536)	496.203	527.716	495.716	(32.000)
Objeto de Hedge								
Captações	757.390	836.567	739.451	(97.116)	496.203	527.716	485.417	(42.299)
Total	757.390	836.567	739.451	(97.116)	496.203	527.716	485.417	(42.299)

j) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis

	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante relacionado no passivo financeiro	30/06/2022
Instrumentos Financeiros Derivativos	4.924	2.544	2.380

	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante relacionado no passivo financeiro	31/12/2021
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.483	647	836

Os Instrumentos Financeiros Derivativos não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos de compensação, mas que não atendem aos critérios de compensação do IAS 32, pois não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

9. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

a) Composição

	30/06/2022	Valor Contábil 31/12/2021
Empréstimos e adiantamentos a clientes - Custo Amortizado		
Empréstimos e recebíveis	3.847.361	4.140.559
(-) Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>)	(185.056)	(175.396)
Total	3.662.305	3.965.163
Títulos com risco de crédito		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	129.244	131.825
Ativos financeiros ao custo amortizado	281.432	201.486
Total	410.676	333.311
Total - Custo amortizado	4.128.793	4.342.045
Total - valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	129.244	131.825
Garantias prestadas e responsabilidades	366.877	361.388
(-) Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>)	(874)	(655)
Limites de crédito a liberar	165.747	197.710
(-) Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>)	(432)	(234)
Total carteira expandida	4.790.661	5.032.968
Total (-) Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>) - Custo Amortizado	(186.362)	(176.285)
Total carteira expandida, líquida de <i>impairment</i>	4.604.299	4.856.683

b) Tipo de crédito

	30/06/2022	31/12/2021
Capital de giro	2.100.451	2.346.009
Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 2.770)	8.113	11.473
Conta corrente garantida	219.326	233.465
Repasse do BNDES/Finame	5.042	14.420
Títulos descontados	18.678	14.729
Financiamento em moeda estrangeira	556.143	524.372
Financiamentos a exportação	439.213	526.822
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	281.432	201.486
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber	423.343	318.374
Avais e Fianças Honradas	77.052	81.994
Valores a Receber	-	68.901
Total	4.128.793	4.342.045
Créditos abertos para importação	8.985	2.437
Garantias prestadas	357.892	358.951
Garantias prestadas e responsabilidades	366.877	361.388
Instrumentos de dívida privados ⁽²⁾	129.244	131.825
Títulos com risco de crédito	129.244	131.825
Limites de Crédito a Liberar	165.747	197.710
Total carteira expandida	4.790.661	5.032.968

(1) Valores a receber pela venda de ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 11).

(2) Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, é representado por debêntures (Nota 7.b).

O valor justo dos ativos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

c) Por ramo de atividade

	30/06/2022	31/12/2021
Administração pública	227.739	245.848
Agropecuário	603.714	553.350
Alimentos e bebidas	233.269	252.102
Comércio	425.656	534.628
Construção e imobiliário	653.757	630.542
Financeiro	36.670	29.686
Papel e celulose	32.290	37.544
Químico e petroquímico	301.224	290.953
Educação, saúde e outros serviços sociais	101.087	144.784
Siderurgia e metalurgia	53.148	69.436
Telecomunicações	117.251	144.714
Transportes	277.291	312.943
Açúcar e álcool	341.742	384.484
Indústria	295.003	149.100
Serviços	236.372	177.611
Outros	854.448	1.075.243
Total de carteira expandida	4.790.661	5.032.968

Notas Explicativas

d) Por nível de concentração

	30/06/2022		31/12/2021	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	92.480	1,93	98.673	1,96
2º ao 10º	644.178	13,45	652.574	12,97
11º ao 20º	470.938	9,83	510.485	10,14
21º ao 50º	882.944	18,43	856.464	17,02
51º ao 100º	709.210	14,80	716.873	14,24
Demais devedores	1.990.911	41,56	2.197.899	43,67
Total carteira expandida	4.790.661	100,00	5.032.968	100,00

e) Recuperação de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2022, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$50.106 (R\$3.847 no semestre findo em 30 de junho de 2021).

f) Renegociação de contratos

Em 30 de junho de 2022 existiam contratos renegociados no valor de R\$520.806 (R\$457.945 em 31 de dezembro de 2021). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

g) Cessões de Crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2022, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Pine no valor de R\$6.000 (R\$58 em 31 de dezembro de 2021). Essas cessões resultaram em prejuízo em relação ao valor de face no valor de R\$708 (R\$216 em 31 de dezembro de 2021), não descontado a provisão no valor de R\$1.907 (R\$82 em 31 de dezembro de 2021). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Outras Despesas Operacionais".

10. CARTEIRA DE ATIVOS FINANCEIROS POR ESTÁGIO E PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

a) Composição dos ativos financeiros ao custo amortizado e VJORA por estágio

As tabelas a seguir representam a composição dos ativos financeiros, segregados pelos estágios de risco de crédito da IFRS 9:

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021
Ativos financeiros ao custo amortizado	3.541.692	3.898.065	402.349	263.169	283.804	273.823
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	99.052	93.012	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.442.640	3.805.053	402.349	263.169	283.804	273.823
Ativos fin. ao valor justo por meio de outros res. abrangentes (VJORA)	986.842	736.443	-	-	95.910	99.758
Instrumentos de dívida	986.842	736.443	-	-	95.910	99.758
Garantias prestadas e responsabilidades	332.731	334.329	2.457	2.347	31.689	24.712
Limites de crédito a liberar	162.895	194.814	2.652	2.696	200	200
Total	5.024.160	5.163.651	407.458	268.212	411.603	398.493

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "Provisão para perdas de crédito esperadas". As tabelas a seguir representam a segregação das perdas esperadas por estágios e produtos, bem como a movimentação da provisão no exercício.

b) Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de ativo financeiro

Estágios 1-2-3	30/06/2022				31/12/2021			
	1º	2º	3º	Total	1º	2º	3º	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado								
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	13.441	11.631	157.983	183.055	5.852	8.959	158.080	172.891
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	2.001	-	-	2.001	2.507	-	-	2.507
Garantias prestadas e responsabilidades	44	1	829	874	15	-	639	654
Limites de crédito a liberar	375	57	-	432	176	57	-	233
Total Geral	15.861	11.689	158.812	186.362	8.550	9.016	158.719	176.285

c) Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Estágios 1-2-3	30/06/2022			
	1º	2º	3º	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	8.550	9.016	158.719	176.285
Movimentos				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(9)	302	-	293
Estágio 1 para o Estágio 3	(4)	-	765	761
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(70)	573	503
Estágio 2 para o Estágio 1	42	(79)	-	(37)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	107	(2.310)	(2.203)
Estágio 3 para o Estágio 1	5	-	(578)	(573)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	8.365	1.742	109.430	119.537
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs ⁽¹⁾	3.434	1.778	1.428	6.640
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	(4.522)	(1.107)	(109.215)	(114.844)
Total dos movimentos	7.311	2.673	93	10.077
Saldos em 30 de junho de 2022	15.861	11.689	158.812	186.362

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no exercício e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no período.

Estágios 1-2-3	31/12/2021			
	1º	2º	3º	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	22.577	21.805	175.555	219.937
Movimentos				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(396)	1.130	-	734
Estágio 1 para o Estágio 3	(56)	-	3.474	3.418
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(133)	2.543	2.410
Estágio 2 para o Estágio 1	-	(407)	-	(407)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	7.116	2.987	76.791	86.894
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs ⁽¹⁾	(7.553)	(14.371)	(1.905)	(23.829)
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	(13.138)	(1.995)	(97.739)	(112.872)
Total dos movimentos	(14.027)	(12.789)	(16.836)	(43.652)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.550	9.016	158.719	176.285

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no exercício e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no exercício.

11. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

	30/06/2022	31/12/2021
Bens Não de Uso	916.963	379.873
Loteamento Entre Verdes ⁽¹⁾	-	435.728
Total	916.963	815.601

(1) A partir de janeiro de 2022, o direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) do Loteamento Entre Verdes, anteriormente classificado na linha "Loteamento Entre Verdes" foi reclassificado para "Bens Não de Uso".

Notas Explicativas

12. DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA

Em 30 de junho de 2022, referem-se a depósitos por interposição fiscal, no montante de R\$59.545 (R\$59.354 em 31 de dezembro de 2021), representados principalmente por depósitos sobre imposto PIS no valor de R\$49.541 (R\$48.360 em 31 de dezembro de 2021).

13. OUTROS ATIVOS

	30/06/2022	31/12/2021
Adiantamentos	6.632	4.422
Comissões sobre avais e fianças	18.037	14.434
Negociação e intermediação de valores com a bolsa	66.580	86.167
Despesas antecipadas	57.247	45.921
Liquidação de câmbio pronto	(27.823)	2.324
Títulos em compensação - Serviço ABBC	12.823	6.302
Outros recebíveis	17.994	6.955
Total	151.490	166.525

14. IMOBILIZADO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	30/06/2022		31/12/2021	
	Custo	Depreciação	Residual	Residual
Imobilizados de Uso				
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	21.620	(15.526)	6.094	6.555
Outros Imobilizados de Uso				
Sistema de Segurança e Comunicação	3.847	(1.746)	2.101	1.083
Sistema de Processamento de Dados	2.278	(2.261)	17	99
Imobilizado de arrendamento ⁽¹⁾	37.957	(25.317)	12.640	15.219
Total	65.702	(44.850)	20.852	22.956

(1) O Pine utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes. No contexto dos contratos de aluguel existentes, a taxa incremental referente à locação de edifício correspondem à 12,64%, enquanto a taxa incremental referente ao leasing de máquinas e equipamentos corresponde a 16,12%

15. INTANGÍVEL

O intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 10%.

	30/06/2022		31/12/2021	
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Licença de uso de sistemas - <i>software</i>	3.862	(2.141)	1.721	2.150
Total	3.862	(2.141)	1.721	2.150

16. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	30/06/2022	31/12/2021
Classificação		
Passivo financeiro ao custo amortizado	480.636	532.246
Total	480.636	532.246
Vencimento		
Até 30 dias	85.404	-
De 61 a 90 dias	22.569	35.811
De 91 a 180 dias	372.663	61.055
De 181 a 360 dias	-	435.380
Total	480.636	532.246

17. DEPÓSITOS DE CLIENTES

	30/06/2022	31/12/2021
Classificação		
Passivo financeiro ao custo amortizado	7.316.129	7.152.398
Total	7.316.129	7.152.398
Tipo		
Depósitos à vista	139.516	128.698
Depósitos a prazo	6.590.604	6.440.986
Letras de crédito de agronegócio	262.777	262.497
Letras de crédito imobiliário	323.232	320.217
Total	7.316.129	7.152.398
Por vencimento		
Sem vencimento	139.516	128.698
Até 30 dias	130.770	232.452
De 31 a 60 dias	4.171	187.474
De 61 a 90 dias	49.843	142.055
De 91 a 180 dias	300.603	326.647
De 181 a 360 dias	779.163	428.622
Acima de 360 dias	5.912.063	5.706.450
Total	7.316.129	7.152.398

18. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	30/06/2022	31/12/2021
Carteira Própria		
LTN - letra do tesouro nacional	270.608	589.685
LFT - letra financeira do tesouro	731.452	854.800
NTN - notas do tesouro nacional	2.632.948	2.990.509
Debêntures	31.123	50.022
Subtotal	3.666.131	4.485.016
Total	3.666.131	4.485.016

19. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

No. País	Taxa de Juros	30/06/2022	31/12/2021
Letras Financeiras	10,04% a.a.	-	6.435
Total		-	6.435

20. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	30/06/2022	31/12/2021
Repasse do país - instituições oficiais	5.038	14.409
Operações de repasses do exterior	18.480	26.248
Operações de empréstimos do exterior	5	5
Total	23.523	40.662

Notas Explicativas

Por vencimento	30/06/2022				
	Moeda de Emissão	Taxa de Juros	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Repasse do país - instituições oficiais	R\$	1,32% a.a.	1.306	2.896	5.038
Operações de repasse do exterior	US\$	5,85% a.a.	18.480	-	18.480
Operações de empréstimos do exterior	US\$	1,66% a.a.	5	-	5
Total			19.791	2.896	23.523

Por vencimento	31/12/2021				
	Moeda de Emissão	Taxa de Juros	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Repasse do país - instituições oficiais	R\$	5,11% a.a.	1.912	5.571	14.409
Operações de repasse do exterior	US\$	-	-	26.248	26.248
Operações de empréstimos do exterior	US\$	1,66% a.a.	5	-	5
Total			1.917	31.819	40.662

21. DÍVIDA SUBORDINADA

Por prazo	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	30/06/2022	31/12/2021
Letras financeiras	48.303	26.160	57.871	132.334	132.506
Total	48.303	26.160	57.871	132.334	132.506

Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	30/06/2022
Letras Financeiras	26.515	2018	2024	CDI	150% a 156%	27.492
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.003
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	16.879
	1.500	2019	2025	IPCA+	9,76%	1.929
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.570
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.021
	17.092	2021	2027	IPCA+	9,76%	19.264
	300	2021	2027	CDI	166%	305
	9.496	2021	2028	IPCA+	10,15%	10.712
	45.000	2021	2028	CDI	100% a 189%	46.830
	317	2022	2029	CDI	150%	329
Total	122.296					132.334

Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2021
Letras Financeiras	27.915	2018	2024	CDI	150% a 155%	28.600
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.003
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	15.851
	1.500	2019	2025	IPCA+	9,76%	1.825
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.506
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.014
	17.092	2021	2027	IPCA+	9,67%	18.237
	300	2021	2027	CDI	166%	305
	9.496	2021	2028	IPCA+	10,15%	10.140
	45.000	2021	2028	CDI	153% a 189%	49.025
Total	123.379					132.506

22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	30/06/2022	31/12/2021
Resultado de exercícios futuros - comissão de fiança	15.385	11.885
Passivo de arrendamento	14.922	16.086
Total	30.307	27.971

23. PROVISÕES

a) Provisões para passivos contingentes, riscos fiscais, compromissos e outras provisões

	30/06/2022	31/12/2021
Contingências trabalhistas	8.888	6.987
Contingências cíveis	7.094	6.724
Contingências fiscais	67	369
Provisão para despesas de pessoal	2.293	16.664
Provisões para garantias financeiras prestadas	-	7.699
Total	18.342	38.443

b) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

(i) Provisão para riscos fiscais

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1º. da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação à essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medida executiva, em relação à qual o Pine apresentou defesa e aguarda decisão definitiva. Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 30 de junho de 2022, os depósitos relativos ao PIS, representavam R\$49.541 (R\$48.360 em 31 de dezembro de 2021).

Adicionalmente, em 30 de junho de 2022, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R\$4.489 (R\$9.191 em 31 de dezembro de 2021).

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram lavrados autos de infração em face do Pine e da Pine Investimentos.

(ii) Contingências classificadas como prováveis são provisionadas

	30/06/2022		31/12/2021	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Contingências Fiscais	67	53.502	369	52.746
Contingências Trabalhistas	8.888	5.030	6.987	5.724
Contingências Cíveis	7.094	1.013	6.724	884
Total	16.049	59.545	14.080	59.354

Notas Explicativas

(iii) Movimentação das provisões passivas

	30/06/2022				31/12/2021			
	Fiscais/ Obrigação Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais/ Obrigação Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	369	6.987	6.724	14.080	369	6.588	6.629	13.586
Constituição (reversão)	(302)	1.487	183	1.368	-	(310)	3.266	2.956
Atualização	-	414	188	602	-	709	(3.171)	(2.462)
Saldo final	67	8.888	7.095	16.050	369	6.987	6.724	14.080

(iv) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:

Trabalhistas: Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 30 de junho de 2022 o Pine não possuía processos fiscais classificados como possíveis (R\$184 em 31 de dezembro de 2021).

24. OBRIGAÇÕES FISCAIS - OUTRAS

	30/06/2022	31/12/2021
Imposto de renda a pagar	1.970	7.284
Contribuição social a pagar	1.017	6.447
Total	2.987	13.711

25. OUTROS PASSIVOS

	30/06/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a pagar	8.064	8.402
Honorários advocatícios	246	247
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	11.879	3.867
Negociação e intermediação de valores	3.511	14.091
Relações com correspondentes	318	311
Recebimentos à identificar	219	331
Cambio	(14.541)	(11.927)
Outros passivos	11.586	5.225
Total	21.282	20.547

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Conforme Estatuto Social, em 30 de junho de 2022, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$1.263.646 (R\$1.202.393 em 31 de dezembro de 2021) e está dividido em 186.441.207 ações nominativas, sendo 97.895.475 ordinárias e 88.545.732 preferenciais (148.157.764 em 31 de dezembro de 2021) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Durante o Período de Direito de Preferência, encerrado dia 23 de março de 2022, foi subscrito um montante de R\$49.638, contabilizados em março de 2022 como "Aumento de Capital". Durante o Período de Subscrição de Sobras, encerrado dia 18 de abril de 2022, foram subscritas 7.259.751 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,60 por ação, totalizando um valor de R\$11.616. Após o encerramento do período de subscrição foram emitidas 38.283.443 novas ações, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R\$61.254.

O aumento de capital, homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de abril de 2022, foi aprovado junto ao Bacen por meio de ofício datado em 23 de maio de 2022.

b) Reservas de Lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

No semestre findo em 30 de junho de 2022, não houve deliberação de dividendos e juros sobre o capital próprio.

27. AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os saldos da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" incluem os valores, líquido do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e receitas e despesas reconhecidas até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das controladas são apresentados linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

A demonstração de resultado abrangente inclui as mudanças na rubrica "ajustes de avaliação patrimonial".

	30/06/2022	31/12/2021
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	(7.308)	(4.845)
Instrumentos de dívida	(13.288)	(8.800)
Efeito fiscal	5.980	3.955
Hedges fluxo de caixa	37	463
Instrumento de hedge	68	841
Efeito fiscal - hedge	(31)	(378)
Outros ajustes	(87)	(140)
Outros	(159)	(255)
Efeito fiscal - outros	72	115
Total	(7.358)	(4.522)

Quando os títulos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) são vendidos ou sofrem perda impairment, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são demonstrados no resultado.

No semestre findo em 30 de junho de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Pine não vendeu títulos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

28. RECEITAS COM JUROS E SIMILARES

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	2T22	30/06/2022	2T21	30/06/2021
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.745	3.424	47	106
Instrumentos de dívida	166.680	312.400	97.936	192.100
Empréstimos e adiantamentos a clientes	230.717	390.591	123.635	240.611
Total	399.142	706.415	221.618	432.817

Notas Explicativas

29. DESPESAS COM JUROS E SIMILARES

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício e sobre todos os passivos financeiros, calculada aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	2T22	30/06/2022	2T21	30/06/2021
Depósitos de instituições financeiras	552	982	327	580
Depósitos de clientes	229.012	432.325	162.551	309.734
Captações no mercado aberto	105.837	207.498	22.569	33.415
Obrigações por empréstimos e repasses	752	1.597	1.070	2.389
Obrigações por títulos e valores mobiliários	14	35	21	42
Dívidas subordinadas	5.602	10.514	3.242	5.378
Outros juros	16.483	21.849	20.593	33.499
Total	358.252	674.800	210.373	385.037

30. RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica "Receitas de tarifas e comissões" é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Pine e empresas controladas no exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	2T22	30/06/2022	2T21	30/06/2021
Comissão de Fiança	1.709	3.515	3.446	6.318
Comissão de estruturação	61	130	103	220
Tarifas Interbancárias	6.121	10.963	4.827	10.660
Outras ⁽¹⁾	779	1.107	2.258	4.089
Total	8.670	15.715	10.634	21.287

(1) Em 30 de junho 2021, refere-se ao resultado reconhecido sobre o contrato de prestação de serviço de direito de exclusividade.

31. DESPESAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no período, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	2T22	30/06/2022	2T21	30/06/2021
Comissões	300	628	212	418
Serviços bancários	178	415	453	821
Teleprocessamento	701	1.531	655	1.386
Outros	623	1.161	663	1.264
Total	1.802	3.735	1.983	3.889

32. GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LÍQUIDOS) AVALIADOS AO VALOR JUSTO

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) Títulos e valores mobiliários

	2T22	30/06/2022	2T21	30/06/2021
Instrumentos de dívida	1.262	8.026	1.484	2.356
Instrumentos de capital	277	2.357	647	1.046
Total	1.539	10.383	2.131	3.402

b) Derivativos

	2T22	30/06/2022	2T21	30/06/2021
Futuro	130.307	410.248	135.040	(8.287)
Opções	3.399	17.189	16.424	24.484
Swap	5.514	2.752	(6.469)	35.670
Termo	(191.658)	(377.841)	(35.599)	9.933
Total	(52.438)	52.348	109.396	61.800

33. VARIAÇÕES CAMBIAIS

As variações cambiais mostram, basicamente, os ganhos e perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgadas para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação. Não são considerados os efeitos de variação cambial para *hedge*. No semestre findo em 30 de junho de 2022 o valor de despesa com variação cambial é de R\$36.106 (despesa de R\$40.249 no semestre findo em 30 de junho de 2021).

34. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2T22	30/06/2022	2T21	30/06/2021
Recuperação de despesas	5	53	(2)	6
Rendas de aluguéis	245	548	742	2.805
Despesas com Cessão	-	(708)	-	-
Outras receitas (despesas)	2.245	2.686	1.663	3.060
Outras provisões	261	281	1.018	2.002
Total	2.756	2.860	3.421	7.873

35. DESPESAS COM PESSOAL

	2T22	30/06/2022	2T21	30/06/2021
Proventos	14.105	28.016	11.910	23.733
Benefícios e treinamento	3.719	7.144	3.121	6.130
Encargos sociais	7.159	13.476	4.385	9.646
Participações nos resultados	1.980	4.109	4.455	4.345
Total	26.963	52.745	23.871	43.854

36. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2T22	30/06/2022	2T21	30/06/2021
Despesas de água, energia e gás	61	122	436	1.759
Despesas com aluguéis	(194)	1.876	3.522	7.002
Despesas de arrendamento de bens	171	407	297	594
Despesas de comunicações	866	2.544	1.402	3.058
Despesas de manutenção e conservação de bens	314	594	224	430
Despesas de processamento de dados	3.993	9.187	3.080	7.099
Despesas de relações públicas	166	448	152	563
Despesas de seguros	1.462	2.770	1.402	2.380
Despesas com serviços do sistema financeiro	589	1.387	725	1.457
Despesas com serviços de terceiros	444	755	491	915
Despesas com serviços de vigilância e segurança	632	1.261	522	1.422
Despesas com serviços técnicos especializados	2.248	4.243	3.439	5.129
Despesas de transporte	161	277	57	132
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	1.416	2.269	1.935	4.480
Despesas de viagens	161	221	19	35
Outras despesas administrativas	1.595	4.195	(492)	2.646
Total	14.085	32.556	17.211	39.101

Notas Explicativas

37. PROVISÕES LÍQUIDAS

	2T22	30/06/2022	2T21	30/06/2021
Atualização monetária	308	650	(136)	(394)
(Provisão) Reversão de processos cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.225)	(1.359)	(5.460)	(4.904)
Provisão para Bens Não de Uso - Imóveis	215	215	(2.716)	(2.062)
Reversão de provisão - Fianças	22	7.724	179	179
Total	(680)	7.230	(8.133)	(7.181)

38. RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE BENS

No semestre findo em 30 de junho de 2022 a receita no montante de R\$13.732 (receita no montante de R\$17.458 no semestre findo em 30 de junho de 2021) corresponde principalmente a venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

39. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	2T22	30/06/2022	2T21	30/06/2021
Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	21.328	30.213	17.017	(20.466)
Prejuízo antes da tributação	21.328	30.213	17.017	(20.466)
Alíquota vigente	45%	45%	45%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(9.598)	(13.596)	(7.657)	9.210
Diferenças permanentes	(1.660)	(2.504)	(1.175)	(640)
Variação Cambial de Investimentos no exterior	-	-	(883)	-
Outros ajustes	(1.660)	(2.504)	(292)	(640)
Imposto de renda e contribuição social	(11.258)	(16.100)	(8.832)	8.570

b) Impostos diferidos reconhecidos no resultado

	30/06/2022	31/12/2021
<i>Impairment</i>	181.848	172.010
Ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros	(132.030)	(64.851)
Outras provisões	11.979	11.771
Outros ajustes	(25.089)	(7.638)
Prejuízo fiscal / base negativa	556.250	572.689
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	161.563	96.463
Total	754.521	780.444

c) Impostos reconhecidos no patrimônio

	30/06/2022	31/12/2021
Avaliação de títulos (renda fixa)	5.980	3.955
Avaliação de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(31)	(378)
Outros ajustes	72	115
Total	6.021	3.692

d) Movimentação de impostos diferidos

	30/06/2022	31/12/2021
Saldo inicial	784.136	775.796
Débito (crédito) ao resultado	(25.923)	(7.052)
Débito (crédito) no patrimônio líquido	2.329	15.392
Saldo final	760.542	784.136

e) Prazo de realização

	30/06/2022	31/12/2021
Até 1 ano	191.658	219.503
De 1 a 2 anos	69.570	38.824
De 2 a 3 anos	39.175	15.984
De 3 a 4 anos	95.123	9.983
De 4 a 5 anos	46.663	91.138
De 5 a 8 anos	224.269	322.467
De 8 a 10 anos	94.084	86.237
Total	760.542	784.136

40. LIMITES OPERACIONAIS

a) Índice da Basileia

O índice de Basileia em 30 de junho de 2022, foi de 11,87% (11,11% em 31 de dezembro de 2021), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.957/21, o limite de imobilização permitido é de 50,0%.

b) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Circular Bacen nº 3.930/93, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

c) Índice de Imobilização

O Índice de Imobilização em 30 de junho de 2022, foi de 18,38% (19,12% em 31 de dezembro de 2021). De acordo com a Resolução CMN nº 2.286/96, o limite de imobilização permitido é de 50,0%.

41. GARANTIAS PRESTADAS

O Pine oferece uma série de garantias para que os seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro abaixo apresenta todas as garantias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	30/06/2022		31/12/2021	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	3.410	-	3.410	1
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	304.654	-	307.859	274
Outras Fianças Bancárias	49.828	874	47.682	7.424
Total	357.892	874	358.951	7.699

São fornecidos aos clientes do Pine garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Pine tenha de pagar devido a essas garantias. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

Notas Explicativas

42. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

- a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e
b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações, que são diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 3.921/10.

No semestre findo em 30 de junho de 2022 foi apurado referente a remuneração variável no montante de R\$1.541 (R\$1.698 em 30 de junho de 2021), e a despesa de R\$669 (R\$3.038 em 30 de junho de 2021) de acordo com os critérios definidos no plano.

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria	2T22	30/06/2022	2T21	30/06/2021
Remuneração fixa	2.397	4.952	2.474	4.885
Remuneração variável	-	1.541	-	1.698
Benefícios de curto prazo	2.776	4.769	812	2.521
Total	5.173	11.262	3.286	9.104

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Remuneração baseada ações

	Data da outorga	Preço de exercício em R\$	Quantidade				Vencimento	
			Outorgada	Exercida	Extinta	Não exercida	% Exercível	Exercida em
PLANO VIII	24/02/2017	4,09	108	108	-	-	33,33% 66,66% 100,00%	25/08/2019 25/08/2020 25/08/2021
PLANO IX	02/03/2018	3,34	569	354	-	215	33,33% 66,66% 100,00%	25/08/2019 25/08/2020 25/08/2021
PLANO X	01/09/2018	2,20	44	44	-	-	33,33% 66,66% 100,00%	25/08/2019 25/08/2020 25/08/2021
PLANO XI	06/09/2018	2,20	800	800	-	-	33,33% 66,66% 100,00%	25/08/2019 25/08/2020 25/08/2021
Total			1.521	1.306	-	215		

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não houve constituição de novos planos de remuneração baseada em ações.

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

b) Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com as empresas discriminadas na nota 3.a, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Prazos até	Taxa de Juros % CDI	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021
Administradores ⁽¹⁾			2.773	8.390	(187)	(95)
Depósitos à vista	Sem vencimento		21	324	-	-
Depósitos à prazo	29/06/2028	100% a 120%	570	941	(22)	-
Capital no Mercado Aberto	-	95%	-	3.501	-	(47)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	29/05/2023	90% a 100%	26	240	(1)	(6)
Recursos de letras de crédito imobiliário	29/01/2024	91% a 100%	312	519	(18)	(1)
Recursos de letras financeiras	13/04/2029	150%	1.844	2.865	(146)	(41)
Familiares imediatos ⁽¹⁾			29.207	13.028	(820)	(368)
Operações de crédito	15/08/2022	CDI+7,00% a.a	18.316	2.119	(269)	-
Depósitos à vista	Sem vencimento		7	3	-	-
Depósitos à prazo	18/02/2028	98% a 120%	1.570	1.424	(60)	(110)
Capital no Mercado Aberto	-	95%	-	500	-	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	05/06/2023	96% a 100%	309	204	(12)	(4)
Recursos de letras de crédito imobiliário	05/02/2024	97,5% a 100%	178	420	(10)	(10)
Recursos de letras financeiras	14/06/2028	150%	8.827	8.358	(469)	(244)

Notas Explicativas

Empresas ligadas			64.245	615.533	(2.372)	(638)
Valores a Receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.			-	-	3	1
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			-	-	-	3
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)			-	-	-	1
Pine Corretora de Seguros Ltda.			3	2	16	-
Pine Ativos Imobiliários LTDA			2	-	10	-
Depósitos à vista						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Sem vencimento		1	88	-	-
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Sem vencimento		-	296	-	-
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)	Sem vencimento		14.475	64.137	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Sem vencimento		44	92.258	-	-
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	Sem vencimento		7	52.509	-	-
Pine Ativos Imobiliários LTDA	Sem vencimento		1.764	363.771	-	-
Depósitos à prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	19/12/2024	99%	2.297	-	(116)	(36)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	15/12/2023	99%	773	1.027	(49)	(13)
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	29/11/2023	99%	186	179	(10)	(2)
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)	-	99%	-	-	-	(103)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	25/11/2024	99%	7.622	6.734	(371)	(86)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	-	99%	894	192	(19)	(6)
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	01/04/2024	99%	36.177	34.340	(1.836)	(397)

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Acionistas	30/06/2022					
	Ações Ordinárias	% - Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% - Ações Preferenciais	Total de Ações	% - Total de Ações
Pessoa Física	97.895.475	100,00	20.195.646	22,81	118.091.121	63,34
Conselho de Administração	-	-	179.905	0,20	179.905	0,10
Administradores	-	-	6.341.907	7,16	6.341.907	3,40
Total	97.895.475	100,00	26.717.458	30,17	124.612.933	66,84

Acionistas	31/12/2021					
	Ações Ordinárias	% - Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% - Ações Preferenciais	Total de Ações	% - Total de Ações
Pessoa Física	75.577.842	100,00	15.160.402	20,89	90.738.244	61,24
Conselho de Administração	-	-	1.281.394	1,77	1.281.394	0,86
Administradores	-	-	463.762	0,64	463.762	0,31
Total	75.577.842	100,00	16.905.558	23,30	92.483.400	62,41

43. OUTRAS DIVULGAÇÕES

a) Seguros

O Pine adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 30 de junho de 2022 é composta, conforme abaixo:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	68.000
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	17.324
Seguro global de banco	Valores em espécie	150
Seguro de vida	Seguro de vida - funcionários	500

b) Covenants

O Pine possui empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica "Obrigações por empréstimos e repasses" que possuem cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) que exigem determinadas condições de performance, tais como índice de rentabilidade e de eficiência. Estamos em avançada negociação para obtenção da dispensa do cumprimento de tais cláusulas. Em 30 de junho de 2022 efetuamos a reclassificação de R\$16.808 para curto prazo (R\$27.183 em 31 de dezembro de 2021).

44. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

a) Introdução

O Banco Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Banco Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

Gerenciamento do risco de crédito

• Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;

• Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;

• Comitê de Portfolio, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);

• Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);

• Comitê de Risco Operacional, Controles Internos, GCN e SI, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (operacional, continuidade de negócio, segurança cibernética);

Notas Explicativas

- CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;
- Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;
- Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;
- Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária;
- Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites;

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam táticos ou operacionais.

c) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Banco Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

e) Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;
- Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse;
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência tem por objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice 'Over 90', que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

f) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais uma provisão para perda esperada é reconhecida. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas abaixo são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

Ativos Financeiros	Estágios			30/06/2022
	1°	2°	3°	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado	3.541.692	402.349	283.804	4.227.845
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	99.052	-	-	99.052
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	3.442.640	402.349	283.804	4.128.793
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	986.842	-	95.910	1.082.752
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	986.842	-	95.910	1.082.752
Garantias prestadas e responsabilidades	332.731	2.457	31.689	366.877
Limites de crédito a liberar	162.895	2.652	200	165.747
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável	5.024.160	407.458	411.603	5.843.221
(-) Provisão para perdas esperadas - Custo Amortizado	(15.861)	(11.688)	(158.813)	(186.362)
Exposição Líquida	5.008.299	395.770	252.790	5.656.859

Notas Explicativas

Ativos Financeiros	31/12/2021		
	Estágios		
	1º	2º	3º
Ativos financeiros ao custo amortizado	3.898.065	263.169	273.823
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	93.012	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	3.805.053	263.169	273.823
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	736.443	-	99.758
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	736.443	-	99.758
Garantias prestadas e responsabilidades	334.329	2.347	24.712
Limites de crédito a liberar	194.814	2.696	200
Exposição Máxima dos Instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável	5.163.651	268.212	398.493
(-) Provisão para perdas esperadas - Custo Amortizado	(8.550)	(9.016)	(158.719)
Exposição Líquida	5.155.101	259.196	239.774

g) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeita a provisão ao valor recuperável:

	30/06/2022	31/12/2021
Ativos financeiros ao valor justo (VJR)	53.314	273.985
Instrumentos de dívida	52.928	273.584
Instrumentos de capital	386	401
Instrumentos financeiros derivativos	1.355.959	1.659.529
Exposição Máxima dos Instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável	1.409.273	1.933.514

h) Qualidade de crédito

O quadro abaixo apresenta a exposição total dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	Total em %	
	30/06/2022	31/12/2021
Raro	39%	42%
Baixo	15%	14%
Médio	9%	7%
Significativo	15%	17%
Alto	14%	14%
Muito Alto	7%	6%

O Pine estimou os fluxos de caixa esperados, levando em consideração todos os termos contratuais do ativo financeiro, incluindo as perdas de crédito esperadas.

i) Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo Pine para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais práticas contábeis do Pine (nota 3).

(i) Definição de inadimplência e cura

O Pine considera como um instrumento financeiro inadimplente e, consequentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE, todos os casos que se encontram vencidos há mais de 90 dias em relação a seus pagamentos contratuais. Para operações interbancárias (operações interfinanceiras de liquidez), o Pine as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Como parte de avaliação qualitativa o Pine considera a classificação interna de risco de crédito.

Considera-se que um instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de "cura") quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de quatro meses. Este período foi determinado com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após "cura".

(ii) Classificações internas de risco e o processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (probability of default – PD)

O Pine possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes, associados empiricamente a probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

(iii) Mensuração do risco de crédito

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto e faixa de utilização do limite atual, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do Pine.

Para calcular a EAD o Pine faz a seguinte consideração em relação às classificações em estágios:

- Para uma operação que esteja no Estágio 1, o Pine avalia a possibilidade de eventos de inadimplência nos próximos 12 meses para o cálculo da PE.
- Para uma operação que esteja nos Estágios 2 e 3, o Pine avalia a possibilidade de eventos de inadimplência ao longo da vida para o cálculo da PE.

Perda em caso de inadimplência (LGD)

O Pine monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o Pine avalia se houve um aumento significativo no risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Aumento significativo de risco de crédito

O Pine considera que uma operação teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

- Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;
- Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%; e
- 100% da PD no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros.

O Pine considera que há aumento significativo do estágio 2 para o estágio 3 quando o ativo financeiro possui atraso superior a 90 dias.

Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 3.I, o Pine calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de Empréstimos e adiantamentos a clientes.

O Pine agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto (crédito pessoal, crédito pessoal consignado, operação de cartão de crédito, operações de cartão de crédito consignado e cheque especial); e
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.

Notas Explicativas

j) Premissas de variáveis econômicas

Nos modelos de PE, o Pine utiliza informações macroeconômicas, incluindo o IGPM e a Produção Industrial com informação prospectiva para 12 meses, conforme demonstrado no quadro abaixo.

		Jun/22	Set/22	Dez/22	Mar/23	Jun/23
IGPM	Base	10,70%	11,00%	11,47%	6,09%	3,99%
Produção Industrial (%)	Base	-0,44%	2,38%	1,31%	-0,13%	-1,33%

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste na perda esperada foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação trimestralmente.

k) Garantias recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)

As garantias são consideradas como segunda fonte de pagamento, dada eventual inadimplimento do devedor.

As garantias formalizadas em operações de crédito são aprovadas em comitê, formalizadas e/ou constituídas por área distinta da área responsável por contratação e controladas em sistema específico.

l) Risco de liquidez

Definição

O Risco de Liquidez é a possibilidade do Pine não satisfazer suas necessidades de caixa para o cumprimento de suas obrigações correntes e futuras ou de novas exigências de recursos sem afetar a continuidade de suas operações.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez tem como objetivo identificar, informar e precaver o Pine de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o Pine monitora a exposição ao risco de liquidez de suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

O gerenciamento do risco de liquidez abrange os processos de controle, monitoramento e planejamento efetuados através de relatórios enviados aos integrantes do ALCO - *Asset and liability committee* e alta Administração, bem como aprovação de políticas, estratégias, diretrizes, cenários e limites no referido comitê e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado, conforme segue:

Diariamente (Superintendência de Risco de Liquidez & Mercado e Produtos):

- Posição e movimentação da liquidez do conglomerado;
- Monitoramento dos indicadores do risco de liquidez.

Semanalmente (ALCO - *Asset and liability committee*):

- Fluxo de descasamentos entre pagamentos, recebimentos e outras movimentações de todo conglomerado (*funding gap*);
- Projeção da movimentação da liquidez do conglomerado considerando os planos das áreas de negócios, necessidades de captação e nível de liquidez desejado;

Mensalmente (ALCO - *Asset and liability committee*):

- Projeção de cenários de estresse de liquidez : moderado e extremo;
- Metodologia de definição dos níveis de liquidez desejado e mínimo;
- Revisão do plano de contingência de liquidez e dos indicadores do risco de liquidez.

As políticas de gestão do risco de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições do ALCO - *Asset and liability committee*.

Desta forma, no processo de gestão do risco de liquidez no Pine, o conjunto de atividades que estão relacionadas e integradas na gestão, desde a definição de estratégias, diretrizes, controle, monitoramento até o gerenciamento, são desempenhadas e estão distribuídas nas seguintes unidades:

- Comitê de Ativos e Passivos (ALCO - *Asset and liability committee*);
- Área ALM na Tesouraria;
- Risco de Liquidez & Mercado e Diretoria de Riscos, Compliance, PLD e Segurança da Informação.

m) Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;
- Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse;
- Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez Target

A liquidez *target* tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'.

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O plano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

Notas Explicativas

Balanco Patrimonial por liquidez

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com o período em que se estima que sejam recuperados ou liquidados.

	30/06/2022				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	50.430	464.631	566.118	85.058	341.425
Títulos e valores mobiliários	156.528	(67.423)	1.259.091	2.201.870	217.471
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	2.781.034	433.769	288.472	30	-
Total	2.987.992	830.977	2.113.681	2.286.958	558.896
PASSIVO					
Depósitos de clientes	220.619	1.406.436	2.813.318	2.269.519	785.931
Depósitos de instituições financeiras	81.705	109.466	237.883	49.144	7.876
Captações e depósitos com liquidez disponível	-	6.362	32.720	-	-
Total	302.324	1.522.264	3.083.921	2.318.663	793.807
Derivativos	(258.761)	113.813	753.226	(186.523)	(188)
GAP	2.426.907	(577.474)	(217.014)	(218.228)	(235.099)

n) Gerenciamento de Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;
- Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse;
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Riscos) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) BACEN, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (Value at Risk – VaR)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MIM), pelo apreçamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Análise de Sensibilidade e de Estresse

A análise de sensibilidade tem por objetivo avaliar a variação do valor de mercado da carteira considerando o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros ou conforme cenários pré-estabelecidos.

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para as operações com instrumentos financeiros, em decorrência da possibilidade de variação cambial, juros ou quaisquer outros fatores. Para a apuração dos impactos às taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s, para a data base:

o) Análise de sensibilidade

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Pine a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 30 de junho de 2022:

		Análise de Sensibilidade		
		30/06/2022		
		Cenários		
Fator de Risco	Exposição	Provável (I)	Possível (II)	Remoto (III)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(4.878.726)	(15.246.433)	(30.492.865)
Índice de Preços (IGPM)	Variações no cupom de IGPM	(15.496)	(158.511)	(317.023)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	222.996	(2.020.383)	(4.040.765)
Taxa Referencial (TR)	Variações na TR	(2.580.462)	(7.961.587)	(15.923.173)
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	(79.966)	(796.512)	(1.593.024)
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	20	1.601	3.201
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas OffShore	-	1	2
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	823.043	936.185	1.872.370
Total (soma não correlacionada)*		(11.434.580)	(23.524.395)	(47.048.789)
Total (soma correlacionada)**		(6.508.591)	(25.245.639)	(50.491.277)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.
**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários			
Cenário I - Provável			
Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado do dia 31 de dezembro de 2021 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA (λ=94).			
Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,78%	1,60%	14,00%
Índice de Preços (IGPM)	6,14%	2,63%	6,30%
Índice de Preços (IPCA)	7,29%	4,41%	7,61%
Taxa Referencial (TR)	11,58%	4,36%	12,09%
Taxa de Cupom de Dólar	4,11%	1,68%	4,18%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	1,18%	0,30%	1,19%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	2,31%	0,05%	2,31%
Moedas	5,23	0,20	6,28

Notas Explicativas

Cenário II - Possível

Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,78%	25%	17,23%
Índice de Preços (IGPM)	6,14%	25%	7,68%
Índice de Preços (IPCA)	7,29%	25%	9,11%
Taxa Referencial (TR)	11,58%	25%	14,48%
Taxa de Cupom de Dólar	4,11%	25%	5,14%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	1,18%	25%	1,48%
Taxas <i>OffShore</i> (Libor + outras Offshore)	2,31%	25%	2,89%
Moedas	5,23	25%	6,53

Cenário III - Remoto

Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,78%	50%	0,00%
Índice de Preços (IGPM)	6,14%	50%	0,00%
Índice de Preços (IPCA)	7,29%	50%	0,00%
Taxa Referencial (TR)	11,58%	50%	17,37%
Taxa de Cupom de Dólar	4,11%	50%	6,17%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	1,18%	50%	1,78%
Taxas <i>OffShore</i> (Libor + outras Offshore)	2,31%	50%	3,47%
Moedas	5,23	50%	7,84

(i) Balanço por moeda

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com sua exposição à moedas, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com as principais moedas negociadas.

	30/06/2022		31/12/2021	
	Dólar	Euro	Dólar	Euro
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	19.869	117	75.195	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	88.120	1.985	64.725	-
Outros ativos	13	-	(23)	-
Total	108.002	2.102	139.897	-
PASSIVO				
Depósitos de clientes	6.500	-	6.500	-
Obrigações por empréstimos e repasses	5.207	-	6.732	765
Relações com correspondentes	10.021	42	6.110	-
Total	21.728	42	19.342	765
Derivativos	85.378	2.231	120.305	(689)
GAP	896	(171)	250	(76)

(ii) Balanço por Risco de Mercado

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com sua exposição à mercado, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com os principais fatores de risco incorridos.

	30/06/2022				31/12/2021			
	Pré	IPCA	TJLP	TR	Pré	IPCA	TJLP	TR
ATIVO								
Caixa e equivalentes de caixa	682.943	782.092	-	-	693.393	261.154	-	-
Instrumentos de dívida	4.185.580	1.127.777	-	52.380	3.481.866	1.208.287	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.949.323	8.726	-	187.623	1.375.040	-	-	26.761
Total	7.817.846	1.918.595	-	240.003	5.550.299	1.469.441	-	26.761
PASSIVO								
Depósitos de clientes	5.746.829	1.796.669	-	-	2.499.260	813.559	-	-
Depósitos de instituições financeiras	362.241	120.414	-	-	3.343.333	753.561	-	-
Captações no mercado aberto	38.201	37.913	-	21.104	40.142	17.381	-	22.711
Total	6.147.271	1.954.996	-	21.104	5.882.735	1.584.501	-	22.711
Derivativos	524.378	(22.449)	-	-	477.488	(9.605)	(4.344)	-
GAP	2.194.953	(58.850)	-	218.899	145.052	(124.665)	(4.344)	4.050

p) Gerenciamento de Outros Riscos Relevantes

O gerenciamento dos demais riscos relevantes compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de indicadores representativos dos eventos críticos;
- Avaliação da necessidade de adequação e melhoria de processos, ferramentas e soluções, para fazer frente à programação de negócio e incorporar novas exigências regulatórias, tecnologias e práticas de mercado, inclusive garantindo a implementação do plano de continuidade de negócio, sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental (PRSA)

A PRSA tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação ao tema socioambiental. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas da cadeia de valor e buscando o desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas pelas atividades da Instituição. O Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSA estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades consideradas nocivas à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo *mindset* digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Plano de Continuidade de Negócios

O Banco Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.

Notas Explicativas

Segurança de Informação

O Banco Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados, de 2018).

45. OUTROS ASSUNTOS

O cenário de pandemia causado pelo novo Coronavírus (Covid-19) desde 2020 exigiu que o Banco Pine colocasse em prática medidas de monitoramento contingenciais para amenizar os efeitos que pudessem afetar suas operações e resultados, atuando tempestivamente em resposta ao dinamismo do cenário atual, visando sempre a saúde e bem-estar dos colaboradores, e em consonância com os protocolos do Ministério da Saúde e das demais autoridades.

Com o avanço da vacinação no país e dos colaboradores do Banco, foi possível realizar a retomada gradual aos escritórios por meio da implantação de um modelo híbrido de trabalho, reflexo dos investimentos em tecnologia que permitiram as interações virtuais com mais agilidade.

Para mais informações sobre a estratégia e performance do Banco, consulte o relatório gerencial do segundo trimestre de 2022 disponível no site de Relações com Investidores <https://ri.pine.com>.

46. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (BRGAAP e IFRS)

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, denominadas "BRGAAP" e estão sendo apresentadas separadamente dessas demonstrações.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20, apresentamos a seguir a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) e patrimônio líquido entre o BRGAAP e o IFRS:

Resultado	Referência	2T22	30/06/2022	2T21	30/06/2021
Resultado - BRGAAP					
Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recup. de emprést. e recebíveis - Impairment	a	4.484	6.293	1.253	1.783
Ajuste IFRS 9 - Diferim. de tarifas banc. e comissões (taxa efetiva de juros)	b	9.993	14.179	12.557	(24.832)
Ajuste IFRS 15 - Contrato de seguros	c	125	(86)	(220)	(578)
Ajuste IFRS 16 - Aluguel	d	-	-	256	449
Ajuste IFRS - Ativo fiscal	e	54	121	11	77
		(4.586)	(6.394)	(5.672)	11.205
Resultado - IFRS		10.070	14.113	8.185	(11.896)
Patrimônio Líquido			Referência	30/06/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido - BRGAAP					
Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recup. de emprést. e recebíveis - Impairment			a	844.269	779.133
Ajuste IFRS 9 - Diferim. de tarifas banc. e comissões (taxa efetiva de juros)			b	67.727	53.548
Ajuste IFRS 16 - Aluguel			d	(4.342)	(4.256)
Ajuste IFRS - MTM Hedge			b	(2.282)	(2.403)
Ajuste IFRS - Ativo fiscal			f	70	844
			e	(29.657)	(23.612)
Patrimônio Líquido - IFRS				875.785	803.254

a) Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - Impairment

Baseando-se na orientação fornecida pelo IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", o Banco Pine estima a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. O BRGAAP baseia-se na Resolução nº 2.682/99.

b) Ajuste IFRS 9 – Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)

Em consonância com o IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculados ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Para o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

c) Ajuste IFRS 15 – Contrato de seguros

Refere-se ao acordo comercial entre o Banco Pine e a Seguradora. No exercício de 2021, houve cessão do contrato de direito de exclusividade, sem cláusulas de obrigação de desempenho, portanto o saldo foi revertido contra resultado.

d) Ajuste IFRS 16 - Aluguel

O Banco Pine arrenda predominantemente ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários e imobiliários referentes aos mecanismos de funcionamento de seu negócio. Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco. O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Para o BRGAAP, os aluguéis são reconhecidos como despesa administrativa.

e) Ajuste IFRS - Ativos fiscais

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

f) Ajuste IFRS - MTM Hedge

Em consonância com o IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", somente a parte do ganho ou perda resultante do instrumento de hedge qualificado como hedge accounting de fluxo de caixa, que é determinada como hedge eficaz, deve ser reconhecida diretamente como outros resultados abrangentes. O IFRS 9 também requer que a descontinuidade do hedge accounting de fluxo de caixa e o ganho ou a perda cumulativa resultante do instrumento de hedge que se mantém reconhecido como resultados abrangentes, desde o período em que o hedge estava em vigor, deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até a liquidação do objeto do hedge.

47. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de julho de 2022, foram empossados os membros da Diretoria: (i) Diretor Executivo: Sr. Noberto Nogueira Pinheiro Junior; (ii) Diretores sem designação específica: Srs. Alcides Roberto Rocha e Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho, cuja eleição foi deliberada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de maio de 2022, devidamente homologada pelo Banco Central do Brasil, em 27 de julho de 2022.

A DIRETORIA

CONTADORA

Renata Leme Borges dos Santos - CRC SP 241045/O-0

Notas Explicativas



BANCO
PINE

CNPJ 62.144.175/0001-20
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830
4º andar | São Paulo – Brasil

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

BANCO PINE S.A.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO



30/06/2022						
Acionistas	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em unidades)	%	Quantidade do Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador	97.895.475	100,00	20.195.646	22,81	118.091.121	63,34
Administradores	-	0,00	6.521.812	7,37	6.521.812	3,50
Conselho de Administração	-	0,00	179.905	0,20	179.905	0,10
Diretoria	-	0,00	6.341.907	7,16	6.341.907	3,40
Outros Acionistas	-	0,00	61.828.274	69,83	61.828.274	33,16
Total	97.895.475	100,00	88.545.732	100,00	186.441.207	100,00
Ações em Circulação			68.350.086	77,19	68.350.086	36,66

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Banco Pine S.A.
Informações Trimestrais (ITR) em 30 de junho de 2022
e relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco Pine S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de agosto de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Banco Pine S.A.
Informações Trimestrais (ITR) em 30 de junho de 2022
e relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2022, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e em 30 de junho de 2021, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de seis meses findos nessa data e em 30 de junho de 2021, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA), referente aos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2022 e 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada do valor adicionado não foi elaborada, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de agosto de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Pine S.A., dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022 e com base nos exames efetuados, e à vista do Relatórios do Auditores Independentes, emitido pela PricewaterhouseCooper Auditores Independentes, não havendo qualquer ressalva a ser feita em relação às citadas peças.

São Paulo, 8 de agosto de 2022.

Membros do Conselho Fiscal

Francisco Asclepio Barroso Aguiar
Jefferson Dias Miceli
Welinton Gesteira Souza

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Instituição, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras ("Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas"); Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, §1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

São Paulo, 8 de agosto de 2022.

Membros da Diretoria Executiva

Rodrigo Esteves Pinheiro

Sergio Luís Patrício

Marcelo Camargo

Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo

Jailton Marcio Donasan

Renata Leme Borges dos Santos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

BANCO PINE S.A.

Companhia Aberta

CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Instituição, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das Demonstrações Financeiras ("Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas") e Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria, os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

São Paulo, 8 de agosto de 2022.

Membros da Diretoria Executiva

Rodrigo Esteves Pinheiro

Sergio Luís Patrício

Marcelo Camargo

Fabio Pinto Ribeiro Zingra de Araújo

Jailton Marcio Donasan

Renata Leme Borges dos Santos